



Prefeitura Municipal de Sabará

Rua Dom Pedro II, 200 – CEP: 34505-000 – Sabará – MG
Fones: (31) 3672-7691 - Fax (31) 3672-7725

LEI NÚMERO 3.060, de 26 de dezembro de 2024.

“Aprova o Plano Municipal da Primeira Infância do Município de Sabará/MG, e dá outras providências”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SABARÁ, Estado de Minas Gerais, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a CÂMARA MUNICIPAL DE SABARÁ, aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º) Fica aprovado o Plano Municipal da Primeira Infância do Município de Sabará/MG - PMPI, que dispõe sobre a previsão para execução das políticas públicas voltadas às crianças e adolescentes do Município de Sabará, para os próximos 10 (dez) anos.

Art. 2º) O Plano Municipal da Primeira Infância do Município de Sabará/MG - PMPI é instrumento de planejamento, com vistas a combater desigualdades e garantir que todas as crianças tenham direito a um desenvolvimento pleno.

Art. 3º) Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução da presente Lei pertencer, que a cumpra e a faça cumprir, tão inteiramente como nela se contém.

Prefeitura Municipal de Sabará, 26 de dezembro de 2024.

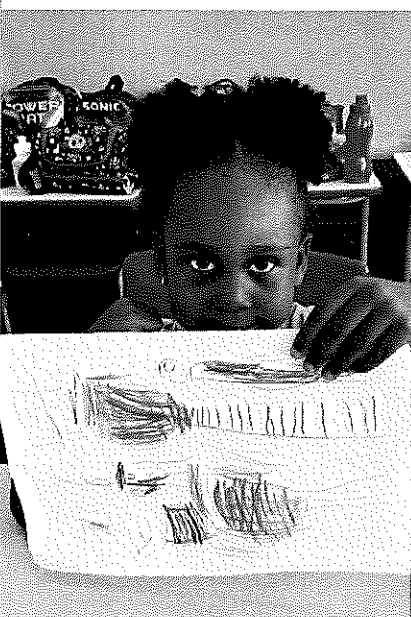
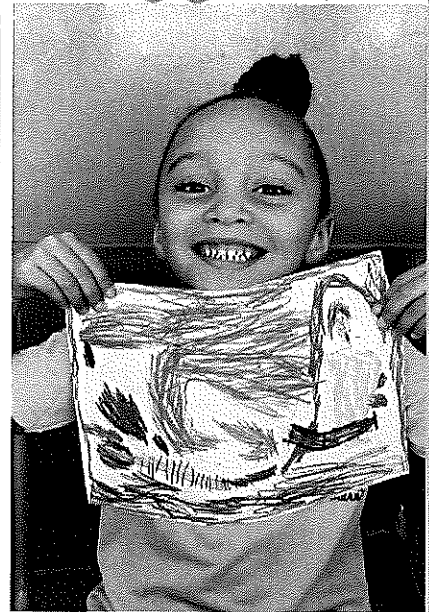
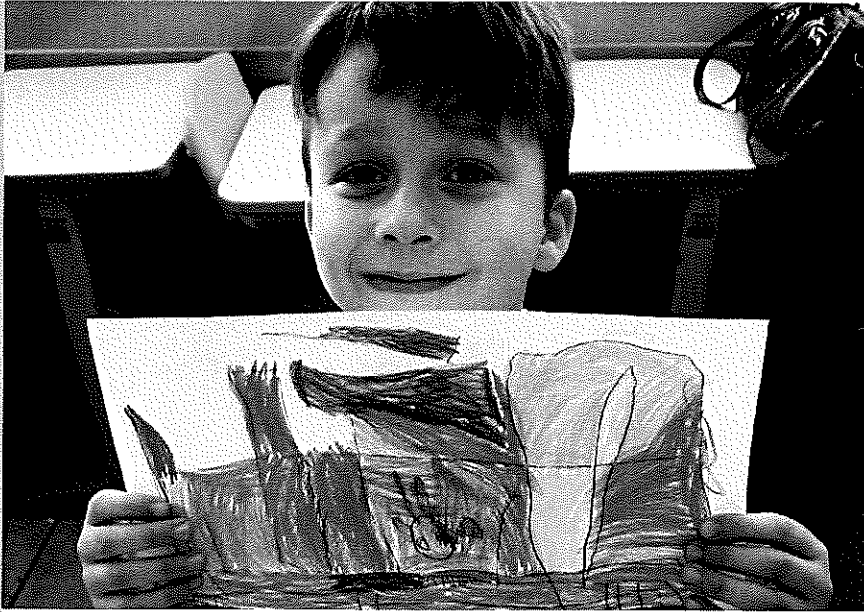

Wander José Goddard Borges
Prefeito Municipal

Piano Municipal pela Primeira Infância



SABARÁ

Minas Gerais



2024-2034

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)

Guilherme Aguiar Eloy

Lucas Mendes Silva

Conselho Tutelar

Ana Paula Rodrigues de Paula Vasconcelos

Ronaldo Efigênio Félix Fernandes

Câmara Municipal de Sabará

Vereador Sidinho da ONG

Vereadora Conceição Arruda

Revisão

Cristiana Gatti Dias

Os serviços de revisão de texto e formatação deste PMPI foram gentilmente cedidos pela Faculdade de Sabará, em contribuição para o desenvolvimento social e bem-estar da população sabarense, especialmente das crianças.

Ilustração

Todos os desenhos que ilustram esta publicação foram produzidos pelas crianças participantes das oficinas realizadas para a elaboração desse plano.



Mensagem da Rede Primeira Infância (REPI/MG)

Nossa gratidão ao município de Sabará por ter caminhado com a Rede Primeira Infância – Minas Gerais (REPI-MG) na construção coletiva do Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI). O PMPI de Sabará ganhou força com a adesão à campanha “50 Planos Municipais pela Primeira Infância de Minas Gerais”, oficializada pela assinatura do prefeito Wander Borges e do secretário municipal de Desenvolvimento Social, Welington Duarte. A campanha solidificou no município um processo importante, que envolveu o trabalho de muitas pessoas nas diferentes secretarias municipais, nas organizações da sociedade civil, nos conselhos, nas escolas, além de ter contado com a preciosa participação das crianças.

Essa foi a primeira grande ação da REPI-MG, desde a sua criação: um movimento para promover um aumento significativo dos PMPIs no Estado de Minas Gerais. No ano de 2022, a plataforma Observa (Observatório do Marco Legal da Primeira Infância), da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI), apontava apenas dois municípios com planos dentre as 853 localidades mineiras. Queríamos saber, então, se outros municípios possuíam Planos Municipais, mas que ainda não estavam cadastrados na plataforma da RNPI, e queríamos também apoiar os municípios que tinham planos incipientes ou que ainda não tinham começado a construir seus PMPIs.

A campanha “50 Planos Municipais pela Primeira Infância de Minas Gerais” nasceu do esforço da Rede Primeira Infância – MG, com o apoio da Fundação van Leer, do Cecip, da Urban95, da UNCME-MG e da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI). Em agosto de 2023, 108 municípios passaram a receber apoio técnico por parte da REPI-MG para a elaboração dos PMPIs. Da parte da REPI-MG, foram oferecidas muitas horas de capacitação online com especialistas, além de eventos presenciais, participação em audiências públicas, conversas, produção de materiais informativos que ajudaram na construção do PMPI. Valeu todo o esforço! O nosso muito obrigada vai para todos vocês.

Sabemos dos grandes desafios vivenciados pelas diferentes infâncias em Minas Gerais. Como o nosso estado é imenso e muito diverso, precisamos caminhar de forma coletiva, trocando boas experiências e nos apoiando também na implementação, no monitoramento e na avaliação do Plano.

O PMPI é mais um importante instrumento para combater as desigualdades e garantir que todas as crianças tenham direito a um desenvolvimento pleno. Recebemos este Plano com alegria e esperança porque acreditamos no trabalho coletivo para a promoção de uma vida digna para todas as infâncias.

**Secretaria Executiva da REPI-MG e Coordenação da
Campanha “50 Planos Municipais pela Primeira Infância de MG”**

Desirée Ruas, Galdina Arrais e Rogério Prado



Apresentação

Este documento é sobre sonhos. Sonhos reais e necessários. A cidade de Sabará, ao longo dos anos, vem semeando uma história de cuidado com o começo da vida. Agraciada por pioneirismos e premiações, ainda lhe faltava um Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), já sonhado por muitos, com a finalidade de alinhar necessidades, desafios, estratégias e conquistas relacionadas a essa singular fase da vida.

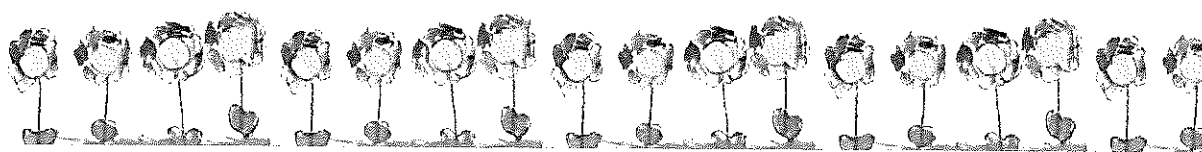
Aqui está! Este instrumento é mais que um documento público. É fruto do comprometimento de diversos atores da sociedade que, dentre as principais políticas públicas da cidade, buscaram priorizar ações estratégicas voltadas para a primeira infância – fase que vai desde a gestação até os seis anos de idade. Muitos fizeram parte dessa construção, permeada por inúmeras e longas reuniões intersetoriais, as quais foram inspiradas por um lindo processo de escuta ativa de nossos verdadeiros protagonistas: as crianças sabarenses. Centenas delas desenharam uma Sabará mais justa e inclusiva para os próximos dez anos.

Nossa gratidão à Rede Primeira Infância (REPI - MG) pelo apoio técnico, especialmente nos processos de construção coletiva para a concretização desse antigo sonho. Nosso agradecimento também ao Prefeito Wander Borges por ter aderido à campanha “50 Planos Municipais pela Primeira Infância de Minas Gerais”.

Desejamos vida plena, desde o início, a todos os cidadãos sabarenses e, por isso, esperamos que este PMPI faça jus aos sonhos de nossas crianças e anseios de nossa comunidade, aqui representada por este comitê intersetorial. E se desafios fizerem parte dessa caminhada, aqui estamos, prontos para transformar sonhos em necessária realidade.

Com um fraterno abraço, desejamos a todos uma ótima leitura, na expectativa de nos encontrarmos nas ações esmeradamente inspiradas e idealizadas por nossas crianças e para elas.

Comitê Gestor Intersetorial da Primeira Infância de Sabará





Sumário

1. Introdução.....	12
2. Contextualização do Município.....	14
3. Sabará e a Primeira Infância.....	20
4. Princípios e Valores.....	23
5. O PMPI e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.....	25
6. O Processo de Criação do PMPI.....	28
7. A Participação Infantil no PMPI.....	31
8. Eixos Estratégicos.....	37
8.1. Direito à Assistência Social.....	38
8.2. Direito à Educação.....	91
8.3. Direito à Saúde.....	111
8.4. Direito ao Meio Ambiente.....	162
8.5. Direito à Cultura e ao Lazer.....	176
8.6. Direito ao Esporte.....	203
9. Governança, Monitoramento e Comunicação.....	210
10. Considerações Finais.....	215
Agradecimentos.....	216
Referências.....	217
Apêndice A.....	219
Anexo A.....	225
Anexo B.....	228



Lista de Siglas e Abreviações Principais

BE - Benefício Eventual

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BPI - Benefícios Primeira Infância

CadÚnico - Cadastro Único

CECIP - Centro de Criação de Imagem Popular

CEI - Centros de Educação Infantil

CF - Constituição Federal

CMAS – Conselho Municipal de Assistência Social

CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

CNAS - Conselho Nacional da Assistência Social

COVID - Coronavirus Disease 2019

CRAS - Centros de Referência de Assistência Social

CREAS - Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CT - Conselho Tutelar

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

EM – Escola Municipal

ESF- Estratégia de Saúde da Família

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDEB - Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

LOAS - Lei Orgânica da Assistência Social

MDS-Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à fome

ODS- Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

OEA – Organização dos Estados Americanos

OMS - Organização Mundial da Saúde



OSC – Organização da Sociedade Civil

PAEFI -Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos

PAIF - Serviço Proteção e Atendimento às Famílias

PBF - Programa Bolsa Família

PCF - Programa Criança Feliz

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PIB - Produto Interno Bruto

PMPI- Plano Municipal pela Primeira Infância

PSB - Proteção Social Básica

PSE - Proteção Social Especial

RI - Relatório de Informação Social

RMA - Relatório Mensal de Atendimentos

REPI/MG – Rede Primeira Infância de Minas Gerais

RNPI – Rede Nacional Primeira Infância

SCFV – Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos

SIPIA - Sistema de Informação para a Infância e Adolescência

SNPAI - Secretaria Nacional de Atenção à Primeira Infância

SUAS - Sistema Único de Assistência Social

SUS - Sistema Único de Saúde

TAC - Taxa Atualizada Cadastral

UBS - Unidade Básica de Saúde

UNCME/MG - União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação de Minas Gerais

UPA - Unidade de Pronto Atendimento



1. Introdução

“As crianças, quando bem cuidadas, são uma semente de paz e de esperança.”

(Zilda Arns: última conferência, Haiti, 2010)

Cuidar da criança na primeira infância é cuidar do futuro de toda a sociedade, pois ela representa a vida em sua forma mais pura e promissora. Diante dessa grande responsabilidade, é essencial que o Município de Sabará implemente um Plano pela Primeira Infância (PMPI) que valorize a vida presente e, ao mesmo tempo, promova o desenvolvimento integral das crianças, permitindo que alcancem a plenitude de seu potencial.

A infância é uma etapa única da vida, com uma dinâmica própria. Por isso, é fundamental perceber a criança na sua integralidade, com o direito de viver essa fase de maneira que propicie seu desenvolvimento pleno, desde a infância até a adolescência, juventude, vida adulta e, finalmente, uma velhice saudável e ativa. Quando bem nutrida e bem cuidada, a primeira infância tem o poder de formar adultos criativos, empreendedores e mentalmente flexíveis, preparados para os desafios da vida.

Este plano, a ser executado por meio da parceria entre governo municipal, organizações da sociedade civil, comunidades e famílias sabarenses, visa garantir proteção, cuidado e educação de qualidade para todas as crianças, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. O foco é o desenvolvimento infantil, centrado na criança e em sua família, com o apoio de políticas públicas multissetoriais, que promovam o crescimento de todas as comunidades de Sabará.

Neste primeiro PMPI, são delineadas diretrizes e ações a serem implementadas por diversas políticas públicas, organizadas em capítulos principais que abordam os seguintes conteúdos:

- **Contextualização do Município:** apresenta uma breve história de Sabará e exibe o panorama socioeconômico atual, bem como a influência da atividade mineradora em diferentes aspectos do desenvolvimento.



- **Sabará e a Primeira Infância:** apresenta as ações municipais voltadas para a primeira infância, com destaque para o Programa Criança Feliz (PCF) e sua abordagem intersetorial, evidenciando a articulação entre as diferentes esferas de governo.
- **Princípios e Valores:** contextualiza o arcabouço legal que fundamenta o PMPI e aborda as questões éticas que orientam as ações municipais voltadas para a primeira infância.
- **O PMPI e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS):** aborda o alinhamento deste documento com os objetivos globais de desenvolvimento sustentável da Organização das Nações Unidas (ONU) para 2030.
- **O Processo de Criação do PMPI:** detalha a trajetória de construção coletiva do PMPI, destacando as diversas reuniões realizadas inicialmente pelo Comitê Gestor do Programa Criança Feliz, em conjunto com as Comissões Intersetoriais e grupos de trabalho das diferentes áreas da Prefeitura de Sabará. Participaram desse processo setores como Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Esportes, Meio Ambiente, Cultura, Trânsito, Defesa Social e Obras, além do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Conselho Tutelar, entre outros.
- **A Participação Infantil no PMPI:** descreve a metodologia utilizada para garantir a escuta e a participação das crianças, incluindo registros de depoimentos, fotos das atividades e dos desenhos produzidos.
- **Eixos Estratégicos:** apresenta os principais eixos estratégicos do PMPI (Assistência Social; Educação; Saúde; Meio Ambiente; Cultura e Lazer; e Esporte).
- **Governança, Monitoramento e Comunicação:** apresenta, de forma detalhada, o processo de implementação do PMPI, o monitoramento intersetorial das ações e a estratégia de comunicação utilizada para divulgar os resultados e avanços do programa.



2. Contextualização do Município

Breve História de Sabará

Sabará, cujo nome deriva do termo tupi itá'berab'uçú ("pedra grande brilhante"), está profundamente ligada à história da mineração no Brasil. Desde o período colonial, a região foi explorada por bandeirantes em busca de ouro e pedras preciosas. Fernão Dias, em 1674, liderou uma das expedições mais importantes, que, embora não tenha encontrado as riquezas esperadas, desbravou grande parte do território mineiro. Seu genro, Borba Gato, continuou seu trabalho, tornando-se uma figura central na história de Sabará e na descoberta do ouro em Minas Gerais.

O arraial de Sabará começou a se formar no final do século XVII e rapidamente se desenvolveu, tornando-se um importante centro de comércio de gado, cavalos, escravos e mantimentos. Em 1711, o arraial foi elevado à categoria de Vila Real de Nossa Senhora da Conceição do Sabará, absorvendo vários povoados vizinhos. A posição estratégica da vila, situada na Comarca do Rio das Velhas, fez dela o principal empório comercial de Minas Gerais no século XVIII e na primeira metade do século XIX, além de se destacar como o maior centro de ourivesaria do Brasil.

Sabará foi elevada à categoria de cidade em 1838, consolidando-se como um importante marco histórico e econômico da Região Central de Minas Gerais.

As Figuras 1 e 2 ilustram aspectos culturais e arquitetônicos de Sabará, evidenciando tanto o patrimônio histórico presente nas construções coloniais quanto a riqueza artística dos interiores das construções religiosas. Essas imagens ressaltam a importância da preservação cultural no município, destacando o valor da arquitetura barroca e da tradição sacra na formação da identidade local.

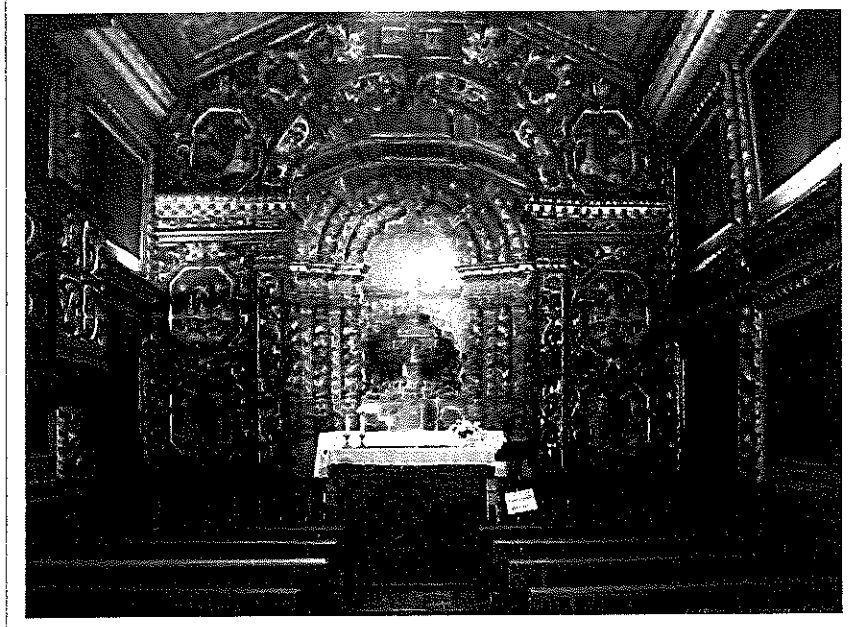


Figura 1 - Vista parcial de Sabará: à frente, a Biblioteca Pública Municipal, ao fundo, a Igreja São Francisco



Fonte: <https://www.emsabara.com.br/sabara-turismo/>

Figura 2 - Interior da igreja de Nossa Senhora do Ó (séc. XVIII)



Fonte: <https://sanctuararia.art>



Panorama Socioeconômico do Município

Situada na Região Metropolitana de Belo Horizonte (capital de Minas Gerais), Sabará é uma cidade histórica que faz divisa com seis municípios, incluindo Belo Horizonte, e possui uma área territorial de 302,45 km². Segundo o IBGE (2022), esse território abriga uma população de 129.380 habitantes, dos quais 97% residem na área urbana (aproximadamente 125.000 pessoas) e 3% na área rural (cerca de 4.000 pessoas). Com uma densidade demográfica de 427,77 habitantes/km², Sabará ocupa a 18^a posição no estado de Minas Gerais e a 197^a no país, em termos de densidade populacional.

O município é dividido em sete regionais administrativas: Ana Lúcia, Sede, Fátima, General Carneiro, Roça Grande, Borba Gato e Ravena. Essas regionais são bastante heterogêneas, com características e complexidades próprias, impactando diretamente o planejamento e a execução de intervenções sociais.

Historicamente impulsionada pela mineração, Sabará se destacou no comércio e na produção de joias e peças sacras, prosperando ao longo dos séculos. Atualmente, a economia da cidade é diversificada, com a indústria representando 47,9% do PIB local, segundo o IBGE (2022), além da forte presença dos setores público e de serviços, ambos essenciais para o desenvolvimento contínuo da cidade.

No âmbito do desenvolvimento social, Sabará apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,731, destacando-se pelo elevado índice de escolarização, com 97,3% das crianças entre 6 e 14 anos matriculadas na escola, conforme dados do IBGE (2022). No entanto, ao focar na primeira infância, os desafios se tornam mais evidentes: em 2019, cerca de 49,71% das crianças de 0 a 3 anos necessitavam de creches, evidenciando a necessidade urgente de expandir a oferta de cuidado e educação infantil desde os primeiros anos de vida.

A proximidade com Belo Horizonte atrai muitas famílias e indivíduos que migram para Sabará em busca de melhores condições de vida, mas que frequentemente se instalam em áreas irregulares e de risco geológico, devido ao relevo acidentado da cidade. Esse crescimento desordenado agrava os desafios

A Figura 3 apresenta o mapa da região metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), destacando, em vermelho, o município de Sabará.

[illegible]

Fonte: www.googlemaps.com

A atividade mineradora em Sabará tem profundas raízes históricas, remontando ao período colonial, com a extração de ouro, diamantes e outros metais preciosos. Embora essa atividade tenha sido fundamental para o crescimento econômico e a infraestrutura da região, ela também trouxe impactos ambientais e sociais significativos, afetando diretamente a população, inclusive as crianças na primeira infância. Os prejuízos decorrentes da mineração em Sabará são notórios, e as crianças estão entre os grupos mais vulneráveis aos seus efeitos adversos. Entre os impactos mais relevantes, destacam-se:

- **Degradação ambiental:** a mineração causou desmatamento e poluição dos rios, comprometendo a qualidade do ar e da água. Crianças pequenas são especialmente sensíveis à exposição a poluentes ambientais, o que pode resultar em problemas respiratórios, intoxicações e atrasos no desenvolvimento cognitivo.
- **Áreas de exploração abandonadas e resíduos tóxicos:** resíduos minerários e áreas abandonadas representam um risco constante. As crianças, ao terem contato com essas substâncias tóxicas durante atividades cotidianas, podem sofrer contaminação por metais pesados, resultando em danos neurológicos irreversíveis.
- **Comprometimento da saúde materna:** mulheres grávidas que vivem em áreas mineradoras ou em ambientes contaminados enfrentam maiores riscos de complicações na gestação, resultando em partos prematuros ou bebês com baixo peso, o que compromete o desenvolvimento saudável das crianças.

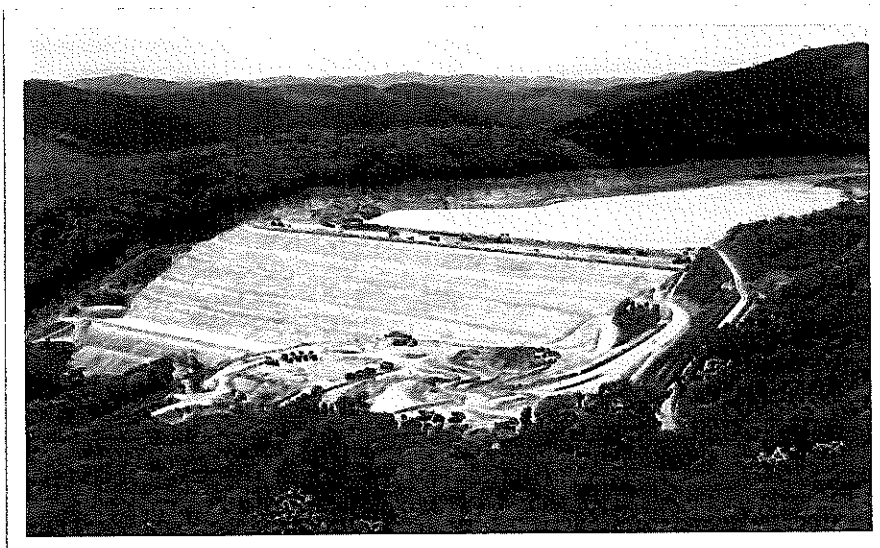
Os prejuízos potenciais à primeira infância também se manifestam em áreas socioambientais e de saúde. Além de comprometer as fontes hídricas e poluir o ar por meio de detonações e tráfego intenso de veículos a diesel, a exposição constante ao barulho pode gerar ansiedade e afetar o neurodesenvolvimento infantil. A degradação de áreas verdes, antes acessíveis e agora escavadas, pode impactar negativamente o comportamento e o bem-estar emocional das crianças.

Diante desses desafios, Sabará está comprometida em mitigar os efeitos da mineração e promover um futuro mais sustentável. Garantir um ambiente saudável para o crescimento das crianças é essencial, e isso inclui acesso a ar puro, água limpa e segurança em relação às áreas mineradas e seus resíduos. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e os ODS para 2030, é essencial que as empresas de mineração levem em consideração o impacto de suas atividades sobre as crianças. Elas devem planejar o uso da terra desde o início, incluir mulheres e crianças nos processos de tomada de decisão e identificar os impactos nas comunidades afetadas, assegurando a sustentabilidade e o bem-estar das futuras gerações.



A Figura 4 apresenta a barragem da mina de ouro Cuiabá, operada pela AngloGold Ashanti e localizada na estrada Sabará-Caeté.

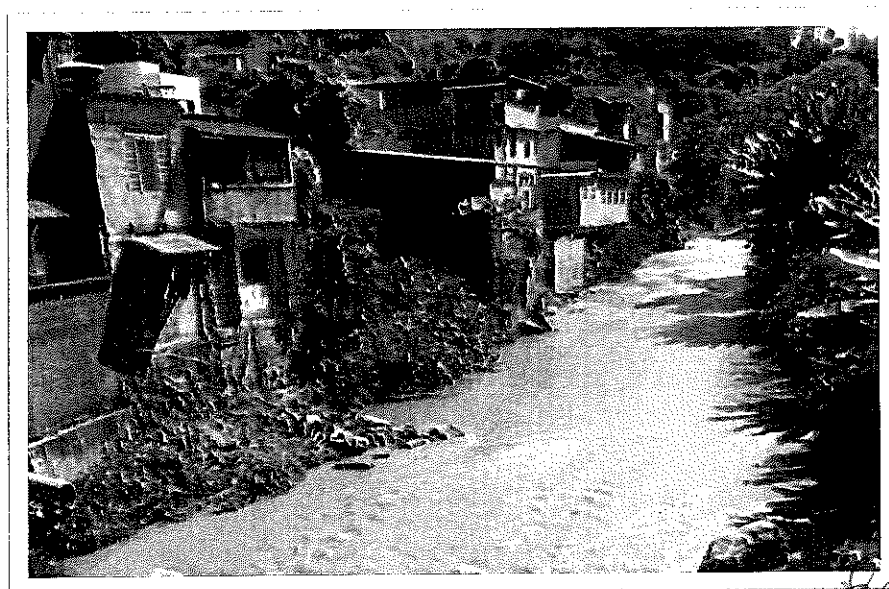
Figura 4 - Barragem da mina de ouro Cuiabá, em Sabará/MG



Fonte: www.noticiasdemineracao.com (2024)

A Figura 5 mostra um curso d'água em Sabará contaminado pela atividade mineradora, evidenciando o impacto ambiental dessa prática no município.

Figura 5 - Contaminação de córrego pela atividade mineradora, em Sabará



Fonte: Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio das Velhas



3. Sabará e a Primeira Infância

As secretarias municipais de governo promovem ações voltadas para a primeira infância, de modo direto e específico, ou indiretamente, de forma integrada, conforme descrição neste plano. Dentre essas iniciativas integradas, destacamos o Programa Primeira Infância no SUAS/Criança Feliz, pela sua especificidade, relevância e caráter intersetorial.

Programa Criança Feliz

O PCF é uma estratégia central do Primeira Infância no SUAS, com foco em atender crianças de 0 a 6 anos. O programa foi instituído pelo Decreto Federal 8.869/2016, em conformidade com a Lei Federal 13.257/2016, conhecida como Marco Legal da Primeira Infância. Posteriormente, o Decreto Federal 9.579/2018 reforçou e ampliou as políticas públicas voltadas para crianças e adolescentes. Em 2017, foi criado o Comitê Intersetorial de Políticas Públicas para a Primeira Infância, com o objetivo de coordenar essas ações.

O objetivo geral do PCF é promover o desenvolvimento integral da criança na primeira infância, por meio de uma abordagem intersetorial que envolve as áreas de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, além do Conselho Tutelar, garantindo a articulação entre municípios, estados, Distrito Federal e União.

As ações do PCF são voltadas para famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF), em especial para os seguintes grupos:

- gestantes e crianças de até 3 anos beneficiárias do PBF e suas famílias;
- crianças de até 6 anos beneficiárias do Benefício de Prestação Continuada (BPC);
- crianças de até 6 anos afastadas do convívio familiar devido a medidas de proteção previstas no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA).



Objetivos Específicos do PCF:

- facilitar o acesso do público prioritário às políticas e serviços públicos municipais;
- orientar gestantes e famílias durante o período gestacional e perinatal;
- promover o desenvolvimento infantil por meio da integração de políticas públicas direcionadas ao público-alvo;
- fortalecer os vínculos afetivos no ambiente familiar através de cuidados e proteção adequados na primeira infância.

Desde que aderiu ao PCF em 2018, o município tem se empenhado em:

- Realizar contratações de equipes técnicas e visitantes para atuar em diferentes territórios, conforme a demanda e a legislação específica.
- Promover ações contínuas de capacitação e atualização das equipes por meio de cursos, seminários, workshops e outras atividades, muitas delas em parceria com o Ministério da Cidadania.
- Estabelecer o Núcleo Intersetorial Municipal (NIM) e os Núcleos Intersetoriais Regionais (NIR), que reúnem representantes do poder público e de organizações da sociedade civil para discutir e aprimorar políticas públicas.
- Manter um Comitê Gestor Intersetorial ativo, com reuniões mensais que envolvem representantes das áreas de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Cultura e Conselho Tutelar, assegurando a efetividade e a integração das ações do programa.

Dessa forma, tais ações evidenciam o compromisso de Sabará com o desenvolvimento da primeira infância, destacando uma estrutura bem articulada e ações intersetoriais que asseguram o acesso e a qualidade dos serviços prestados às famílias e crianças beneficiárias.

Reconhecimento Nacional pelos Resultados do PCF

Desde a implantação do PCF em Sabará, em agosto de 2018, o município tem se destacado nacionalmente, recebendo reconhecimento e premiações por suas práticas. Em dezembro de 2019, o município de Sabará foi convidado a participar do Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância - Região Sudeste, promovido pelo Conselho Nacional de Justiça, onde apresentou um caso de sucesso envolvendo a metodologia "Cuidados para o Desenvolvimento da Criança" (CDC). Ainda em 2019, o município foi selecionado pelo Ministério da Cidadania para apresentar suas boas práticas de gestão no Encontro Nacional do Programa Criança Feliz (em Brasília), com foco na intersetorialidade.

Em 2020, Sabará foi premiado com o "Prêmio Parentalidade 2020: Boas Práticas de Visitadores na Pandemia", pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e Fundação Bernard van Leer. No mesmo ano, o município participou do III Seminário Internacional em Brasília, promovido pelo Ministério da Cidadania, discutindo a qualificação das ações do PCF e seu impacto nas políticas de atendimento à primeira infância. Em agosto de 2021, Sabará recebeu o "Prêmio Boas Práticas dos Comitês Intersetoriais Municipais do Programa Criança Feliz" durante o lançamento do "Mês da Primeira Infância".

Em julho de 2021, foi instituído o Comitê Gestor Intersetorial do Programa Criança Feliz no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) em Sabará, por meio do Decreto Municipal 478/202, de 5 de julho de 2021. O Comitê é composto por representantes das secretarias municipais de Desenvolvimento Social, Saúde, Educação, Cultura e do Conselho Tutelar, reforçando a intersetorialidade na gestão do programa.



4. Princípios e Valores

O Município de Sabará é permeado por dois importantes princípios para o atendimento na primeira infância: a prioridade absoluta da criança e a corresponsabilidade entre Estado, sociedade e famílias na promoção e proteção dos direitos da criança. A prioridade absoluta, estabelecida no art. 227 da Constituição Federal (CF), é regulamentada e reforçada pelo ECA, Lei nº 8.069/90, que, no parágrafo único do art. 4º, dispõe:

“A garantia de prioridade compreende:

- a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.”

Além disso, o mesmo art. 227 da CF estabelece o princípio da corresponsabilidade, onde o desenvolvimento, o cuidado e a proteção das crianças são deveres compartilhados entre a sociedade, as famílias e o poder público. Sob essa premissa, os eixos estratégicos do PMPI de Sabará serão alcançados por meio de uma cooperação mútua entre o município, a sociedade civil e as famílias sabarenses.

Os valores que norteiam as ações descritas neste PMPI são formados por princípios e crenças fundamentais que orientam as decisões e práticas no contexto da primeira infância. Reconhecer a diversidade das crianças e implementar políticas públicas que visem à superação das desigualdades e preconceitos são ações essenciais para garantir que todas as crianças tenham acesso equitativo às oportunidades. Em razão disso, o PMPI de Sabará é uma iniciativa determinante na busca de promover o desenvolvimento integral das crianças, sustentada por uma base legal robusta e fundamentada em evidências científicas.



É na faixa etária de 0 a 6 anos que ocorre o desenvolvimento mais significativo do indivíduo e, portanto, é nessa fase que as políticas públicas para o bem-estar infantil mostram seu impacto mais duradouro. Assegurar um crescimento saudável na primeira infância é fundamental para a formação de cidadãos responsáveis e íntegros ao longo da vida.

Ao aliar diretrizes legais a ações práticas, Sabará garante que a primeira infância seja valorizada e protegida. A implementação de políticas específicas tem como objetivo não só atender às necessidades imediatas das crianças, mas também construir um futuro mais justo e sustentável, promovendo o bem-estar de toda a sociedade.



5. O PMPI e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

O PMPI de Sabará está alinhado com os ODS da ONU.

De acordo com a ONU:

A Agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade. Também busca fortalecer a paz universal com mais liberdade e reconhece que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é o maior desafio global e um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável. Todos os países e todas as partes interessadas, atuando em parceria colaborativa, se comprometeram a implementar a Agenda 2030, pactuada pelo Brasil e outros 192 países que integram a Organização das Nações Unidas (ONU). Os 17 ODS e 169 metas estimulam a ação até o ano de 2030 em áreas de importância crucial para a humanidade e para o planeta (ONU, s.d.).

Os 17 objetivos, a maioria dos quais devidamente identificados em nossos planos operativos, estão expressos a seguir:

- **Objetivo 1.** Erradicar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares.
- **Objetivo 2.** Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável.
- **Objetivo 3.** Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.
- **Objetivo 4.** Garantir o acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
- **Objetivo 5.** Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.
- **Objetivo 6.** Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos.

- **Objetivo 7.** Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todos.
- **Objetivo 8.** Promover o crescimento económico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.
- **Objetivo 9.** Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.
- **Objetivo 10.** Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.
- **Objetivo 11.** Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.
- **Objetivo 12.** Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.
- **Objetivo 13.** Adotar medidas urgentes para combater as alterações climáticas e seus impactos.
- **Objetivo 14.** Conservar e usar de forma sustentável os oceanos, os mares e os recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.
- **Objetivo 15.** Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.
- **Objetivo 16.** Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.
- **Objetivo 17.** Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.

A Figura 6 também ilustra esses 17 ODS estabelecidos pela ONU em 2015, com foco em criar um futuro mais justo e equilibrado para todos, preservando os recursos do planeta e promovendo a paz e a prosperidade mundial.



Figura 6 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)

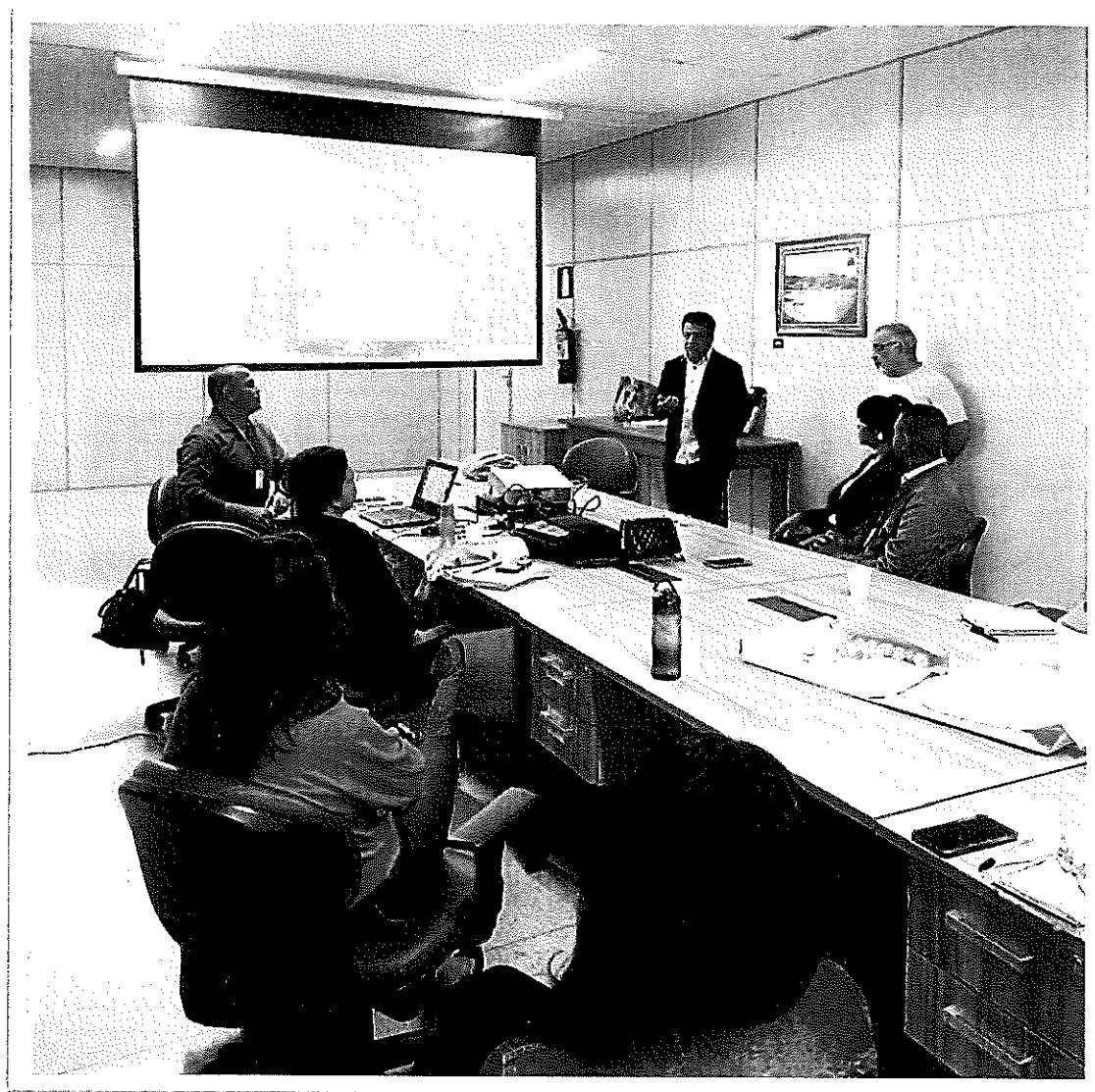


Fonte: PLAN INTERNATIONAL BRASIL

A

6. O Processo de Criação do PMPI

Figura 7 - Reunião do Comitê Gestor Intersectorial da Primeira Infância de Sabará com o Prefeito Municipal e representantes da Câmara Municipal de Vereadores



Fonte: Arquivo próprio - PMPI

O processo de criação do 1º PMPI de Sabará envolveu a integração de políticas e legislações internacionais, nacionais e municipais, com o objetivo de garantir os direitos das crianças. No cenário internacional, o relatório da OEA de 2017 sugeriu a criação de políticas voltadas para a primeira infância. No Brasil, o ECA e o Marco Legal da Primeira Infância (MLPI) foram fundamentais para a formulação dessas políticas.



Em Sabará, desde o ano de 2017, foi gradualmente se desenvolvendo um contexto apropriado para o surgimento de uma política municipal voltada para a primeira infância. Assim, por meio da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, Sabará estabeleceu programas como o PCF (anteriormente apresentado), iniciado em 2018. Este programa envolveu diversas secretarias e o Conselho Tutelar, promovendo inclusão social e assistência intersetorial às famílias.

Os principais resultados na finalidade do PCF foram:

- Melhora nos indicadores de desenvolvimento infantil (cognitivo, físico, linguístico, emocional e social).
- Fortalecimento dos laços familiares e redução da violência intrafamiliar.
- Qualificação dos serviços de acolhimento de crianças afastadas do convívio familiar.
- Implementação contínua de visitas domiciliares, mesmo durante a pandemia, utilizando protocolos de segurança e tecnologia digital.

Já na gestão do PCF, os principais resultados estão sintetizados a seguir:

- Ampliação e integração das políticas públicas voltadas para gestantes e crianças.
- Presença mais ativa da assistência social em áreas de risco.
- Fortalecimento da articulação intersetorial, focando no desenvolvimento integral da criança.
- Realização de capacitações contínuas para os profissionais envolvidos.



Ainda em 2018, registra-se a criação do já citado NIM, com o objetivo de promover a intersetorialidade e a descentralização das ações de inclusão social para as famílias beneficiárias dos programas e serviços sociais do município. A prioridade é dada às famílias inscritas no PBF que tenham crianças e adolescentes em sua composição, bem como crianças e adolescentes com deficiência, ou em situação de acolhimento institucional, em situação de trabalho infantil e/ou cumprindo medidas socioeducativas.

Em 2019, foram criados os NIRs em cada território atendido pelos CRAS (Centros de Referência de Assistência Social). Esses núcleos são formados por representantes das áreas de Assistência Social, Educação, Saúde, Serviços Urbanos e, quando necessário, pelo Conselho Tutelar. O objetivo dos NIRs é promover a integração entre esses serviços para garantir a inclusão social das famílias e prevenir o agravamento de riscos sociais, com prioridade para famílias vulneráveis, especialmente aquelas que incluem crianças, adolescentes, mulheres, idosos ou pessoas com deficiência, bem como indivíduos em situação acolhimento institucional.

Parcerias com instituições, como a UFMG (em 2019), ajudaram a realizar diagnósticos sobre as crianças do município, aprimorando ainda mais as políticas públicas. Em 2021, foi criada uma comissão intersetorial para elaborar o Diagnóstico Municipal da Primeira Infância, utilizando já naquele momento como referência o Instrumento Diagnóstico do Instituto da Infância (IFAN). A adesão à campanha "50 Planos Municipais pela Primeira Infância de Minas Gerais" em agosto de 2023 impulsionou a elaboração do 1º PMPI 2024-2034, culminando na criação do Comitê Municipal pela Primeira Infância, por meio do Decreto nº 2.539/2024 (ver Anexo A), e na realização de uma Audiência Pública para a apresentação do PMPI, ocorrida em 26 de agosto de 2024, no Cine Bandeirante - Centro Cultural José da Costa Sepúlveda, como parte da 1ª Semana Municipal da Educação Infantil.

A elaboração desse PMPI é um marco histórico para Sabará, sendo resultado de um processo participativo que incluiu a escuta ativa das crianças, influenciando diretamente a formulação das políticas municipais voltadas para a primeira infância.



7. A Participação Infantil no PMPI

Figura 8 – Crianças participantes das oficinas para elaboração do PMPI



Fonte: Acervo próprio - PMPI

Em maio de 2024, como parte do desenvolvimento deste PMPI, foram realizadas oficinas de escuta com crianças da educação infantil. As crianças atendidas pelos programas Família Acolhedora e Criança Feliz também participaram, durante visitas domiciliares, e as crianças residentes na Casa Lar também foram ouvidas.



As oficinas, que envolveram crianças de 3 a 6 anos de todos os bairros e distritos de Sabará, contaram com a participação das seguintes instituições de ensino:

- Casa Lar Bom Pastor
- CEI Dona Arminda Barbosa Amorim
- CEI Irmãos Santos Braz
- CEI Luiz Gomes de Assis
- CEI Santos Dumont
- CEI Senhor Antônio Luethe
- Creche Aníbal Machado - CAIC
- Creche Lar de Maria
- EM Castanheiras
- EM Construtor Joaquim Borges
- EM Edith de Assis Costa
- EM Geralda Dias de Assunção
- EM Geraldo dos Santos
- EM Jules Pauly
- EM Maria Célia de Freitas
- EM Maria Costa Pinto
- EM Ordália Ferreira Campos
- EM Orozimbo Vaz de Araújo Costa
- EM Padre Sebastião Tirino
- EM Presidente Eurico Gaspar Dutra
- EM Professora Elza Soares
- EM Professora Maria Aparecida Batista
- EM Professora Marita Dias
- EM Professora Rosalina Alves Nogueira
- EM Professora Tiná Costa

Metodologia

As oficinas de escuta das crianças foram realizadas de forma coletiva, organizadas por turmas nas escolas, e individualmente durante as visitas domiciliares realizadas pelos visitantes do Programa Criança Feliz. A estrutura das oficinas seguiu cinco etapas:

- etapa 1: apresentação dos facilitadores e explicação do objetivo da atividade;
- etapa 2: brincadeiras de descontração e quebra-gelo;
- etapa 3: contação de histórias;
- etapa 4: apresentação dos alunos e confecção dos desenhos;
- etapa 5: encerramento com agradecimento e feedback sobre a produção dos desenhos.

A metodologia utilizada baseou-se em uma análise crítica do contexto das políticas públicas municipais, com o objetivo de estimular nas crianças uma reflexão sobre melhorias necessárias para adequar os espaços, promovendo o direito ao brincar. As crianças tiveram a oportunidade de expressar livremente seus desejos e necessidades para o bem comum. Após essa reflexão, cada criança iniciou a confecção de desenhos, projetando suas ideias por meio de ilustrações e participando de uma roda de conversa durante a dinâmica. Concluídas as quatro primeiras etapas, cada criança então apresentou seu desenho, explicando suas ilustrações e as razões por trás de suas escolhas.

Durante a realização das oficinas, observou-se que a equipe técnica esteve profundamente envolvida no desenvolvimento das atividades. Inicialmente, as crianças demonstraram timidez e curiosidade, mas, conforme a proposta avançava, elas foram se sentindo mais à vontade e participaram de maneira cada vez mais ativa.

Após a conclusão das etapas previstas na metodologia, foi realizada a análise e sistematização dos desenhos, agrupados nas seguintes categorias:

- **Educação:** as crianças destacaram a importância do brincar na escola, sugerindo melhorias na estrutura escolar para permitir a realização de mais atividades lúdicas e recreativas. Além disso, valorizaram o processo de alfabetização e a qualidade da merenda escolar.
- **Saúde:** as crianças abordaram diversos aspectos relacionados à saúde, como a necessidade de contratação de mais médicos e outros profissionais da área, maior disponibilidade de vacinas, ampliação do número de unidades de saúde e agilidade no atendimento das ambulâncias. Também mencionaram a criação de unidades de saúde próximas de suas residências, melhorias na qualidade do atendimento, além da preocupação com a resolução de problemas epidêmicos, como dengue e COVID.
- **Cultura, Esporte e Lazer:** as crianças expressaram o desejo por mais espaços de recreação infantil na cidade, como praças, parques, quadras esportivas, piscinas, oficinas, teatros, eventos musicais e cinemas.
- **Questões Urbanas:** as crianças retrataram questões relacionadas ao trânsito, transporte público e escolar, limpeza urbana, asfaltamento, iluminação pública, estrutura urbanística e a preocupação com inundações durante os períodos de chuva. A limpeza dos rios foi sugerida como uma solução para o problema das enchentes. Algumas crianças também propuseram a criação de um novo meio de transporte público, como uma linha de metrô, para facilitar a locomoção dos moradores.
- **Moradia e Alimentação:** as crianças desenharam melhores condições de habitação e estruturas de lazer próximas às suas casas. Demonstraram empatia ao abordar a situação das pessoas em situação de rua. Em relação à alimentação, manifestaram o desejo por refeições mais nutritivas e pela gratuidade de alimentos.

- **Segurança:** as crianças refletiram sobre seus medos em relação à segurança na escola e em suas comunidades. Destacaram a importância de maior presença da polícia militar e da guarda municipal nas ruas para garantir sua segurança.
- **Meio Ambiente:** nesta categoria, amplamente representada nos desenhos, as crianças expressaram o desejo por mais espaços abertos para brincar, que fossem acessíveis, adaptados e em contato direto com a natureza. Também destacaram a convivência com seus animais domésticos e a preocupação com o grande número de animais abandonados nas ruas, sem os cuidados necessários.
- **Emprego:** as crianças mencionaram a falta de dinheiro e o desejo de um aumento do poder aquisitivo para melhorar as condições de vida de suas famílias, além de se solidarizarem com aqueles em necessidade. Algumas foram mais incisivas ao apontar a falta de oportunidades de emprego para seus cuidadores.
- **Visão das Crianças Atípicas:** as crianças atípicas participaram de maneira ativa, contando com o apoio de suas monitoras durante a realização da atividade. Considerando o perfil diagnóstico de cada uma, elas apresentaram resultados satisfatórios em termos de compreensão e desenvolvimento da proposta.
- **Outras Leituras Técnicas:** nesta categoria foram analisados alguns desenhos que demonstraram certa dificuldade de compreensão da proposta. Foram identificados pontos de interpretação individual e pessoal por parte das crianças, os quais não se enquadraram nos eixos estratégicos. Um aspecto importante a ser destacado é que muitas crianças registraram com frequência a importância dos laços familiares e o cuidado mútuo entre os membros da família.



Considerações

Ao final da análise técnica e da aplicação metodológica, foram delineados pontos fundamentais e estruturantes para a política pública. Os resultados reforçam o princípio de que uma cidade adequada para as crianças da primeira infância também atende às necessidades de todos os cidadãos.

As solicitações feitas pelas crianças durante as atividades são de extrema importância para o desenvolvimento do município, considerando as demandas deste plano estratégico voltado para a construção e o aprimoramento dos serviços, programas e projetos públicos municipais, especialmente nas áreas de lazer, mobilidade e saneamento, em consonância com as ideias expressadas pelas crianças.

Nas produções realizadas pelas crianças de até quatro anos, observou-se que, devido a fatores cognitivos relacionados ao desenvolvimento dessa faixa etária, a assimilação da proposta foi um pouco mais limitada em comparação com as crianças na fase final da primeira infância. Diante disso, as análises foram feitas em conjunto com o que foi expresso verbalmente pelas crianças, ampliando o entendimento das demandas levantadas.

De forma geral, constatou-se que as crianças foram muito criativas ao responderem ao objetivo proposto. É importante também destacar o empenho e a adesão das escolas, em especial dos professores e monitores, que, além de coordenarem a produção dos desenhos, contribuíram com a redação de relatórios, registros de imagens e vídeos, enriquecendo ainda mais a proposta do PMPI de Sabará.

O Apêndice A, ao final do documento, apresenta detalhadamente informações quali-quantitativas sobre a participação das crianças durante o processo de elaboração deste PMPI.



8. Eixos Estratégicos

Os eixos estratégicos, apresentados a seguir, foram estruturados para dar visibilidade às principais linhas de ação da política municipal de atendimento aos direitos das crianças de 0 a 6 anos, em Sabará. Cada eixo estratégico apresenta o Diagnóstico Situacional da Primeira Infância, que demonstra os avanços alcançados até o momento, além dos desafios a serem enfrentados para garantir o desenvolvimento integral das crianças sabarenses. Os eixos estratégicos são os seguintes:

- Direito à Assistência Social;
- Direito à Educação;
- Direito à Saúde;
- Direito ao Meio Ambiente;
- Direito à Cultura e ao Lazer;
- Direito ao Esporte.

O Comitê Gestor da Primeira Infância, instituído pelo Decreto Municipal nº 2.539 de 19 de fevereiro 2024, criou um grupo de trabalho formado por representantes das políticas setoriais. De forma colaborativa, esse grupo formulou um planejamento decenal para enfrentar os desafios mais significativos, identificando indicadores prioritários a serem superados. Este planejamento, elaborado por cada área, estabelece objetivos e metas a serem alcançados nos próximos dez anos, conforme os quadros operativos que detalham as ações estratégicas a serem desenvolvidas nos processos de execução, monitoramento e avaliação do PMPI de Sabará 2024 – 2034.

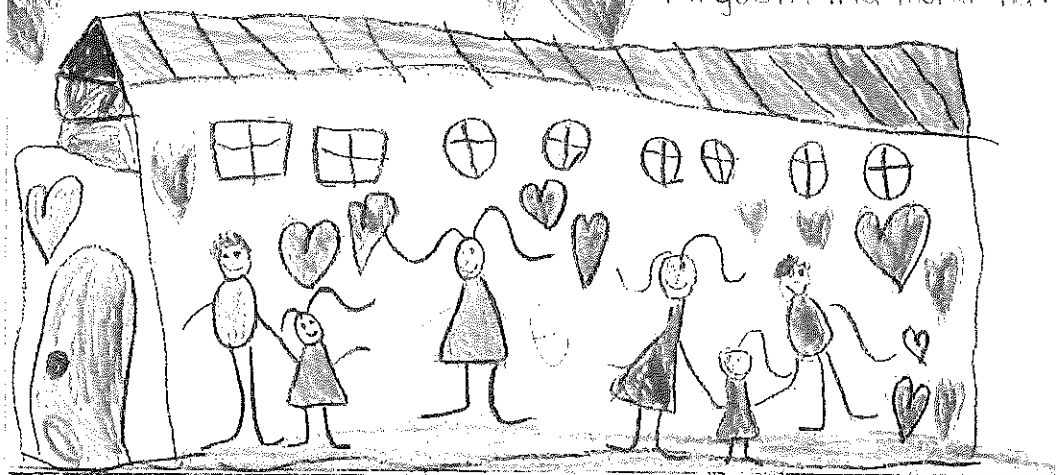


ESCOLA MUNICIPAL "PRESIDENTE EURICO GASPAR DUTRA"

ALUNO: ALICE GABRIELA TURMA: 2º Período PROFESSORA: Valéria

"SE CRIANÇA GOVERNASSE O MUNDO,"

Ninguém iria morrer na rua?



8.1. Direito à Assistência Social

A assistência social foi instituída na CF de 1988 e regulamentada pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/93, como uma política pública não contributiva, destinada ao atendimento de famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social, risco pessoal e social, e violação de direitos. Essa política compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa pública, estatal e não estatal. A centralidade da família na política de assistência social destaca que, para alcançar resultados eficazes na proteção de crianças na primeira infância, é fundamental garantir a proteção da família como um todo, uma vez que, especialmente nessa fase do desenvolvimento, a família representa o principal núcleo de proteção e cuidado.



A vigilância socioassistencial, juntamente com a proteção social e a defesa de direitos, formam o tripé essencial da política de assistência social. Ela opera na gestão territorial, com o objetivo de prevenir a ocorrência ou o agravamento de vulnerabilidades nas famílias residentes na área. A vigilância se concretiza por meio da análise de resultados quantitativos e qualitativos da oferta socioassistencial, além de contribuir para a produção de diagnósticos que auxiliam no planejamento de ações e no conhecimento aprofundado do território.

Diagnóstico Situacional

A assistência social para crianças de 0 a 6 anos em Sabará é realizada por meio da Rede Pública e da Rede Parceira, composta por Organizações da Sociedade Civil (OSCs) inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) e no CMDCA. A Rede Pública do município é formada por nove CRAS e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Já a Rede Socioassistencial Parceira é composta por sete entidades que oferecem o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) para crianças dessa faixa etária, duas Casas Lares (Acolhimento Institucional) e o Programa Família Acolhedora (Acolhimento Familiar), destinados a crianças afastadas do convívio familiar por medida de proteção judicial, em razão de violações de direitos.

As ofertas socioassistenciais no Sistema Único de Assistência Social (SUAS) são organizadas por níveis de complexidade: Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), que se diferenciam por seu público-alvo e pelo grau de vulnerabilidade e risco social enfrentado. Essa diferenciação visa oferecer atendimento adequado às necessidades de cada público, garantindo a efetivação de direitos e proteção social.

Alguns Números Referentes à PSB e à PSE

A Tabela 1 apresenta dados sobre PSB e PSE voltadas para a primeira infância em Sabará, com foco no período de 2020 a 2023. Os números destacam a evolução no atendimento a crianças de 0 a 6 anos e gestantes, bem como o aumento dos núcleos do SCFV e o crescimento de grupos de gestantes acompanhados pelo Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF).



A tabela mostra também a cobertura do e do Cadastro Único, refletindo a continuidade dos esforços na assistência social.

Tabela 1 - PSB e PSE na primeira infância em Sabará

PSB e PSE	ANOS			
	2020	2021	2022	2023
Número de núcleos do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV	6	7	7	7
Número de crianças de 0 a 6 anos inseridas no SCFV	93	130	124	111
Número de grupos de gestantes acompanhadas pelo PAIF	0	6	10	10
Número de crianças de até 6 anos acompanhadas pelo PAEFI	36	70	59	42
Número de gestantes acompanhadas pelo PAEFI	2	2	8	3
Quantidade de crianças acompanhadas pelo Programa Criança Feliz	1443	1455	1313	978
Proporção de indivíduos visitados pelo PCF em relação à meta pactuada	84%	89%	68%	55%
Cobertura dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS)	100%	100%	100%	100%
Crianças (0 a 6 anos) inscritas no CadÚnico	6229	5195	6134	6386
Quantidade de benefícios Bolsa Família* (2022 - Dados do Auxílio Brasil - Famílias)	5070	6675	8905	7524

Fonte: Registros internos da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Sabará.

Proteção Social Básica (PSB)

A PSB é composta por um conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais destinados a prevenir situações de risco, desenvolvendo potencialidades, promovendo aquisições e fortalecendo os vínculos afetivos familiares e comunitários. A PSB é voltada para famílias ou indivíduos em situação de vulnerabilidade social, causada por fatores como pobreza, ausência de renda, acesso precário ou inexistente aos serviços públicos, ou fragilização dos vínculos afetivos e sociais.



Para garantir a efetividade da Política de Assistência Social, a PSB se organiza territorialmente em torno dos CRAS, principal porta de entrada da população para os serviços de assistência social. Os territórios de abrangência dos CRAS em Sabará estão listados no Quadro 1, a seguir:

Quadro 1 - Bairros e territórios de abrangência por CRAS

CRAS	BAIRROS/ TERRITÓRIOS DE ABRANGÊNCIA
CRAS Alvorada	Alvorada, Ana Lúcia, Barraginha, Boa Vista, Bom Retiro, Nova Vista, Novo Alvorada, Novo Santa Inês, Nova Marabá, Rio Negro, Santa Inês, Trevo.
CRAS Borba Gato	Amélia Moreira, Bom Destino, Borba Gato, Borges, BR381, Jardim dos Borges
CRAS Castanheiras	Castanheiras, Jardim Castanheiras, Jardim Taquaril
CRAS Centro	Adelmolândia II, Águas Férreas, Alto Bela Vista, Alto Cabral, Alto do Fidalgo, Alto do Cabral, Arraial, Bandeirantes, Bela Vista, Cabral, Caieiras, Campinas, Campo Santo Antônio, Casa Branca, Centro, Córrego da Ilha, Corte de Pedra, Domingos Francisco, Esplanada, Estrada Velha Nova Lima, Fogo Apagou, Francisco de Moura, Gaia, Vila Fonte Grande, Vila Mangueiras, Vila Michel, Vila Nova Vista, Vila Pangaré, Vila Real, Vila Santa Cruz, Vila Santo Antônio, Vila Francisco de Moura, Vila São Sebastião, Vila Vicentina, Galego, Galego de Baixo, Mangabeiras, Morada da Serra, Morro da Cruz, Morro São Francisco, Mundo Velho, Nossa Senhora do Ó, Novo Horizonte, Paciência, Padre Chiquinho, Papa Capim, Pompéu, Praia dos Bandeirantes, Siderúrgica, Terra Santa, Vila Esperança.
CRAS Fátima	Borda da Mata, Vila Nossa Senhora de Fátima, Eucalipto, Mangueira.
CRAS Estação Cidadania / CRAS General Carneiro	Chacreamento Ipê Amarelo, General Carneiro, Ipê Amarelo, Itacolomi, Marzagão, Nações Unidas, Nossa Senhora da Conceição, Valparaíso, Vila dos Coqueiros, Vila Eugênio Rossi, Vila Pangaré, Vila Rica, Vila Santa Rita, Vila São José, Vila São Lourenço, Vila São Sebastião, Vila Santa Maria, Ipê Amarelo, Vila Santa Rita.
CRAS Ravena	Boa Ventura, Brumado, Canaã, Capão Ravena, Chácara do Marcelo, Chacreamento Boa Ventura, Chacreamento Manguinha, Córrego dos Lages, Córrego dos Pintos, Faleiro, Fazenda Boa Esperança, Fugida, Jardim Imperial, Lava Pés, Maquiné, Muniz, Novo Canaã, Palmital, Povoado, Ravena, Ravenópolis, Rio Vermelho, Rodovia BR 262, Siqueira, Traíras.
CRAS Roça Grande	Distrito Industrial Sobradinho, Olaria, Residencial Mangueiras, Roça Grande, Rodovia BR 262, Rosário I, Rosário II, Rosário III, Santo Antônio Roça Grande, Sobradinho, Vila Santo Antônio de Pádua.

Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social de Sabará



A relação descritiva a seguir apresenta os principais programas, serviços e benefícios oferecidos às famílias com crianças na primeira infância, no âmbito da Proteção Social Básica.

CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL (CADÚNICO)

O Cadastro Único identifica e caracteriza famílias de baixa renda, permitindo ao governo entender a realidade socioeconômica dessa população. Nele são registradas informações sobre residência, identificação dos membros, escolaridade, trabalho e renda, entre outros aspectos.

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)

O Bolsa Família reforça o acesso a direitos sociais básicos em educação, saúde e assistência social. Além disso, oferece programas complementares com o objetivo de ajudar famílias a superar a situação de vulnerabilidade.

PROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – PROGRAMA CRIANÇA FELIZ (PCF)

Já abordado anteriormente (Capítulos 3 e 6).

SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL ÀS FAMÍLIAS (PAIF)

O PAIF oferece trabalho social contínuo com famílias, desenvolvido nos CRAS, para fortalecer os vínculos familiares e prevenir sua ruptura. Suas ações visam o desenvolvimento de potencialidades, acesso a direitos, e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.

BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (BPC)

O BPC garante um salário-mínimo mensal para idosos (65+) e pessoas com deficiência que enfrentam impedimentos de longo prazo e dificuldades de interação plena na sociedade. O benefício é concedido a famílias cuja renda mensal é de até ¼ de salário-mínimo por pessoa.



SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)

O SCFV complementa o trabalho do PAIF e do PAEFI por meio de atividades em grupo, como atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais.

BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Os Benefícios Eventuais, previstos pela LOAS, são oferecidos a famílias em situações adversas e incluem:

- Auxílio-funeral, Auxílio-natalidade, Auxílio-gestação-múltipla, Auxílio-alimentação.
- Aluguel social, Isenção de taxas de documentação, Tarifa Social, Passe Livre para Pessoas com Deficiência, Carteira do Idoso.

SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS (SCFV)

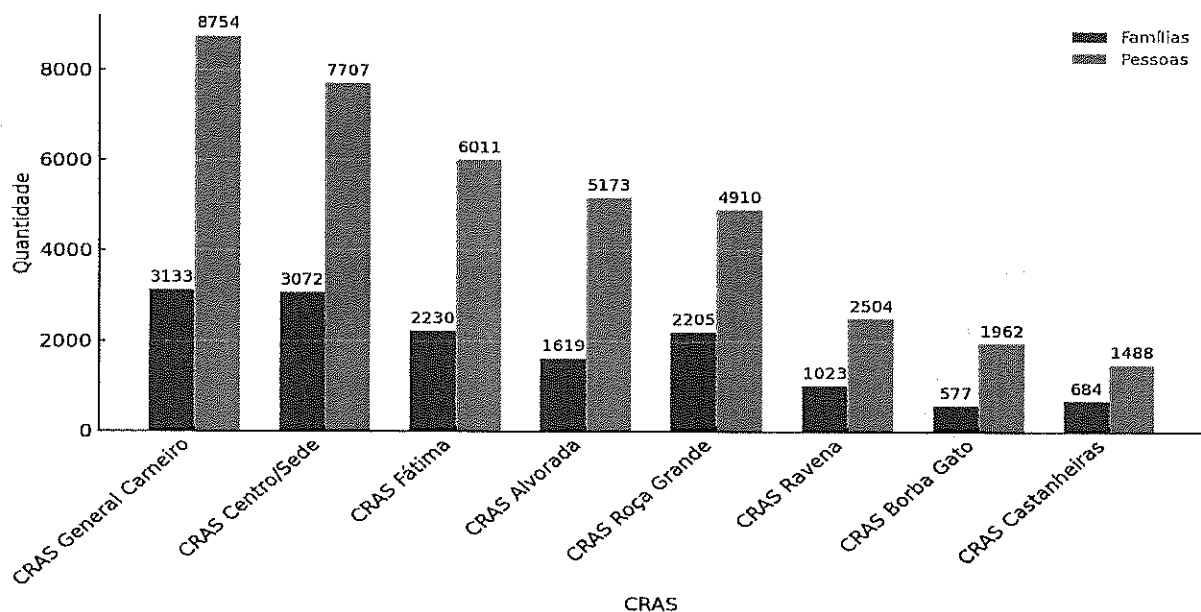
O SCFV complementa o trabalho do PAIF e do PAEFI por meio de atividades em grupo, como atividades artísticas, culturais, de lazer e esportivas, voltadas ao fortalecimento dos vínculos familiares e sociais.

O Relatório de Programas e Ações Sociais do MDS demonstra que, em maio de 2024, havia 20.990 famílias cadastradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal, correspondendo a 50.962 pessoas, o que representa 39,3% da população total estimada de 129.380 habitantes (IBGE, 2022). Os dados do CadÚnico desse período indicam que 20.607 pessoas estão em situação de pobreza, 15.492 em situação de baixa renda e 14.863 possuem renda per capita mensal acima de ½ salário mínimo. Segundo o MDS, por meio do Censo SUAS e do CadÚnico, a cobertura do CRAS em Sabará, desde 2020, alcança 100% das famílias cadastradas.



O Gráfico 1 ilustra o número de famílias e indivíduos cadastrados no CadÚnico, em setembro de 2021, distribuídos pelos territórios de abrangência dos CRAS.

Gráfico 1 - Número de famílias e indivíduos cadastrados no CadÚnico nos territórios de abrangência dos CRAS (setembro de 2021)



Fonte: Cadastro Único do Governo Federal.

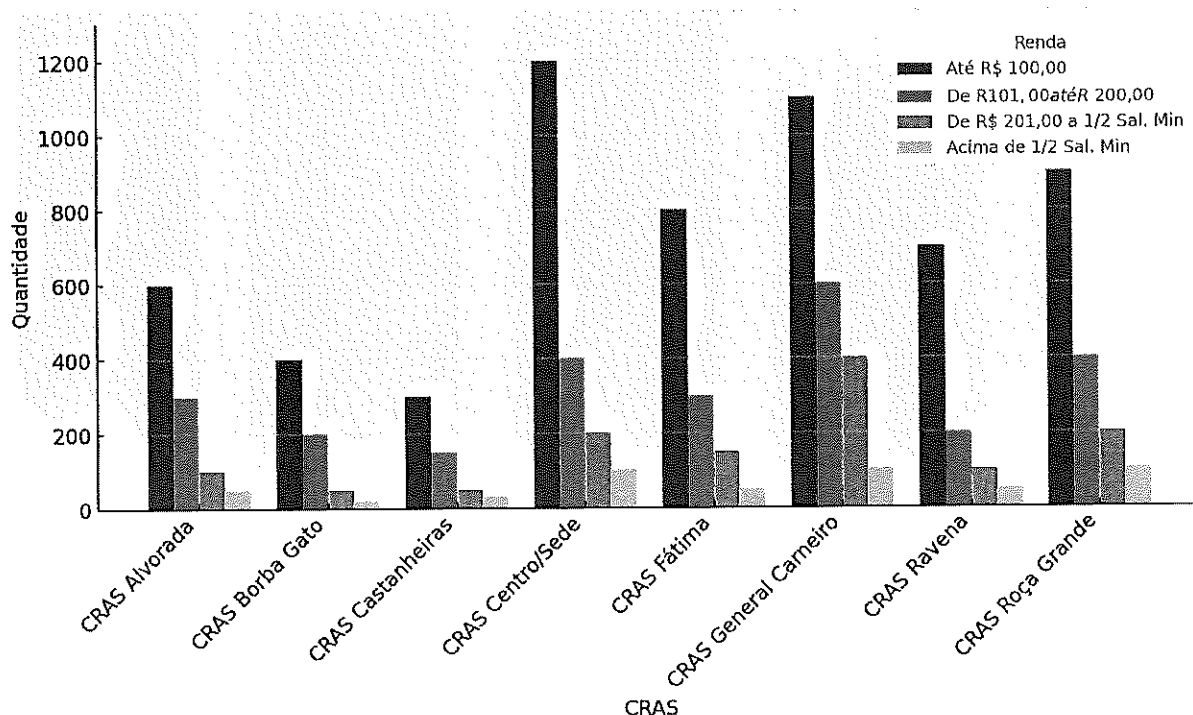
Observa-se a necessidade de realizar o levantamento de indicadores significativos sobre a primeira infância na base de dados do CadÚnico, de forma territorializada:

- Número de crianças de 0 a 6 anos de idade registradas no CadÚnico, por território de abrangência dos CRAS.
- Número de crianças de 0 a 6 anos de idade registradas no CadÚnico que recebem o Benefício Bolsa Família, por território de abrangência dos CRAS.
- Número de crianças de 0 a 6 anos de idade registradas no CadÚnico que recebem o Benefício de Prestação Continuada, por território de abrangência dos CRAS.
- Número de benefícios eventuais por situação de nascimento concedidos anualmente.
- Dados registrados sobre o processo de implantação do Programa Nutrir Sabará, iniciado em 2024, destinado ao combate à desnutrição infantil.



O Gráfico 2 mostra que as famílias consideradas de baixa renda, cadastradas no CadÚnico, estão concentradas principalmente nas áreas de abrangência dos CRAS General Carneiro, CRAS Centro e CRAS Roça Grande.

Gráfico 2 - Número de famílias cadastradas no CadÚnico, por faixas de renda e territórios de abrangência dos CRAS (setembro de 2021)

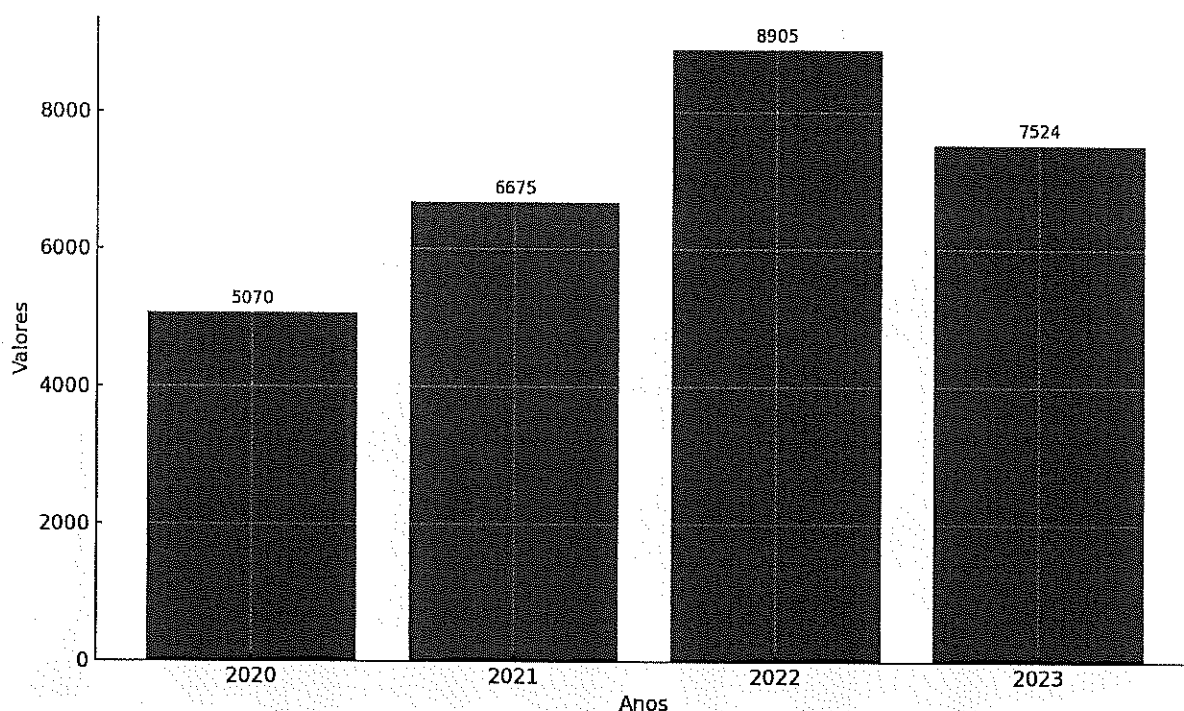


Fonte: Cadastro Único do Governo Federal

Segundo o Relatório de Informações Sociais (RI Bolsa Família e Cadastro Único) do Ministério do Desenvolvimento Social (maio/2024), a Taxa de Atualização Cadastral (TAC) do município é de 81,3%, enquanto a média nacional é de 86,7%. A TAC é calculada dividindo-se o número de famílias cadastradas (com renda mensal per capita de até ½ salário mínimo e com cadastro atualizado) pelo total de famílias cadastradas nessa mesma faixa de renda, multiplicando-se o resultado por cem.

O Gráfico 3 apresenta a evolução da concessão de benefícios do PBF entre os anos de 2020 e 2023, destacando o número de famílias beneficiadas em cada período.

Gráfico 3 - Quantidade de benefícios do Programa Bolsa Família (2020 a 2023)



Fonte: Relatório de Informações do CadÚnico e Bolsa Família (maio/2024)

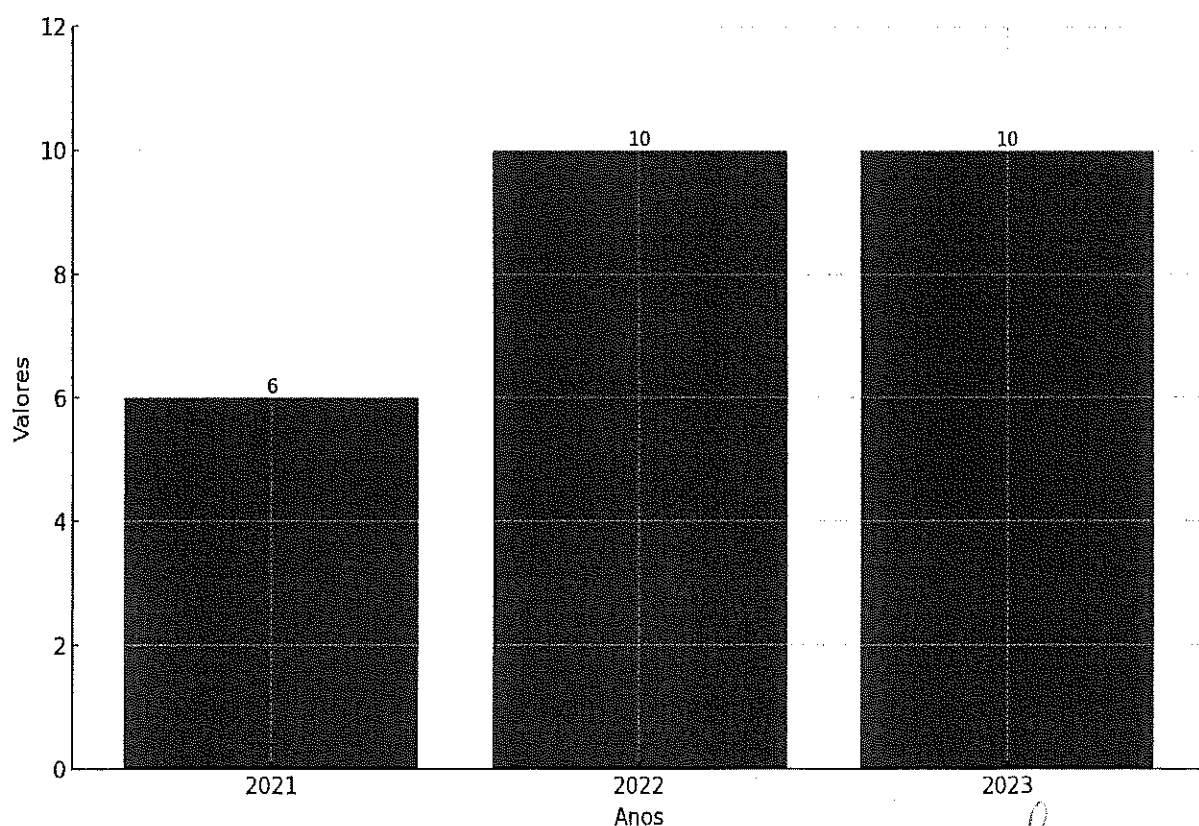
De acordo com o Relatório de Informações do CadÚnico e Bolsa Família de maio de 2024, o município de Sabará atendeu 9.520 famílias por meio do PBF, beneficiando 25.006 pessoas, o que corresponde a um aporte total de R\$ 6.291.286,00 e a um valor médio de R\$ 662,38 por família. Dentro desse montante, foram concedidos 4.651 Benefícios de Primeira Infância (BPI), no valor de R\$ 150,00 por criança, direcionados às famílias com crianças entre 0 e 7 anos incompletos.

A territorialização dessas informações sobre as famílias de baixa renda com crianças de 0 a 6 anos é essencial para a criação de programas e serviços de inclusão produtiva, que fomentem a inserção no mundo do trabalho, o empreendedorismo e a geração de renda, contribuindo para a superação da vulnerabilidade social decorrentes da pobreza. O relatório também aponta que, em maio de 2024, foram concedidos 7.696 Benefícios Variável Familiar (BVF), no valor de R\$ 50,00, destinado a famílias beneficiárias que possuíam, em sua composição: a) gestantes; b) nutrizes; c) crianças com idade entre 7 (sete) anos e 12 (doze) anos incompletos; ou d) adolescentes, com idade entre 12 (doze) anos e 18 (dezoito) anos incompletos.

Além de evidenciar a execução dos programas de transferência de renda (federal, estadual e municipal), um dos principais objetivos da Política de Assistência Social voltada à primeira infância, por meio da PSB, é promover o fortalecimento de vínculos familiares e apoiar a parentalidade. Nesse contexto, além do Serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias, desenvolvido pelos CRAS, os quais atuam de forma preventiva, protetiva e proativa junto às famílias em geral, a PSB possui também o SCFV, desenvolvido pela Rede Parceira vinculada ao CRAS, além do PCF, que em Sabará é executado de forma direta.

O Gráfico 4 apresenta o número de grupos de gestantes atendidas pelo PAIF em Sabará, no período de 2021 a 2023. Vale destacar que em 2020 não havia grupos de gestantes acompanhadas pelo PAIF.

Gráfico 4 - Número de grupos de gestantes acompanhadas pelo PAIF (2021 a 2023)



Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social de Sabará.

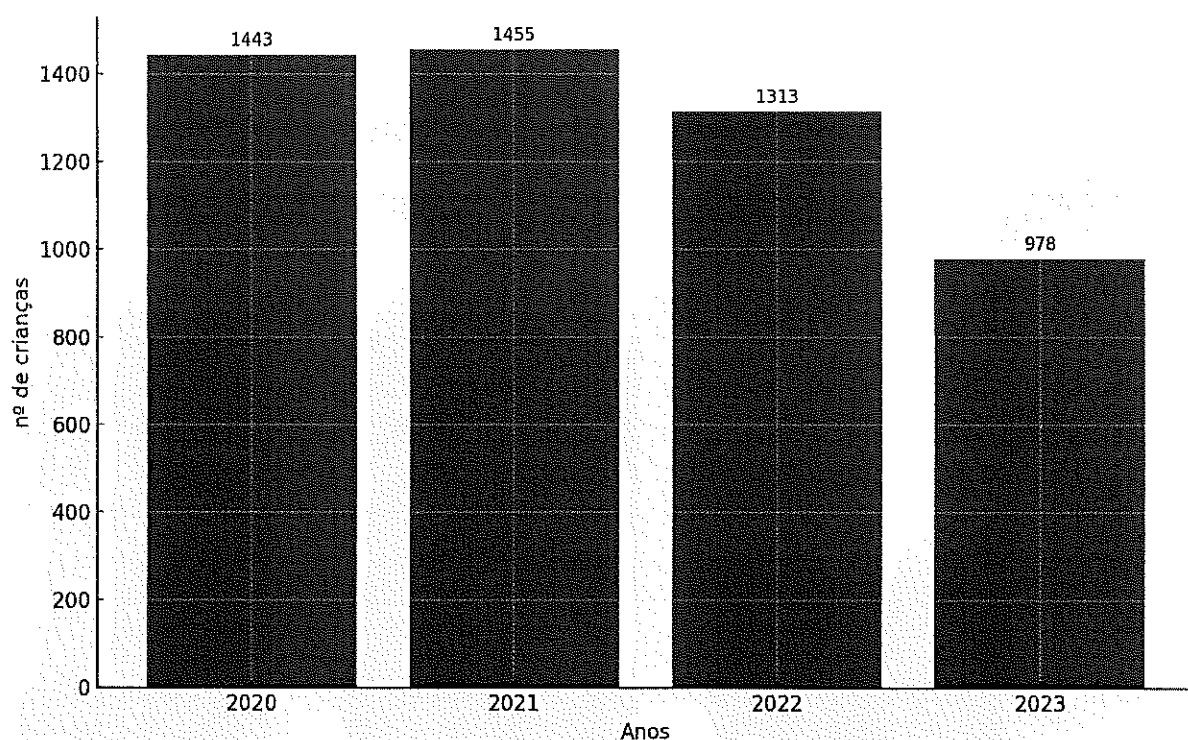




O Gráfico 5 apresenta indicadores referentes ao trabalho desenvolvido pelos profissionais do PCF, especialmente por meio de visitas domiciliares às gestantes e crianças na primeira infância. No ano de 2023, foi observado um déficit no número de visitantes, o que resultou na queda do número de atendimentos realizados.

Em 2024, com a realização de chamamento público e melhorias nas condições de trabalho da equipe, buscou-se ampliar a cobertura do PCF e qualificar as ofertas do programa.

Gráfico 5 - Número de crianças acompanhadas pelo PCF (2020 a 2023)

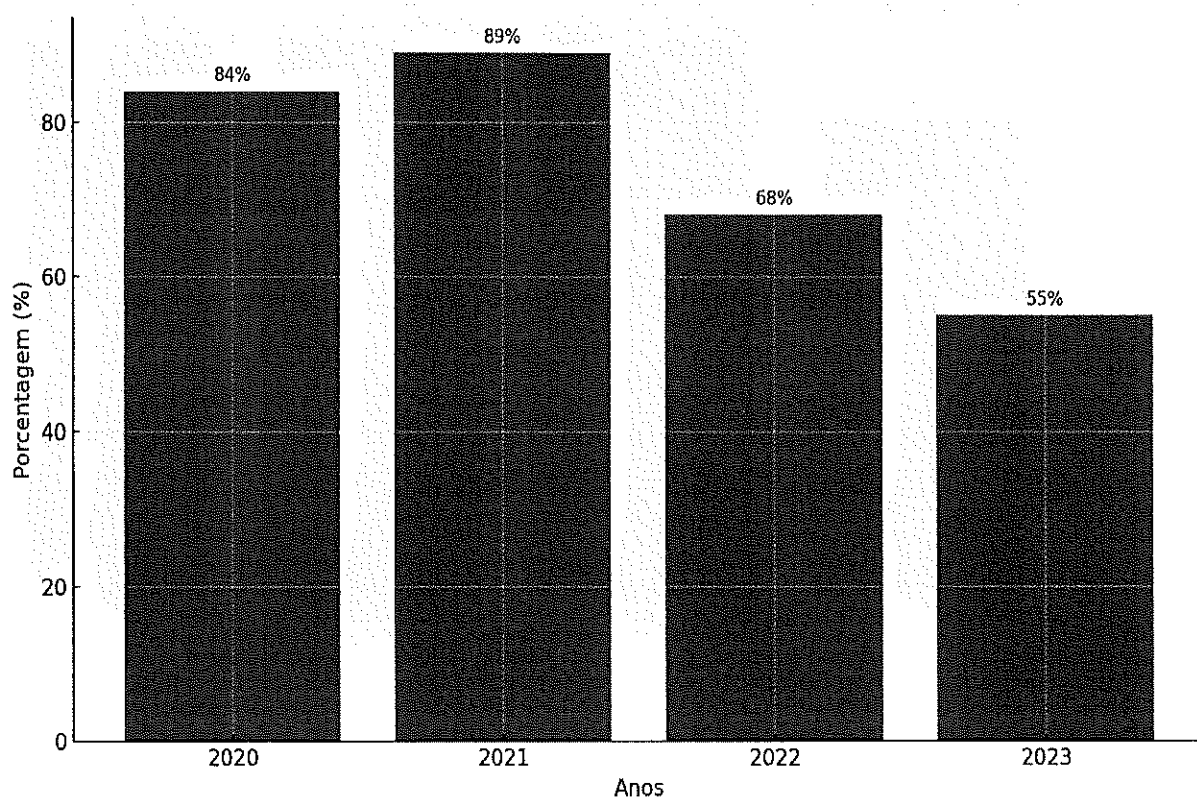


Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social / Observa.org.br / Sistema e-PCF

O Gráfico 6 apresenta o percentual médio de indivíduos visitados pelo PCF em relação à meta pactuada pelo município em cada ano. Desde 2018, a meta pactuada é o atendimento mensal de 1.000 gestantes e crianças na primeira infância.



Gráfico 6 - Percentual de indivíduos visitados pelo PCF, em relação à meta pactuada (2020 a 2023)



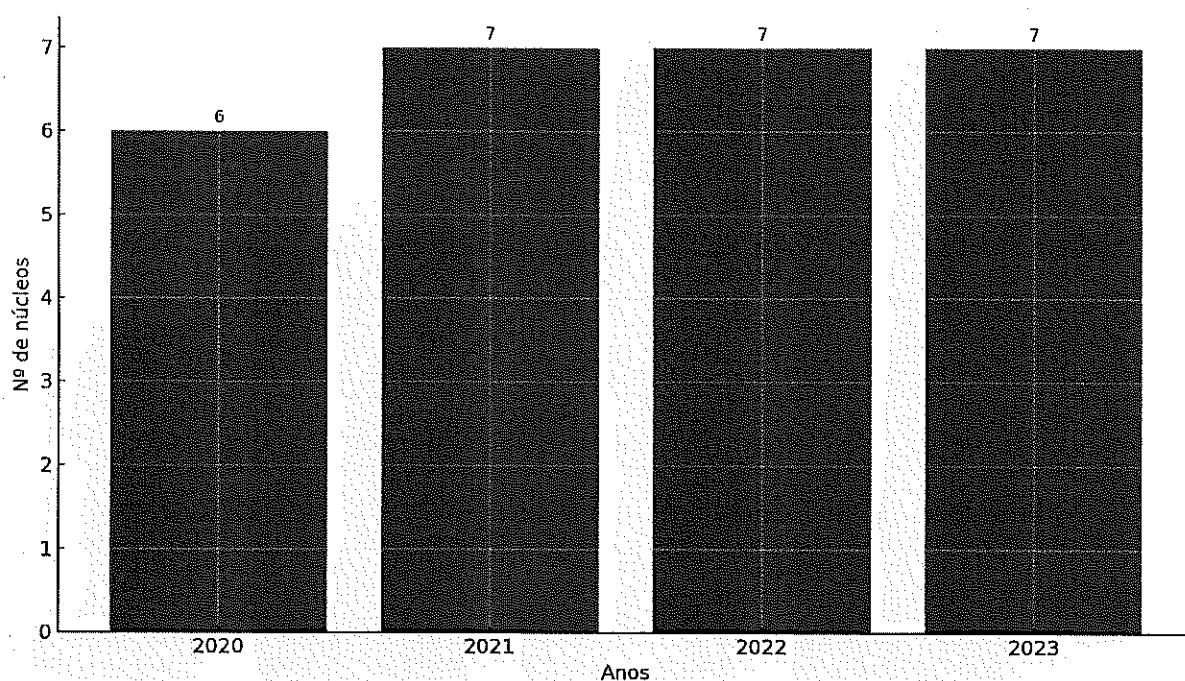
Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social / Sistema e-PCF.

O SCFV compreende diferentes ciclos etários (0 a 6 anos; 7 a 14 anos; 15 a 17 anos; e idosos acima de 60 anos). Na faixa etária de 0 a 6 anos, o serviço é ofertado por meio de encontros grupais, com a participação da criança e do cuidador.

O Gráfico 7 apresenta o número de núcleos de atendimento do SCFV às crianças na primeira infância, no período de 2020 a 2023.



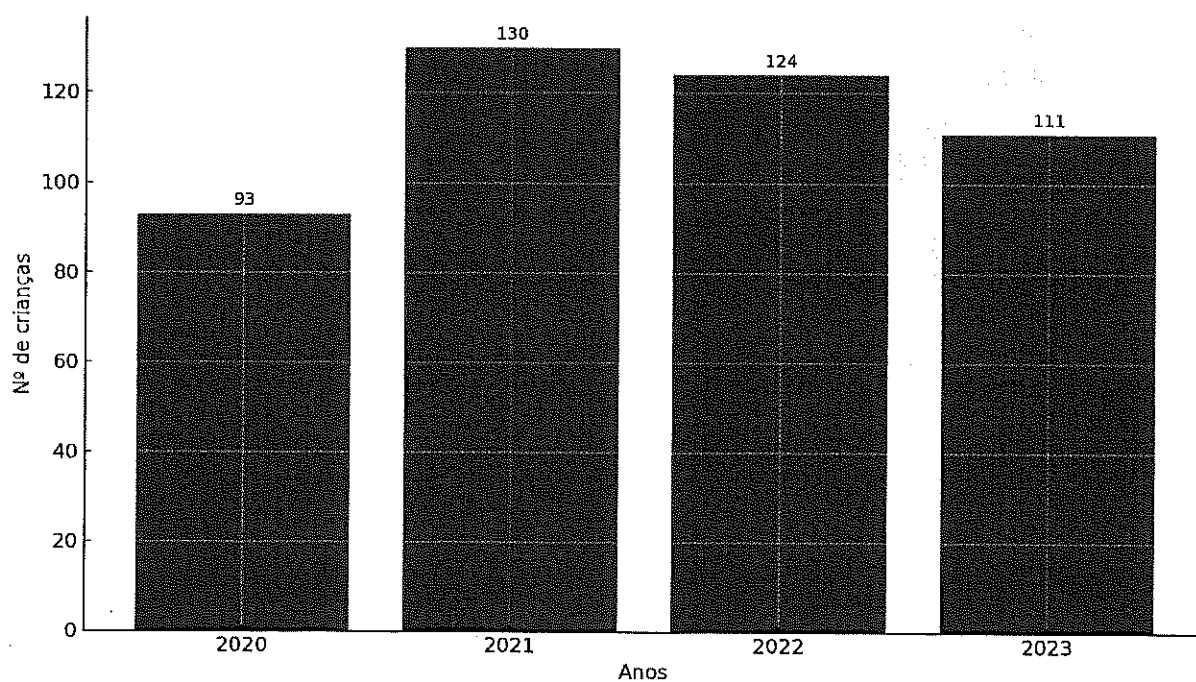
Gráfico 7 - Número de núcleos do SCFV para crianças de 0 a 6 anos (2020 a 2023)



Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Observa-se, no Gráfico 8, que ainda é reduzido o número de crianças na primeira infância que estão inseridas nos SCFV para essa faixa etária.

Gráfico 8 - Número de crianças de 0 a 6 anos inseridas no SCFV (2020 a 2023)



Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.



Proteção Social Especial (PSE)

A PSE é destinada a famílias e indivíduos que se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados por situações como abandono, maus-tratos, uso de substâncias psicoativas, violência física ou psicológica, abuso ou exploração sexual, rompimento ou fragilização de vínculos, afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida protetiva de acolhimento e/ou socioeducativa, ou pelo descumprimento de medidas socioeducativas.

Proteção Social Especial (PSE) de Média Complexidade

A PSE de Média Complexidade visa atender indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social, mas que ainda não precisam ser afastados de seu núcleo familiar ou comunitário. Embora esses indivíduos não necessitem de acolhimento institucional, eles enfrentam situações de risco que exigem acompanhamento especializado. O Quadro 2 descreve o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Quadro 2 - PSE de Média Complexidade/PAEFI

NOME	DESCRIÇÃO
Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI)	Serviço desenvolvido pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), voltado para famílias e indivíduos em situação de violação de direitos, incluindo crianças na primeira infância. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações, promovendo direitos e fortalecendo as relações familiares e sociais.

Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.



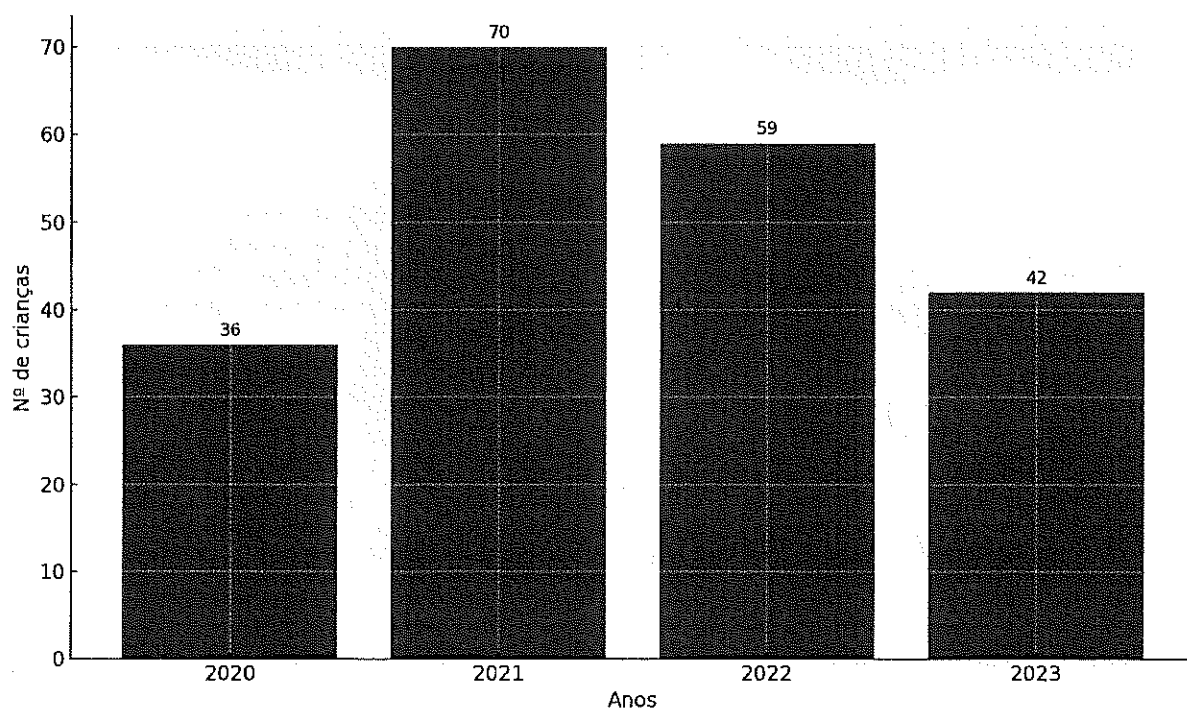
O acesso ao CREAS ocorre por meio da identificação e encaminhamento das violações pelos serviços socioassistenciais, políticas públicas setoriais, órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD), ou por demanda espontânea.

O PAEFI oferece apoio, orientação e acompanhamento, contribuindo para:

- a) o rompimento de padrões violadores de direitos, situações de violência e exploração;
- b) o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e da função protetiva da família;
- c) a superação dessas situações;
- d) o acesso à rede de proteção social;
- e) a prevenção de agravamentos de riscos por violação de direitos.

O Gráfico 9 apresenta o atendimento realizado pelo PAEFI a crianças na primeira infância e suas famílias.

Gráfico 9 - Número de crianças de 0 a 6 anos acompanhadas pelo PAEFI (2020 a 2023)

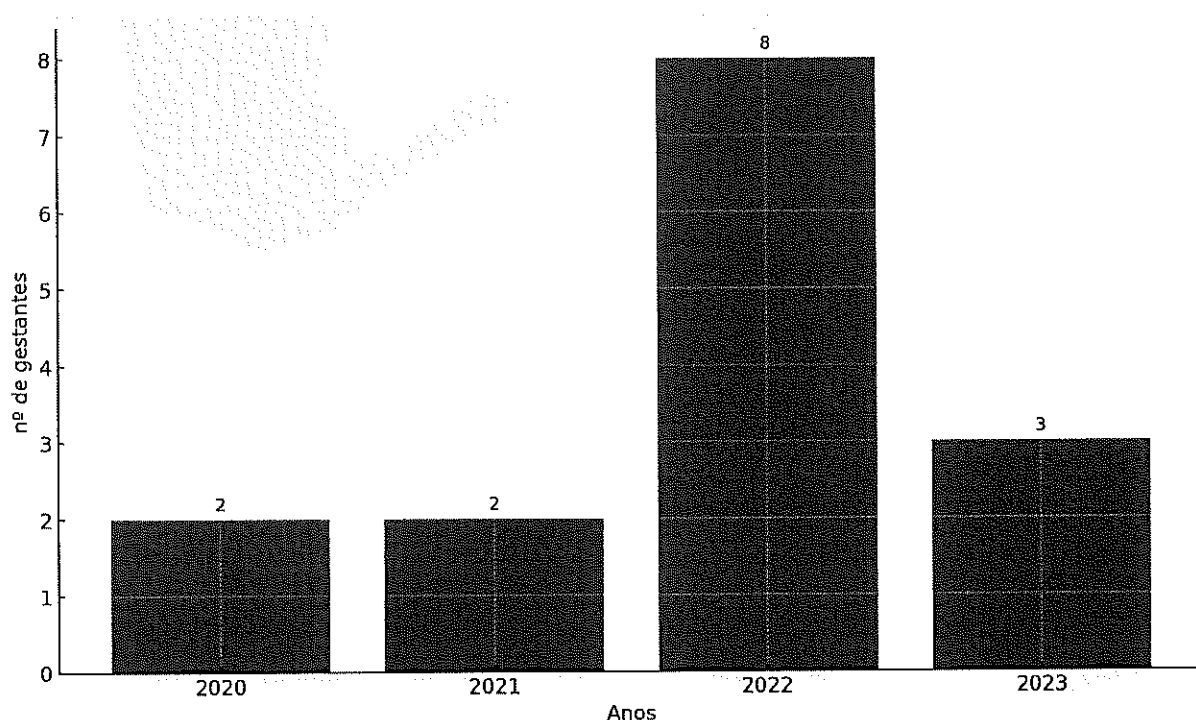


Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.



Gestantes, crianças e adolescentes são o principal público atendido pelo CREAS, por meio do PAEFI. Os atendimentos são registrados no Relatório Mensal de Atendimentos (RMA). O Gráfico 10 mostra o número de gestantes atendidas pelo PAEFI nos anos de 2020 a 2023. Esses dados foram obtidos por meio do cruzamento de informações registradas no CREAS e no Programa Criança Feliz, que realiza visitas domiciliares mensais às gestantes. O PAEFI desenvolve um trabalho social com o apoio de uma equipe multidisciplinar, composta por assistentes sociais, psicólogos e advogados.

Gráfico 10 - Número de gestantes acompanhadas pelo PAEFI (2020 a 2023)



Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social / RMA CREAS/PCF.



Combate às Violências

Aurora



A violência infantil é um grave problema social que acarreta sérias consequências mentais, emocionais e físicas ao longo de toda a vida, impactando profundamente no desenvolvimento da criança.

Segundo dados do *Disque 100*, um dos canais da Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos, o número de denúncias de violência contra crianças e adolescentes já ultrapassou 200 mil em 2024, no Brasil. Dessas denúncias, mais de 23 mil se referem a crianças em fase de gestação até os 6 anos de idade, período conhecido como Primeira Infância. Cerca de 80% dos casos de violência são intrafamiliares, ou seja, os agressores convivem com a criança ou fazem parte de seu círculo social.

Com a pandemia de COVID-19, houve um aumento considerável nos índices de violência doméstica, uma vez que as crianças passaram a maior parte do tempo em suas residências.



Em estudo recente, a UNESCO apontou que os serviços voltados para a primeira infância no Brasil são deficitários. Por exemplo, há investimentos desiguais na educação da primeira infância em diferentes regiões do país, falta de padrões de cuidado claramente definidos e estabelecidos, e treinamentos inconsistentes para professores e profissionais que atuam com a primeira infância. Esses problemas, enquanto não corrigidos, podem resultar em consequências irreversíveis na vida adulta. Até os quatro anos de idade, a criança já desenvolveu grande parte de seu potencial mental. Durante esse período, os cuidados e as influências afetivas e socioculturais são de extrema importância para que a criança cresça e se torne uma pessoa promotora da paz.

Embora o Brasil tenha desenvolvido políticas públicas para combater a violência infantil, ainda falta cumprir de forma mais efetiva as metas estabelecidas. É salutar implementar ações voltadas principalmente para famílias, escolas e profissionais que lidam diretamente com a infância. Dessa forma, a sociedade estaria mais preparada para compreender o processo de desenvolvimento de crianças e adolescentes e os inúmeros fatores que podem favorecer situações de violência.

As leis brasileiras voltadas para a proteção e combate à violação dos direitos da criança e do adolescente incluem:

- **Constituição Federal.**
- **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).**
- **Marco Legal da Primeira Infância (Lei nº 13.257/2016):** dispõe sobre as políticas públicas para a primeira infância.
- **Lei do Menino Bernardo ou Lei da Palmada (Lei nº 13.010/2014):** proíbe o uso de castigos físicos ou tratamentos cruéis na educação de crianças e adolescentes.
- **Lei Henry Borel (Lei nº 14.344/2022):** cria mecanismos para a prevenção e o enfrentamento da violência doméstica e familiar contra crianças e adolescentes.



- **Lei nº 11.523/2007:** institui a Semana Nacional de Prevenção da Violência na Primeira Infância, a ser celebrada entre os dias 12 e 18 de outubro.
- **Lei nº 9.970/2000:** institui o dia 18 de maio como o Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.
- **Lei nº 11.542/2007:** institui o dia 12 de junho como o Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.
- **Lei nº 13.431/2017:** institui a escuta protegida de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.

É essencial que as leis se traduzam em ações eficazes e duradouras, capazes de combater a violência de forma direta, por meio de sistemas de prevenção focados na primeira infância, que integrem saúde, educação, proteção social e justiça em uma rede intersetorial. A prevenção da violência contra a criança é viável, sobretudo com o fortalecimento da parentalidade positiva e não violenta. Além disso, é fundamental que a sociedade utilize os canais de denúncia disponíveis para que casos de violência sejam prontamente identificados e as medidas de proteção aplicadas com agilidade.

CANAIS DE DENÚNCIAS

Conselho Tutelar

Ministério Público

Disque 100 – Direitos Humanos

Ligue 180 – Violência contra meninas e mulheres

Ligue 190 – Polícia Militar

Ligue 153 – Guarda Civil Municipal



Atendimentos Realizados pela Rede de Proteção e o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA)

Durante as reuniões do grupo de trabalho responsável pela coordenação da elaboração deste PMPI, constatou-se uma fragilidade no preenchimento do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA) pelo Conselho Tutelar. Essa falha afeta a integração com os demais órgãos responsáveis pelo atendimento e pelas notificações de violações de direitos de crianças na primeira infância. Essa lacuna tem sido um desafio para que o município obtenha dados precisos sobre a real situação das ocorrências ao longo dos anos. O problema pode indicar um nível significativo de subnotificação, destacando a necessidade de fortalecer o SGD para assegurar o correto preenchimento dos sistemas de registro de violência contra a criança.

A Tabela 2, a seguir, destaca o número de crianças de 0 a 6 anos que foram vítimas de violência e negligência entre 2020 e 2023, mostrando a persistência de violações de direitos fundamentais. A violência intrafamiliar, com picos preocupantes em 2021, revela a necessidade de ações preventivas e de suporte às famílias, além de políticas públicas mais robustas para a proteção infantil e o fortalecimento da convivência familiar e comunitária.

Tabela 2 - Número de crianças de 0 a 6 anos vítimas de violência/negligência e número de acolhimento dessas crianças (2020-2023)

SITUAÇÃO / ANO	2020	2021	2022	2023
Violência intrafamiliar (física ou psicológica): abuso e exploração sexual; negligência ou abandono	36	70	59	42
Violação aos direitos de liberdade, respeito e dignidade: violência física ou psicológica	15	18	6	5
Convivência familiar e comunitária: violação à dignidade / negligência familiar	18	38	48	30
Violação aos direitos de liberdade – convivência familiar e comunitária: violência sexual (abuso)	3	14	5	7
Exploração do trabalho infantil	1	2	0	0
Acolhimento institucional	8	6	6	6
Inserção em famílias acolhedoras (número de famílias acolhedoras)	0	0	0	1

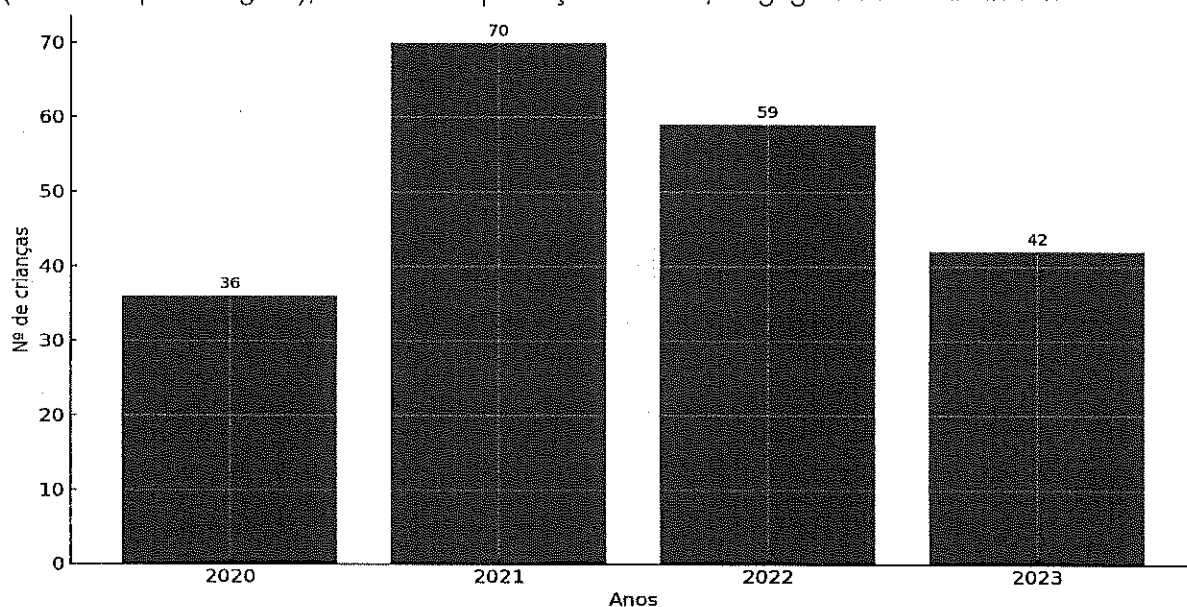
Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.



Detalhamento das Violações

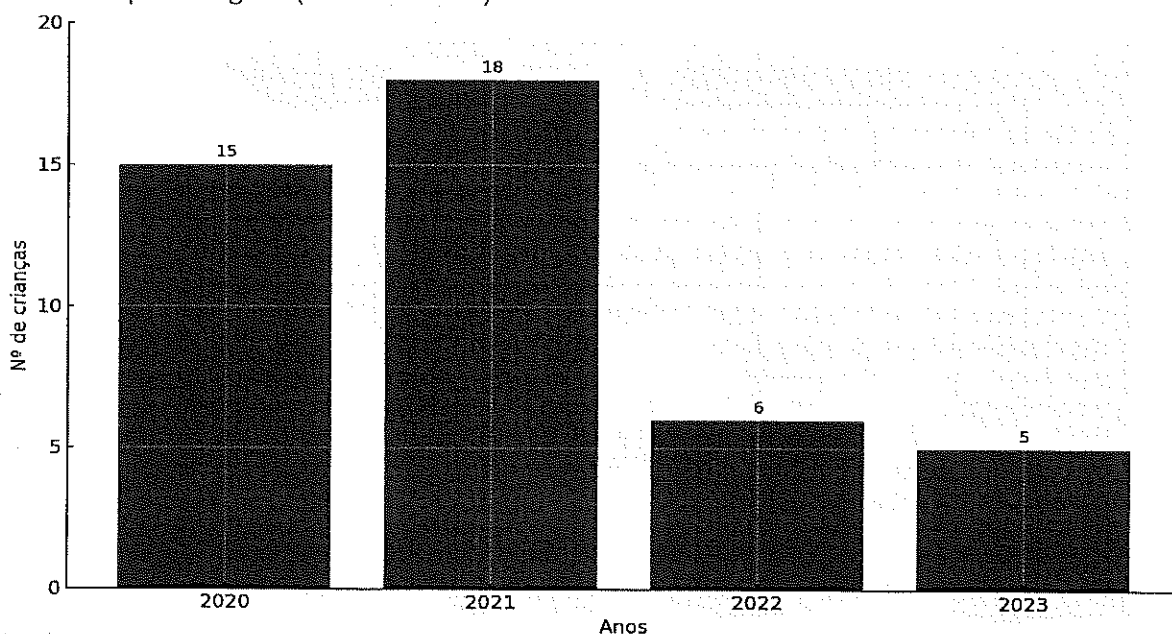
Os Gráficos 11 a 17 detalham as informações contidas na Tabela 2.

Gráfico 11 - Número de crianças (0 a 6 anos) submetidas a violência intrafamiliar (física ou psicológica), abuso e exploração sexual, negligência ou abandono



Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.

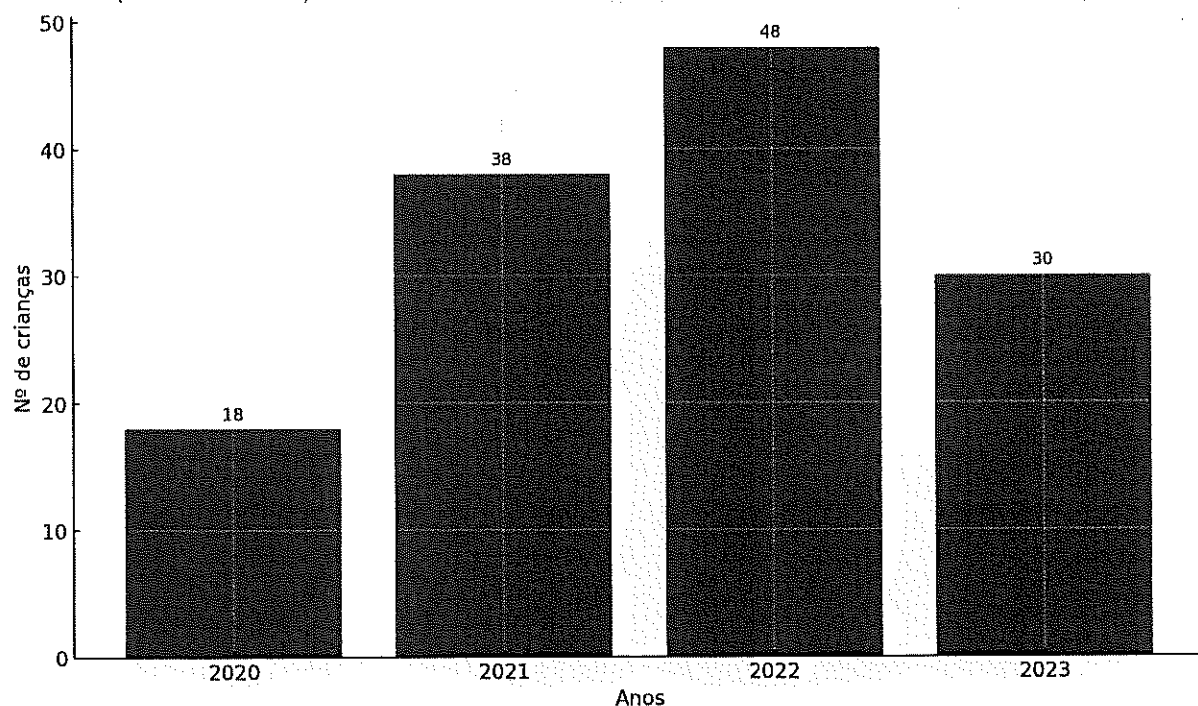
Gráfico 12 - Número de crianças de 0 a 6 anos submetidas a situações de violência física ou psicológica (2020 a 2023)



Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.

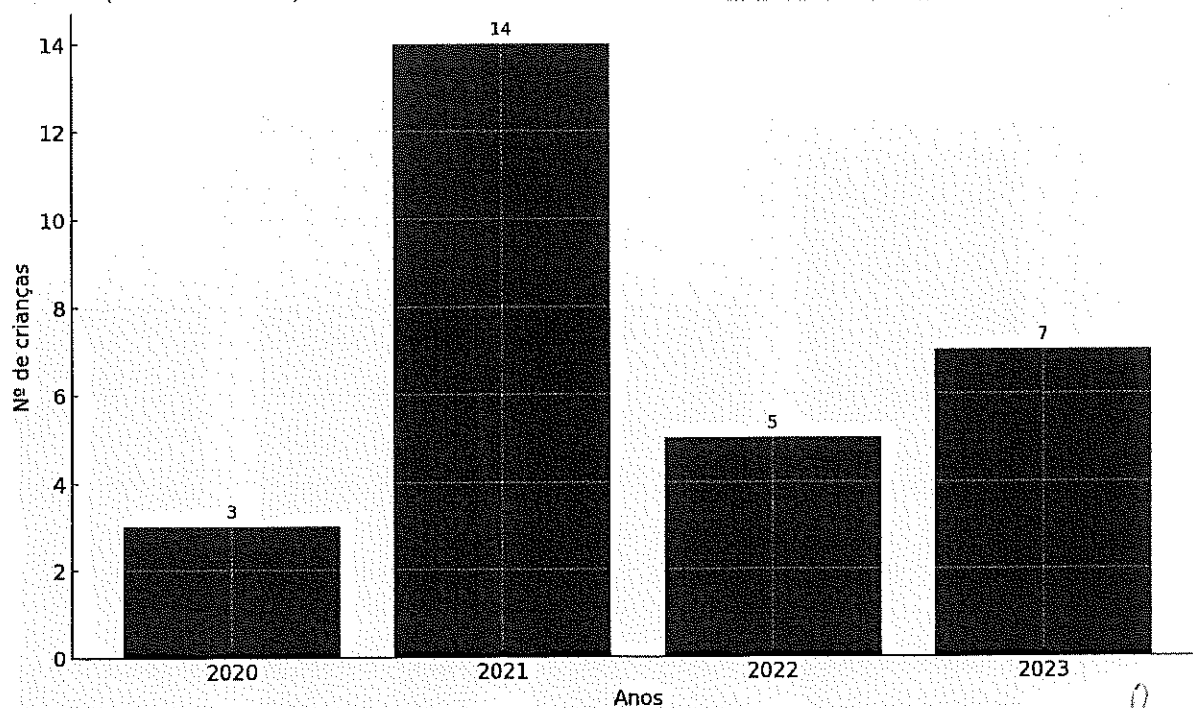


Gráfico 13 - Número de crianças de 0 a 6 anos submetidas a situações de negligência familiar (2020 a 2023)



Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.

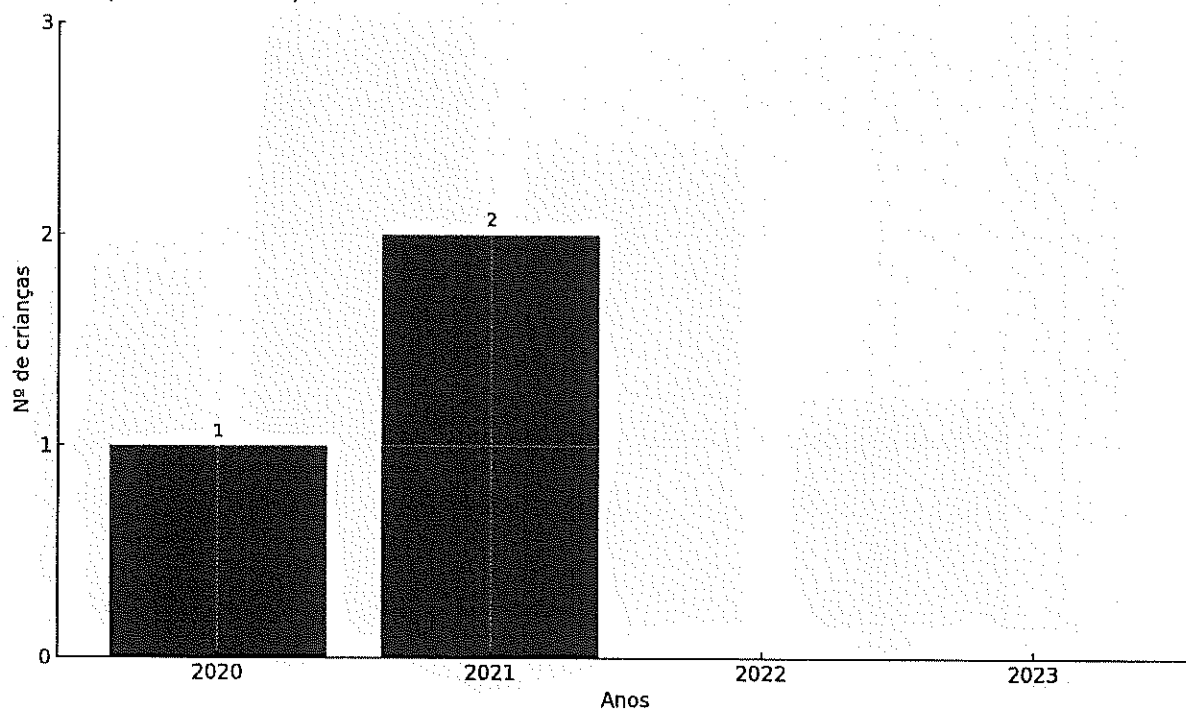
Gráfico 14 - Número de crianças de 0 a 6 anos submetidas a situações de violência sexual (2020 a 2023)



Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.

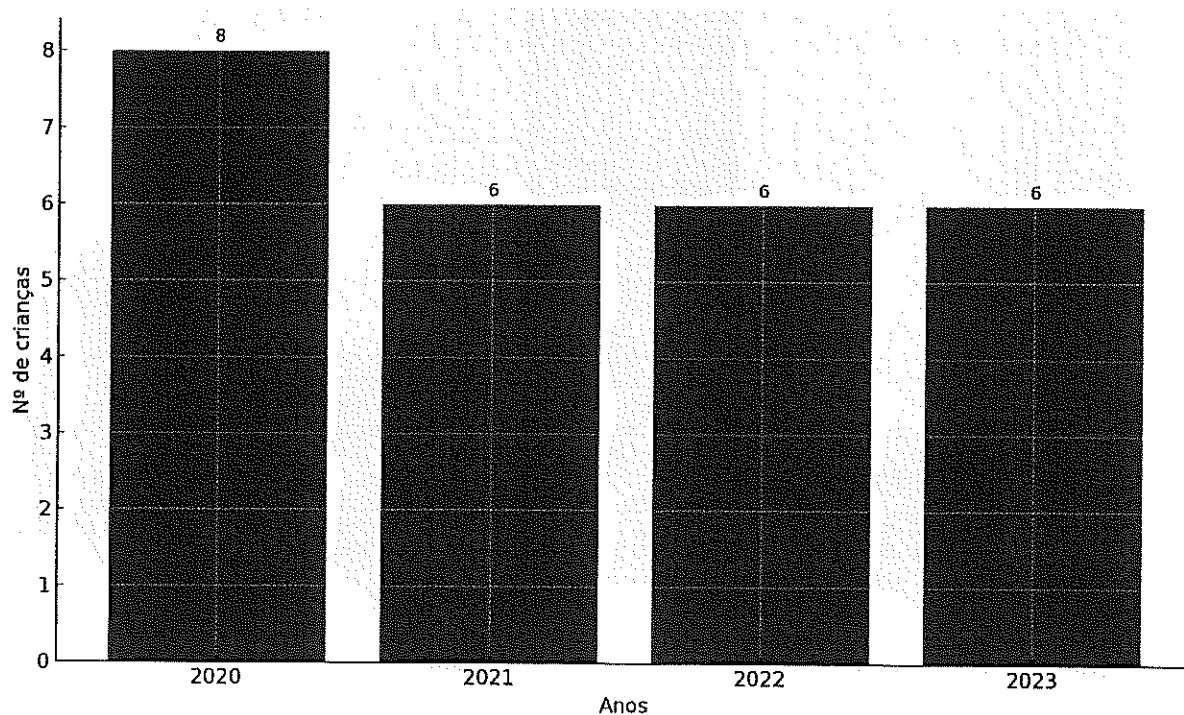


Gráfico 15 - Número de crianças de 0 a 6 anos submetidas a exploração do trabalho infantil (2020 a 2023)



Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.

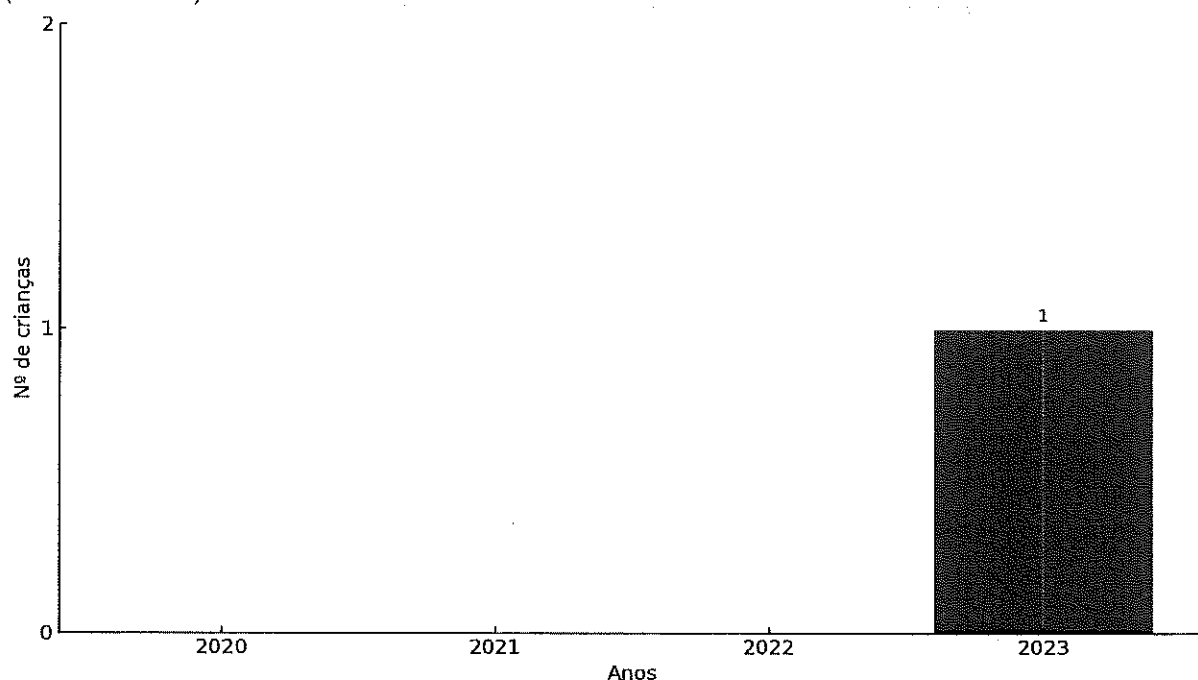
Gráfico 16 - Número de crianças de 0 a 6 anos em situação de acolhimento institucional (2020 a 2023)



Fonte: Registros Internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.



Gráfico 17 - Número de crianças de 0 a 6 anos inseridas em famílias acolhedoras (2020 a 2023)



Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.

Com base nos dados apresentados, observa-se a necessidade de um fortalecimento significativo nas políticas públicas de proteção à infância no município de Sabará. As recorrentes violações de direitos, especialmente a violência intrafamiliar (física e/ou psicológica) e a negligência, evidenciam a urgência de medidas integradas para garantir um ambiente seguro e acolhedor para as crianças de 0 a 6 anos.

UB

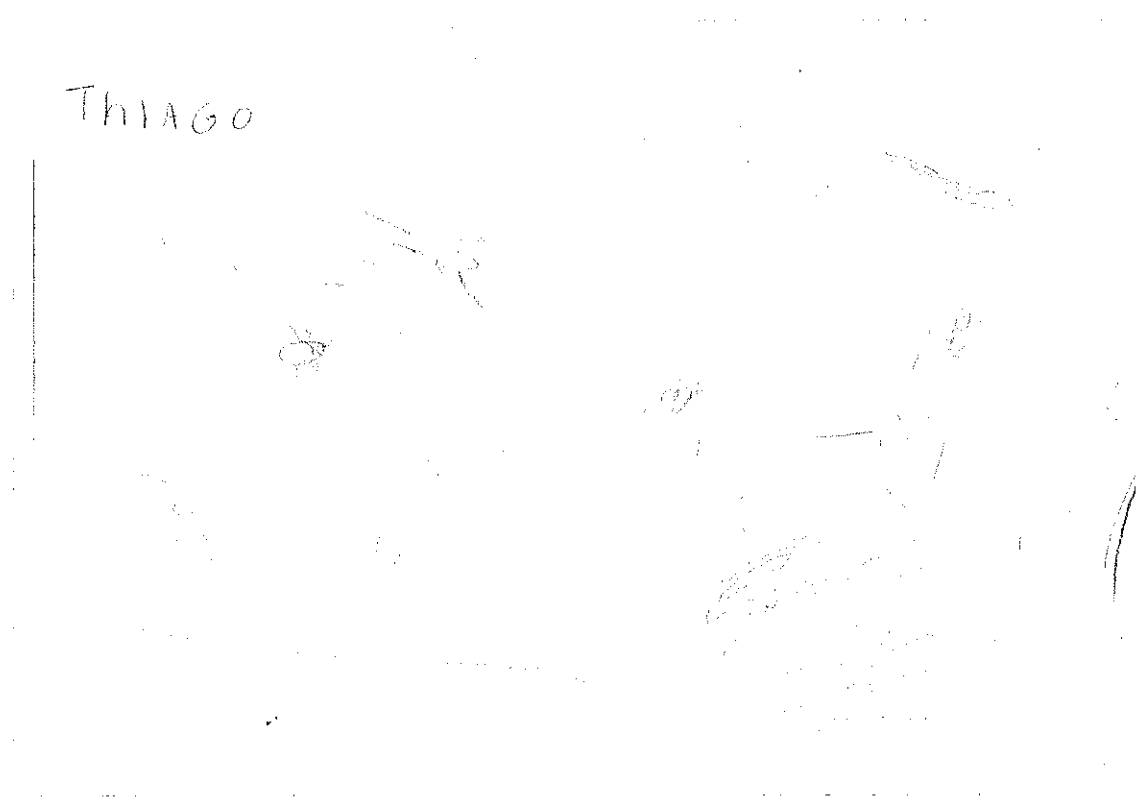


Ações Realizadas no Enfrentamento à Violência

- Blitz educativa.
- Palestras educativas em escolas.
- Caminhadas com alunos das escolas municipais, panfletagem e distribuição de materiais educativos.
- Divulgação de vídeos curtos nas redes sociais sobre os vários tipos de violência e como as pessoas podem ajudar na prevenção e no enfrentamento das situações apresentadas.
- Campanha no site da Prefeitura.
- Seminários com a participação de toda a rede de proteção, usuários dos serviços, representantes do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- Atendimento em grupo nos CRAS e no CREAS, abordando o tema violência, suas consequências, deveres e direitos das crianças e responsabilidade dos cuidadores.
- Confecção de cartilhas, folders, folhetos, cartazes, banners e outros materiais gráficos, com distribuição em todos os serviços de atendimento a crianças e adolescentes.
- Atendimento à criança e à família pelo CREAS, seguido de acompanhamento, visando superar uma situação de violação de direito.
- Comunicação imediata ao Conselho Tutelar e/ou Ministério Público das situações de violência contra crianças e adolescentes.
- Acompanhamento de crianças em situação de acolhimento institucional
- Abordagem social de crianças em situação trabalho infantil, exploração sexual ou situação de rua.



Proteção Social Especial (PSE) de Alta Complexidade



A PSE de Alta Complexidade é composta por um conjunto de serviços de acolhimento que asseguram a proteção integral (moradia, alimentação, higiene e cuidados) a crianças na primeira infância, que precisam ser temporariamente afastadas do núcleo familiar e/ou comunitário.

A seguir, no Quadro 3, são apresentados os principais serviços de acolhimento da PSE de Alta Complexidade para crianças na primeira infância, detalhando as modalidades de atendimento, capacidades de acolhimento, além dos critérios de elegibilidade e funcionamento de cada serviço. Esse quadro ilustra a diversidade das modalidades de acolhimento e o alcance dos serviços, reforçando o compromisso do município de Sabará com a proteção integral das crianças afastadas temporariamente de seus lares.



Quadro 3 - Tipos de acolhimento institucional e familiar

NOME	DESCRIÇÃO
Acolhimento Familiar – Família Acolhedora	O Serviço de Família Acolhedora é acionado por meio de medida protetiva judicial quando uma criança ou adolescente se encontra em situação de abandono ou afastada do contexto familiar por ameaça ou violação de direitos. Esse serviço possibilita que a criança ou adolescente seja acolhido e cuidado temporariamente na residência de uma família habilitada pela equipe técnica responsável.
Acolhimento Institucional – Casa Lar	Na modalidade de acolhimento institucional Casa Lar, a unidade residencial tem capacidade para atender até 10 crianças e adolescentes, entre 0 e 18 anos incompletos, afastados do convívio familiar por medida de proteção judicial.
Acolhimento Institucional a Mulheres Vítimas de Violência e seus Filhos (Consórcio Mulheres das Gerais)	Criado em 2009, o Consórcio de Promoção da Cidadania Mulheres das Gerais é uma pessoa jurídica de direito público que se constituiu, a princípio, a partir da união de quatro municípios da Região Metropolitana de Minas Gerais: Belo Horizonte, Betim, Contagem e Sabará, em parceria com o Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Esta iniciativa colaborativa também conta com o apoio da Universidade British Columbia (UBC) do Canadá.

Fonte: Registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social

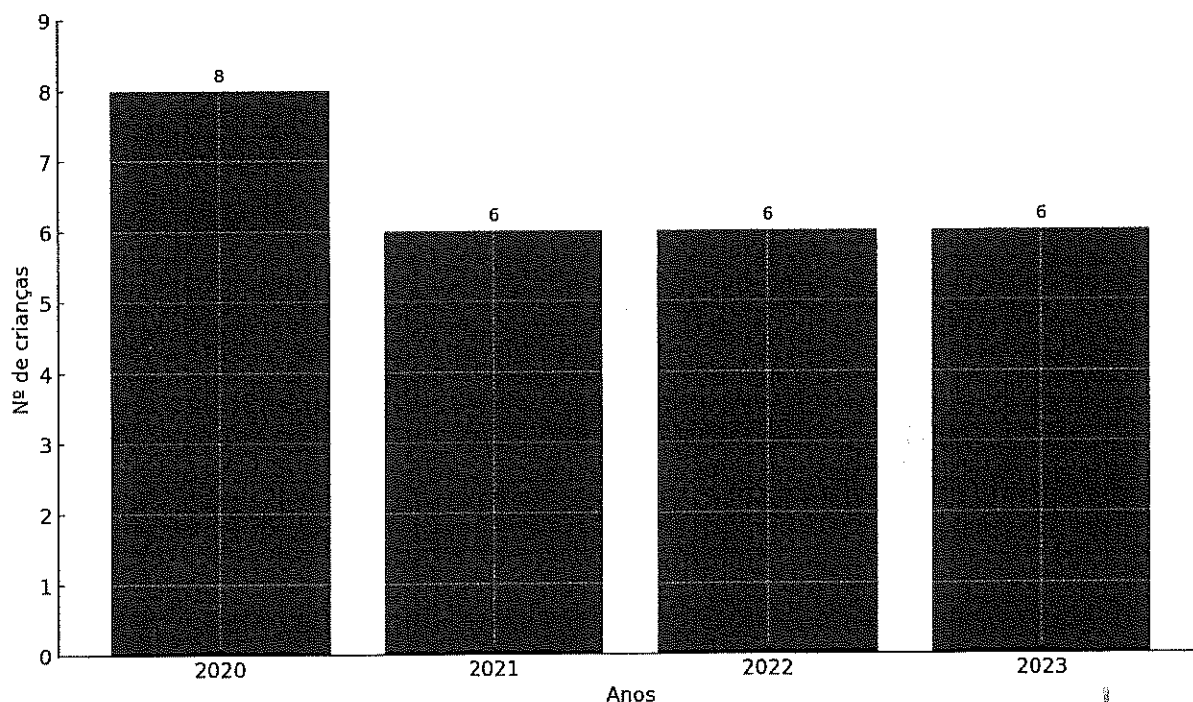
Nas situações em que a criança tem seus direitos violados, antes de qualquer ação direcionada ao acolhimento institucional, a rede socioassistencial deve articular a família extensa, ou seja, a rede de apoio, para que a criança ou o adolescente seja inserido nessa família, visando evitar a institucionalização, conforme orienta a Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009, do Conselho Nacional da Assistência Social - CNAS). Somente na impossibilidade de reinserção familiar, o Conselho Tutelar, o Ministério Público ou a Vara de Infância poderá recomendar a institucionalização, que deve ocorrer de forma excepcional e provisória.



É importante destacar que a relação de cuidado e afeto entre cuidadores/educadores e a criança acolhida deve ser a base de um ambiente saudável e acolhedor nos serviços de acolhimento, propício ao desenvolvimento integral da criança. Por essa razão, é imprescindível o investimento na capacitação dos trabalhadores do SUAS, especialmente dos cuidadores/educadores dos serviços de acolhimento e das famílias acolhedoras.

O Plano Nacional Pela Primeira Infância (PNPI) ressalta que o SUAS, no âmbito da alta complexidade, enfrenta o desafio de avançar na oferta de alternativas que promovam a redução do acolhimento institucional de crianças pequenas, investindo em iniciativas como famílias acolhedoras e outras modalidades não institucionais, incluindo o apoio e o acompanhamento das famílias de origem, nucleares ou extensas, quando houver possibilidade de reintegração familiar segura. O Gráfico 18 apresenta o número de crianças em acolhimento institucional em Casas Lares de Sabará, entre os anos de 2020 a 2023, de acordo com o Censo SUAS no período.

Gráfico 18 - Número de crianças de 0 a 6 anos em acolhimento institucional (2020 a 2023)



Fonte: registros internos da Secretaria de Desenvolvimento Social.



DESAFIOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

- Famílias com crianças na primeira infância com dados desatualizados no CadÚnico.
- Famílias com crianças na primeira infância vivendo em condições de extrema pobreza, com vínculos familiares e comunitários fragilizados, “invisíveis” às ofertas de serviços e oportunidades disponibilizadas pela Rede Socioassistencial, nos territórios socialmente vulneráveis.
- Ausência de mapeamento atualizado e georreferenciado das famílias com crianças de 0 a 6 anos inscritas no CadÚnico e nos demais bancos de dados municipais, dificultando o atendimento prioritário desse público.
- Famílias com crianças na primeira infância ou gestantes enfrentando situações de insegurança alimentar.
- Fragmentação dos dados sobre a primeira infância.
- Aumento de situações de violação de direitos de crianças na primeira infância
- Elevado número de crianças de até 6 anos em situação de acolhimento institucional.

Com base no diagnóstico situacional da política de assistência social, foram definidas estratégias para o enfrentamento dos desafios relacionados à primeira infância ao longo dos próximos dez anos, conforme os quadros operativos de 1 a 3, explicitados a seguir.

**Quadro Operativo 1 – EIXO ASSISTÊNCIA SOCIAL**

Área temática	Direito à Assistência Social
Problema (desafio validado)	Famílias com crianças na primeira infância vivendo em condições de extrema pobreza, com vínculos familiares e comunitários fragilizados, “invisíveis” às oportunidades de serviços disponibilizados pela rede socioassistencial nos territórios socialmente vulneráveis.
Indicador do diagnóstico	Ausência de um mapeamento atualizado e georreferenciado que inclua a especificação das faixas etárias de 0 a 3 anos e de 4 a 6 anos e 11 meses, nos registros do CadÚnico e demais bancos de dados municipais. Essa ausência dificulta o atendimento prioritário das famílias com crianças de 0 a 6 anos.
Objetivo	Garantir Proteção Social Básica (PSB) às famílias com gestantes e com crianças até 6 anos de idade, buscando assegurar seus direitos de forma integral, tais como: segurança de acolhida, convívio, desenvolvimento para a vida autônoma, documentação, alimentação, habitação, brincar, saúde, educação e benefícios socioassistenciais.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	01 – Erradicação da pobreza 02 – Fome zero e agricultura sustentável 03 – Saúde e Bem-estar 10 – Redução das desigualdades
Ação finalística	Prestação de assistência social às famílias com crianças na primeira infância.



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	90% das famílias com crianças de 0 a 6 anos com dados atualizados no Cadastro Único, até dezembro de 2025	Percentual de famílias com crianças na primeira infância com dados atualizados no CadÚnico					Recursos Federais (IGD-PBF)
Ação 1.1	Realização de mutirões intersectoriais de busca ativa, utilizando georreferenciamento, nos territórios mais vulneráveis, priorizando famílias em extrema pobreza, gestantes e crianças de 0 a 6 anos.	Número de mutirões intersectoriais de busca ativa realizados	Alcançar a meta até dezembro de 2025 (iniciar com o PROCAD 2024)	Abrangência municipal	Coordenação do Cadastro Único	Secretaria Municipal de Educação	Conforme PPA / Programa e Ação Recursos Federais (IGD-PBF)
		Número de territórios e comunidades de maior vulnerabilidade alcançados	Contínua		Coordenação da Proteção Social Básica	Secretaria Municipal de Saúde	Conforme PPA / Programa e Ação Recursos Federais (IGD-PBF)
		Número de famílias alcançadas			Coordenação dos CRAS	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Conforme PPA / Programa e Ação



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Ação 1.2	Realização de campanhas informativas sobre o CadÚnico e os benefícios socioassistenciais, visando alcançar o público vulnerável e promover estratégias intersetoriais para a superação da pobreza, com foco na primeira infância.	Número de campanhas realizadas nos diversos meios de comunicação e redes sociais Número de Ações, Programas, Projetos e Benefícios Socioassistenciais implantados bem avaliados	Semestralmente e conforme a demanda apontada por diagnósticos socioterritoriais	Abrangência municipal, em especial nos territórios identificados como de maior vulnerabilidade social	Gerência de Comunicação Social da Prefeitura Municipal Coordenação do Cadastro Único Coordenação da Proteção Social Básica Coordenação dos CRAS	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	
Meta 2	100% das famílias das crianças de até 6 anos inseridas no BPC acompanhadas por meio dos Serviços Socioassistenciais	Percentual de famílias com crianças inseridas no BPC, acompanhadas pela equipe referência dos Serviços Socioassistenciais	Alcançar a meta até dezembro de 2025 Contínua	Área de abrangência dos 09 CRAS	Coordenação da Proteção Social Básica Coordenação dos CRAS Coordenações dos Centros de SCFV das Casas Lares	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação Repasse de Recursos do Estado e da União
Ação 2.1	Realização de acompanhamento familiar de crianças na primeira infância, inseridas no BPC, atendidas no PAIF, SCFV, PCF e Casas Lares (não havendo fator impeditivo)						



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 3	Acompanhamento de 100% das famílias com crianças de 0 a 6 anos inseridas no PBF, atendidas no PAIF, SCFV, PCF e Casas Lares (quando não houver fator impeditivo e especialmente aquelas em descumprimento das condicionalidades)	Percentual de famílias com crianças na primeira infância, inseridas no PBF, descumprindo condicionalidades, acompanhadas pela equipe referência dos Serviços Socioassistenciais	Alcançar a meta até dezembro de 2025 Continua	Área de abrangência dos 09 CRAS	Coordenação da Proteção Social Básica	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação Repasses de Recursos do Estado e da União
Ação 3.1	Realização de acompanhamento familiar de crianças de 0 a 6 anos, inseridas no PBF, especialmente aquelas em descumprimento das condicionalidades				Coordenação dos CRAS, dos Centros de SCFV, do PCF e das Casas Lares		
Ação 3.2	Realização de ações de Inclusão Produtiva prioritariamente para gestantes e famílias com crianças de 0 a 6 anos inseridas no CadÚnico e no PBF (Intensificar as ações a partir da implantação do Serviço Municipal de Inclusão Produtiva)	Número de pais e responsáveis de crianças de 0 a 6 anos incluídos e cursos de Qualificação Profissional Número de pais e responsáveis de crianças de 0 a 6 anos inseridos no mundo do trabalho	Continua		Coordenação da Proteção Social Básica Coordenação do Serviço Municipal de Inclusão Produtiva		



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersectorialidade de	Qualificação Orçamentária
Meta 4	100% de cobertura dos CRAS por meio da instalação de novas unidades, sendo 01 unidade na sede do município e 01 em cada uma das seguintes regionais: Roça Grande, General Carneiro, Alvorada, Borba Gato, Fátima e Ravena	Percentual de cobertura dos CRAS em relação ao número de famílias inscritas no CadÚnico	Até dezembro de 2034	Abrangência municipal	Prefeito Municipal	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Conforme PPA / Programa e Ação
Ação 4.1	Instalação de 01 novo CRAS na Sede do Município	Número de novos CRAS a serem instalados			Secretaria de Administração		Repasses de Recursos do Estado e da União
Ação 4.2	Instalação de 01 novo CRAS na Regional Administrativa de Roça Grande				Secretaria de Desenvolvimento Social		
Ação 4.3	Instalação de 01 novo CRAS na Regional Administrativa de General Carneiro				Secretaria de Obras		
Ação 4.4	Instalação de 01 novo CRAS na Regional Administrativa de Alvorada						
Ação 4.5	Instalação de 01 novo CRAS na Regional Administrativa de Borba Gato						
Ação 4.6	Instalação de 01 novo CRAS na Regional Administrativa de Fátima						
Ação 4.7	Instalação de 01 novo CRAS na Regional Administrativa de Ravena						
Ação 4.8	Instalação de equipes itinerantes para os CRAS com territórios mais abrangentes						

Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 5	100% dos CRAS com equipes de referência mínimas conforme estabelecido pela NOB/RH e Tipificação dos Serviços Socioassistenciais	Percentual de CRAS, dispondo de equipe de referência mínima (01 coordenador, 02 assistentes sociais, 01 psicólogo, 01 profissional de outra categoria tipificada e 02 profissionais de nível médio)	Dezembro de 2026 e manter	Abrangência municipal	Prefeito Municipal Secretaria de Administração Secretaria de Desenvolvimento Social	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Conforme PPA/Programa e Ação Repasses de Recursos do Estado e da União
	Dotação das Unidades da Proteção Social Básicas de equipe de referência mínima, conforme a NOB SUAS RH						
Meta 6	Mínimo de 12 encontros de formação realizados por ano para as equipes dos Serviços de Proteção Social Básica que atendem o público da primeira infância, conforme disposto no Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS de Sabará	Número de formações realizadas Percentual de profissionais capacitados (com no mínimo 80% de presença)	Anual, a partir de 2025	Abrangência municipal	Secretaria de Administração Secretaria de Desenvolvimento Social Coordenação da Proteção Social Básica	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Conforme PPA/Programa e Ação Repasses de Recursos do Estado e da União
	Realização de parcerias para desenvolvimento de capacitações específicas o aprimoramento da oferta dos Serviços Socioassistenciais destinados a gestantes e famílias com crianças de 0 a 6 anos de idade						



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 7	Atendimento de 100% das demandas identificadas no diagnóstico socio territorial da Sede e das Regionais Administrativas do Município, por meio da ampliação da oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos para crianças de 0 a 6 anos.	Percentual de Centros de SCFV criados em relação à demanda identificada	Contínua	Abrangência municipal	Secretaria de Administração	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação
	Realização de parcerias com Organizações da Sociedade Civil – OSCs das 09 áreas de abrangência dos CRAS para criação de Centros de SCFV para crianças de 0 a 6 anos	Número de crianças de 0 a 6 anos atendidas por território de abrangência dos CRAS			Secretaria de Desenvolvimento Social		Repasses de Recursos do Estado e da União
Ação 7.1					Coordenação da Proteção Social Básica		



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 8	100% dos Serviços, Programas e Benefícios Socioassistenciais integrados em relação especialmente às Políticas Setoriais de Saúde, Educação, Cultura, Esportes e Meio Ambiente	Percentual dos Serviços, Programas e Benefícios Socioassistenciais com protocolos implantados de forma intersetorial e complementar nas redes assistenciais Número de ações intersetoriais realizadas anualmente, a partir da promulgação da Lei Municipal que institui o PMPI	Continua (avaliação anual)	Abrangência municipal	Representações das políticas setoriais no Comitê Gestor Intersetorial da Primeira Infância	Comitê Intersetorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação Repasses de Recursos do Estado e da União
		Secretaria de Administração Secretaria de Saúde Secretaria de Desenvolvimento Social			Conforme PPA/ Programa e Ação		
Ação 8.1	Implementação do Programa Nutrir Sabará para atendimento de todas as gestantes e crianças na primeira infância, identificadas em situação de insegurança alimentar e desnutrição residentes nas 09 áreas de abrangência dos CRAS	Número de gestantes e crianças atendidas conforme o perfil/critérios do Programa Percentual de gestantes e crianças de 0 a 5 anos com registro de desnutrição nos sistemas de informação relacionados					



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Ação 8.2	Oferta de Benefícios Eventuais de Auxílio Alimentação, Auxílio Natalidade, Auxílio Funeral para famílias identificadas conforme os critérios da Lei Municipal	Percentual de Benefícios Eventuais concedidos por tipo, em relação à demanda e por CRAS			Secretaria de Administração Secretaria de Desenvolvimento Social		Conforme PPA/ Programa e Ação Repasse de Recursos Estaduais
Meta 9	Percentual do orçamento a ser destinado ao Fundo Municipal da Primeira Infância instituído por meio de Lei Municipal, garantindo a viabilização das ofertas propostas no PMPI 2024-2034, em articulação com o cofinanciamento estadual e da federal	Criação do Fundo Municipal da Primeira Infância com percentual do orçamento municipal garantido	Avaliação anual do quantitativo investido na Política Municipal da Primeira Infância	Abrangência municipal	Prefeito Municipal Procuradoria Jurídica Câmara de Vereadores	Comitê Intersetorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação Repasse de Recursos Estaduais
Ação 9.1	Elaboração e promulgação de Lei Municipal que dispõe sobre o Plano Municipal Decenal da Primeira Infância de Sabará 2024-2034 e cria o Fundo Municipal da Primeira Infância						



Quadro Operativo 2 – EIXO ASSISTÊNCIA SOCIAL

Área temática	Direito à Assistência Social
Problema (desafio validado)	Aumento de situações de violação de direitos de crianças na primeira infância
Indicador do diagnóstico	Subnotificação de ocorrências de violação de direitos de crianças de 0 a 6 anos
Objetivo	Ampliar a oferta de Proteção Social Especial de Média Complexidade por meio de ações, programas e serviços que apoiem, orientem e acompanhem as crianças na primeira infância que tiveram seus direitos violados e suas famílias, no sentido da superação destas situações, da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento dos vínculos afetivos familiares e sociais.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	01 – Erradicação da pobreza 16 – Paz, justiça e instituições eficazes
Ação finalística	Assistência Social às famílias com crianças na primeira infância



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Um calendário de campanhas afins à Primeira Infância elaborado anualmente	Número de calendários anuais elaborados	Contínua	Abrangência municipal (09 CRAS)	Coordenação da PSE	Comitê Intersetorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação
Ação 1.1	Realização da Campanha Maio Laranja	Número de ações anuais					
Ação 1.2	Realização da Campanha de prevenção e erradicação do trabalho infantil						
Ação 1.3	Realização da Campanha Menino Bernardo						
Ação 1.4	Realização de Campanha de prevenção ao racismo						
							Repasse de Recursos do Estado e da União



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 2	100% das demandas identificadas de violação de direitos de crianças na primeira infância atendidas	Percentual de demandas identificadas e atendidas pelo SGD	Contínua	Abrangência municipal	SGD	Políticas Públicas Setoriais Conselho Tutelar	Conforme PPA/ Programa e Ação Repasses de Recursos do Estado e da União
Ação 2.1	Equipar o CREAS com equipe de referência, conforme estabelecido pela NOB RH SUAS	Composição e número de profissionais do CREAS de acordo com a NOB RH	Até 2026		Secretaria de Desenvolvimento Social	Secretaria de Administração	
Ação 2.2	Acompanhamento integral para crianças na primeira infância em situação de risco pessoal e social, por meio do PAEFI	Número de crianças atendidas pelo PAEFI	Contínua		Coordenação da Proteção Social Especial Coordenação do CREAS	Equipes das Políticas Públicas Setoriais Conselho Tutelar	

Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Interseletorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 3	100% dos profissionais que atuam na Proteção Social Especial recebendo supervisão técnica sobre a temática da primeira infância, conforme Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS	Percentual de profissionais capacitados e certificados, mediante supervisão técnica programada no Plano Municipal de Educação Permanente do SUAS	Semestral	Abrangência municipal	Coordenação da Proteção Social Especial	Comitê Interseletorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação
Ação 3.1	Desenvolvimento de oficinas e rodas de diálogo Capacitações para os profissionais da rede de proteção e inclusão de profissionais de outras áreas que atuam interseletorialmente na proteção integral da criança na primeira infância e sua família	Quantidade de atividades de capacitação ofertadas semestralmente			Coordenação do CREAS		Repasse de Recursos do Estado e da União



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade e da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 4	SIPIA utilizado regularmente por todos os conselheiros tutelares para registro de 100% dos casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes	Percentual dos casos de violação dos direitos de crianças e adolescentes registrados no SIPIA pelos conselheiros tutelares	Contínuo (a partir do segundo semestre de 2025)	Abrangência municipal	Secretaria de Desenvolvimento Social	Comitê Intersetorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação
Ação 4.1	Realização de oficinas de atualização com a participação de todos os conselheiros tutelares Apresentação de relatórios consolidados ao CMDCA	Número de oficinas de atualização realizadas Número de relatórios consolidados apresentados ao CMDCA sobre violência contra crianças de 0 a 6 anos por tipo	Semestral		CMDCA Conselho Tutelar		Repasses de Recursos do Estado e da União



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade e da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 5	100% dos casos de violência contra a criança e o adolescente e o trabalho infantil notificados, conforme o Fluxo de Notificação Compulsória	Percentual da violência contra a criança e o adolescente e o trabalho infantil notificados, conforme Fluxo de Notificação Compulsória	Até 2025	Abrangência Municipal	Secretaria de Desenvolvimento Social CMDCA Conselho Tutelar	Equipes das Políticas Públicas Setoriais	Conforme PPA/ Programa e Ação
Ação 5.1	Organização e instituição do protocolo e fluxograma de forma participativa, incluindo profissionais da Assistência Social, representantes da Vigilância Socioassistencial, da Saúde, da Educação, do Conselho Tutelar, além dos demais agentes do SGD	Protocolo e fluxograma para atendimento e notificação de ocorrências de violência contra crianças na primeira infância instituído por Resolução do CMDCA					



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade e da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 6	100% das famílias com crianças na primeira infância, que tenham em sua composição usuários de álcool e outras drogas, acompanhadas intersetorialmente, com a finalidade de propiciar o resgate ou fortalecimento de vínculos familiares	Número e percentual de famílias com crianças na primeira infância, que tenham em sua composição usuários de álcool e outras drogas, atendidas intersetorialmente	Contínuo, a partir do segundo semestre de 2025	Abrangência Municipal	Coordenação da Proteção Social Especial	Equipes das Políticas Públicas Setoriais	Conforme PPA/ Programa e Ação
Ação 6.1	Acompanhamento, por meio de rede intersetorial, das famílias com crianças na primeira infância, que tenham em sua composição usuários de álcool e outras drogas	Número de famílias acompanhadas de forma articulada	Contínuo		Coordenação do CREAS		

Nº	Meta	Indicador	Periodicidade e da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 7	100% dos CRAS do município apoiados por redes comunitárias locais, para prevenção e enfrentamento à violência sexual infantojuvenil	Número de redes comunitárias formadas e ativas nas áreas de abrangência dos 9 CRAS	Contínuo	Abrangência municipal	Coordenação da PSE	Equipes das Políticas Públicas Setoriais	Conforme PPA/ Programa e Ação
	Capacitação dos profissionais da Rede de Proteção sobre a temática da violência sexual e sobre articulação socioterritorial, além da identificação de potenciais parceiros em todo território	Número de profissionais capacitados e certificados	Semestral		Coordenação do CREAS		
Meta 8	100% de crianças e seus responsáveis, encaminhados em razão de denúncia de violência sexual, atendidos por meio de equipe multidisciplinar especializada	Percentual de crianças encaminhadas juntamente com seus responsáveis, em razão de denúncia de violência	Contínuo	Abrangência municipal	Coordenação da PSE	Equipes das Políticas Públicas Setoriais	Conforme PPA/ Programa e Ação
	Aplicação do Protocolo de Atendimento no auxílio às crianças, na superação da violência sexual, além da realização de atividades de prevenção de reincidência de violência.	Protocolo e fluxograma de atendimento utilizado pelas equipes das Políticas Setoriais			Coordenação do CREAS Conselho Tutelar MP Judiciário		
Ação 8.1							



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade e da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 9	100% das mulheres em situação de violência de gênero, acompanhadas de seus filhos, recebendo a acolhimento emergencial de curto ou médio prazo, conforme a Resolução nº 03, de 23/05/2026, que regulamenta a Casa Sempre Viva, em conjunto com a manutenção do Convênio com o Consórcio Mulheres da Gerais	Número de mulheres em situação de violência e de crianças de 0 a 6 anos atendidas na Casa Sempre Viva	Contínua	Abrangência municipal	Judiciário/Vara da Infância e Juventude	Comitê Intersetorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação
Ação 9.1	Oferta de escuta especializada, apoio, orientação e acompanhamento a mulheres em situação de violência de gênero, junto com seus filhos, por meio do PAEFI/CREAS, em articulação com os demais serviços socioassistenciais, políticas setoriais, órgãos de defesa e garantias de direitos, encaminhando para a Casa Sempre Viva (Consórcio Mulheres das Gerais), caso necessário.				Coordenação da Alta Complexidade		Repasses de Recursos do Estado e da União



Quadro Operativo 3 – EIXO ASSISTÊNCIA SOCIAL

Área temática	Direito à Assistência Social
Problema (desafio validado)	Elevado número de crianças em situação de acolhimento institucional por medida de proteção judicial
Indicador do diagnóstico	Número de crianças de até 6 anos em situação de acolhimento
Objetivo	Possibilitar Proteção Social Especial de Alta Complexidade à criança em situação de privação do convívio familiar devido medida de proteção judicial ou em situação de emergência/calamidade pública, através de Acolhimento Institucional, Família Acolhedora, Adoção ou em Abrigo Provisório.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	03 – Saúde e Bem- Estar
	10- Redução das desigualdades
	16 - Paz, justiça e instituições eficazes
	17 - Parcerias e meios de implementação
Ação finalística	Assistência social às famílias com crianças na primeira infância



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Qualificação de 100% dos profissionais que atuam nas Casas Lares de Sabará, por meio de processo de educação permanente e apoio técnico	Quantidade de profissionais qualificados nas ações previstas	4 vezes ao ano	Território de abrangência do CRAS Centro e do CRAS Fátima	Coordenação da PSE Alta Complexidade	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação Repasses de Recursos do Estado e da União
Ação 1.1	Realização de processo de educação permanente e apoio técnico para as equipes das Casas Lares, incluindo conteúdos sobre desenvolvimento infantil, cuidados reparadores e outros.						
Ação 1.2	Avaliação e apoio à oferta do Serviço de Acolhimento Institucional de crianças na primeira infância, visando garantir a qualidade do atendimento peculiar a essa faixa etária (art. 92, §7º, do ECA)	Percentual e número de avaliações positivas de espaços planejados, educadores e equipes capacitadas para o acolhimento e trabalho com as famílias de origem	Semestral		Coordenação da PSE Alta Complexidade	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação Repasses de Recursos do Estado e da União
Ação 1.3	Desenvolvimento de atividades para garantir o direito à convivência familiar e comunitária para as crianças situadas no serviço de acolhimento	Participação em eventos comunitários do território Manutenção dos vínculos com a família de origem e/ou participação em atividades de preparação para acolhimento familiar e/ou para adoção	Contínuo		Coordenação da PSE Alta Complexidade Coordenação da PSB Coordenações dos CRAS Fátima e do CRAS Centro	Equipe Técnica do Judiciário	



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersectorialidade e	Qualificação Orçamentária
Meta 2	Acompanhamento pelo CREAS e CRAS de 100% das famílias de crianças (0 a 6 anos) abrigadas e com perspectiva de retorno ao convívio familiar	Percentual e número de famílias de crianças (0 a 6 anos) abrigadas e acompanhadas no PAIF e PAEFI	Contínuo	Território de abrangência do CRAS Centro e do CRAS Fátima	Gestão do SUAS Coordenação de CRAS e CREAS	Equipe técnica responsável das Casas Lares Equipe técnica do programa família acolhedora Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Conforme PPA/ Programa e Ação Repasses de Recursos do Estado e da União
Ação 2.1	Acompanhamento sistemático às famílias de crianças (0 a 6 anos) abrigadas, visando a segurança ao decidir pela reinserção no núcleo familiar						

[Handwritten signature]



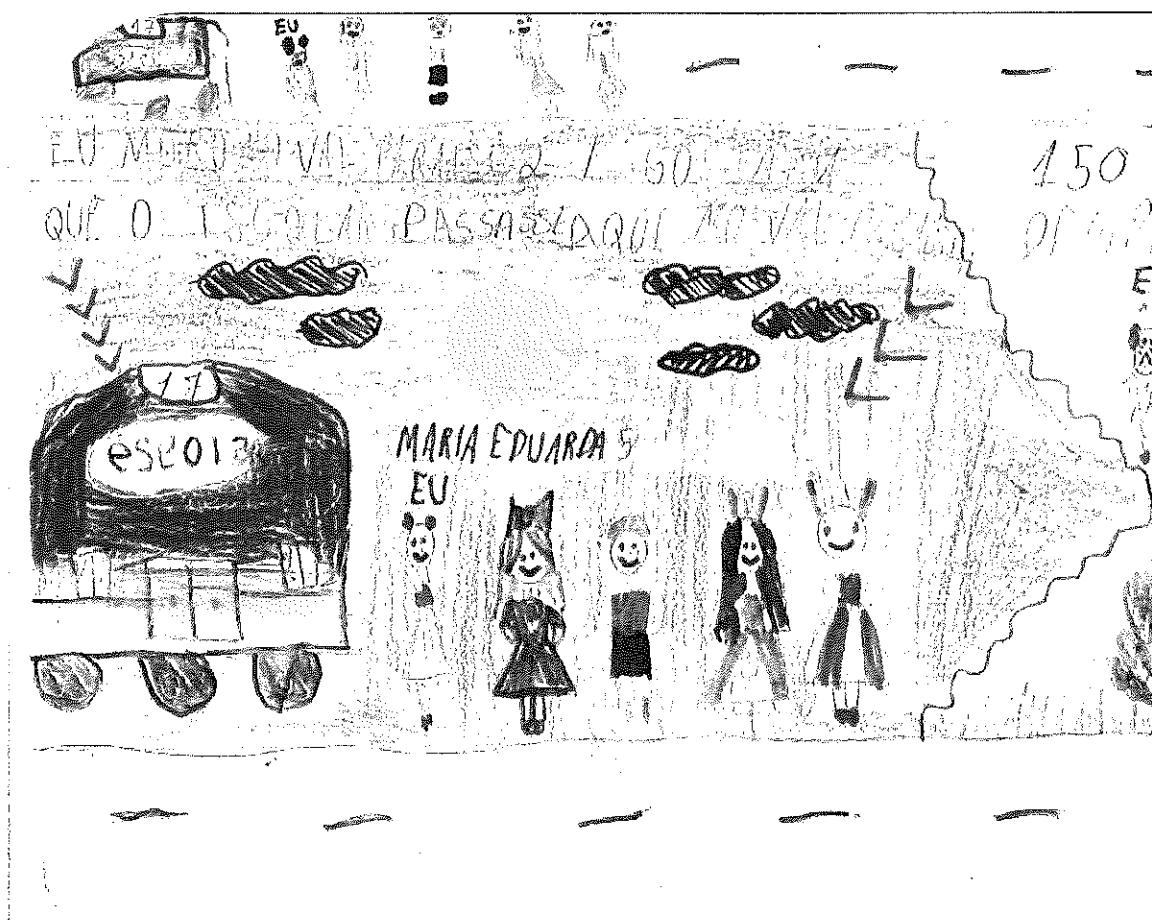
Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersectorialidade e	Qualificação Orçamentária
Meta 3	Ampliar em 100% o número de famílias habilitadas ao acolhimento de crianças de 0 a 6 anos, de acordo com o art. 34, §1º do ECA	Número de famílias acolhedoras habilitadas	Contínuo e revisado a cada 2 anos	Território de abrangência dos 09 CRAS do município	Coordenação do Programa Família Acolhedora Coordenação da PSE Alta Complexidade	Comitê Intersectorial da Primeira Infância Equipe Técnica do Judiciário	Conforme PPA/ Programa e Ação Repasses de Recursos do Estado e da União
Ação 3.1	Promoção de campanhas para sensibilização e esclarecimento sobre o Programa Famílias Acolhedoras	Quantidade de campanhas de sensibilização anuais Quantidade de material gráfico distribuído	Semestral		Gerência de Comunicação da Prefeitura Coordenação do Programa Família Acolhedora Coordenação da PSE Alta Complexidade	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	
Ação 3.2	Garantia de dotação orçamentária para a manutenção do Programa Família Acolhedora, incluindo o pagamento de subsídios financeiros às famílias acolhedoras	Previsão orçamentária como despesa do valor destinado às famílias acolhedoras habilitadas ativas	Durante o ciclo orçamentário	Abrangência municipal	Poder Executivo e Legislativo Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social		



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 4	Redução gradativa do número de adoções em que os pais biológicos escolhem a pessoa que irá adotar seu filho	Número de ocorrências de entregas irregulares e casos de abandono de bebês	Contínua	Abrangência municipal	Judiciário/Vara da Infância e Juventude	Comitê Intersetorial da Primeira Infância de Sabará	Conforme PPA/ Programa e Ação
Ação 4.1	Promoção de campanhas para adoção legal por meio de ações conjuntas entre Conselhos, Secretaria de Desenvolvimento Social, MP, CMDCA, CT e demais órgãos do SGD	Número de eventos educativos realizados Quantidade de material de divulgação distribuído/apresentado Número de profissionais e população alcançados pelas campanhas Número anual de adoções regulares e de entregas voluntárias para adoção				Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social CMDCA Conselho Tutelar	Repasses de Recursos do Estado e da União



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 5	Atendimento de 100% das famílias com crianças (0 a 6 anos) demandantes de cuidados em situações de emergência e/ou calamidade pública	Percentual e número de famílias com crianças (0 a 6 anos) demandantes de cuidado atendidas em situações de emergência/calamidade pública	Em situações de emergência/calamidade pública de acordo com o Plano Municipal de Contingência	Território de abrangência dos 09 CRAS do município	Coordenação da PSE Alta Complexidade	Comitê Intersectorial da Primeira Infância Comitê Municipal Operacional de Emergência	Conforme PPA/Programa e Ação
Ação 5.1	Qualificação das equipes das políticas setoriais para a oferta de serviços de atenção às crianças na primeira infância e suas famílias, com prioridade, agilidade e trabalho em rede nas situações de emergência/calamidade pública.	Número de profissionais das diversas políticas setoriais capacitados para serviços de emergência/calamidade pública	Anualmente		Comitê Municipal Operacional de Emergência Coordenação da PSE Alta Complexidade	Comitê Intersectorial da Primeira Infância	Repasse de Recursos do Estado e da União



8.2. Direito à Educação

A educação infantil é a primeira etapa da educação básica e desempenha um papel fundamental no desenvolvimento integral das crianças. Segundo a legislação brasileira, especialmente a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), essa fase da educação é essencial para o desenvolvimento físico, cognitivo, emocional e social da criança. Durante esse período, as bases para a aprendizagem futura são estabelecidas. As experiências vividas pelas crianças nessa fase têm um impacto significativo em seu desenvolvimento e na construção de conhecimentos prévios, essenciais para o sucesso na escola e na vida. A Educação Infantil é a base para a formação de indivíduos capazes de aprender e de se desenvolver de maneira plena.

A partir da Constituição de 1988, passa a ser dever do Estado garantir o atendimento às crianças de zero a seis anos. Com a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro 2009, a educação tornou-se obrigatória para crianças a partir dos quatro anos. Assim, o poder público tem a obrigação de assegurar o atendimento universal a partir dessa idade, sendo também seu dever o atendimento às crianças de zero a três anos, ainda que não em sua totalidade.

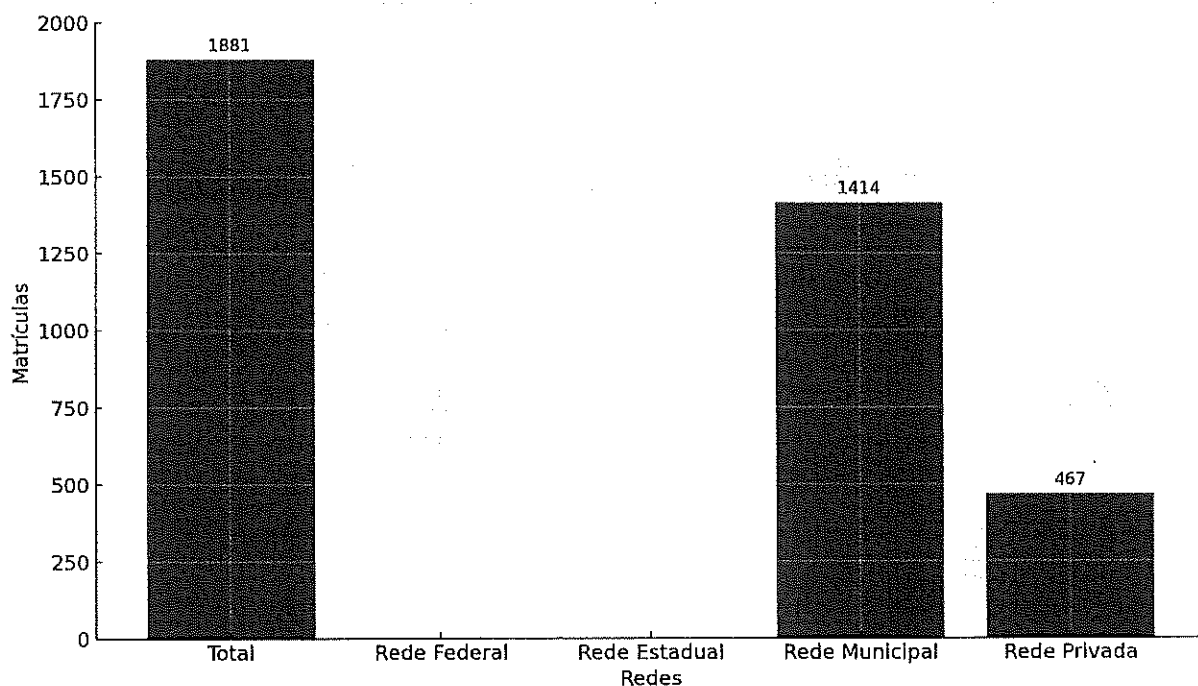
8.2.1. Diagnóstico Situacional

A educação infantil subdivide-se em duas etapas: creche (para crianças de zero a três anos) e pré-escola (para crianças de quatro a cinco anos). Com base nos dados do Censo Demográfico de 2022 do IBGE, a população de Sabará na primeira infância era de 10.823 habitantes, representando 8,37% da população total, que era de 129.380 habitantes. Desse total de crianças, 4.631 estão matriculadas em centros de educação infantil ou escolas que ofertam a educação infantil, o que corresponde a 42,7% das crianças sabarenses na primeira infância.

Os Gráficos 19 e 20, com dados do INEP 2022, detalham o número total de matrículas, por dependência administrativa, em Centros de Educação Infantil (CEIs) e escolas que ofertam a educação infantil em Sabará.

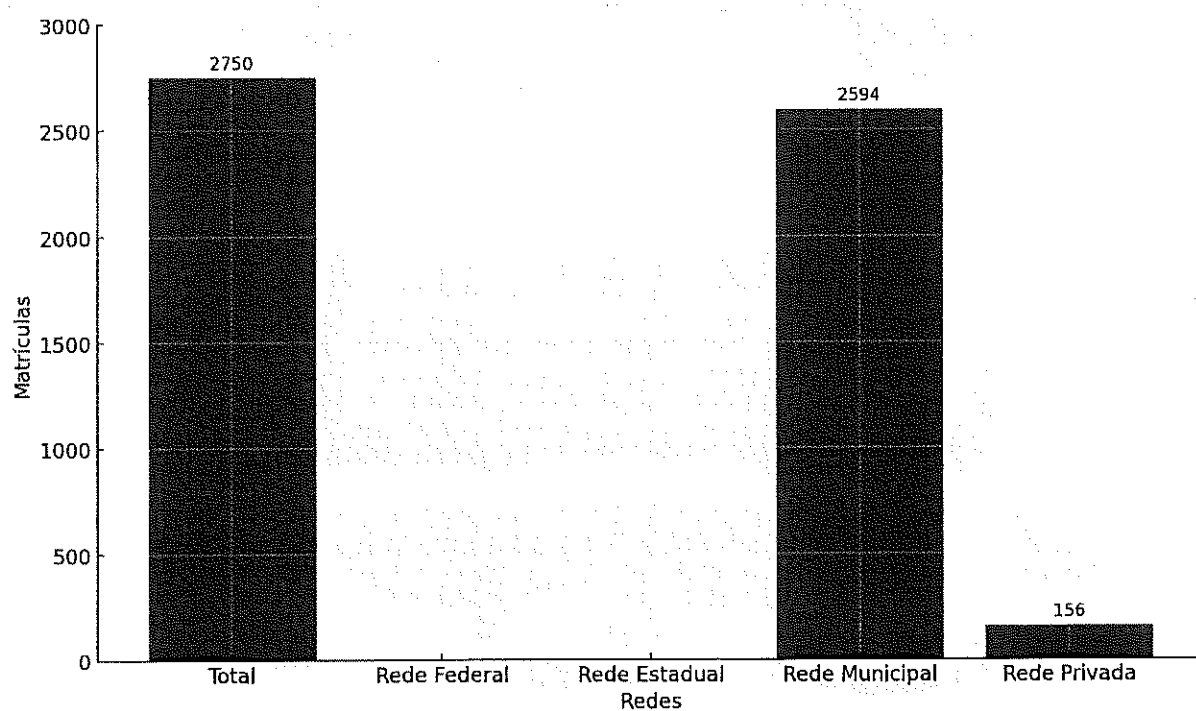


Gráfico 19 - Número de matrículas em creches, por dependência administrativa



Fonte: INEP (2022)

Gráfico 20 - Número de matrículas em pré-escolas, por dependência administrativa



Fonte: INEP (2022)



A maior cobertura de atendimento escolar para crianças de 4 e 5 anos (pré-escola) deve-se à política de universalização, que visa garantir o atendimento para essa faixa etária, conforme estabelece a Constituição Federal de 1988.

Índice de Necessidade por CEI's (Centros de Educação Infantil)

Os CEI's são um importante meio de socialização e estímulo, fundamentais para o desenvolvimento pleno da criança. O ingresso de crianças de 0 a 3 anos nesses centros é essencial, especialmente para aquelas provenientes de famílias vulneráveis, que muitas vezes recebem menos proteção e estímulos no ambiente familiar. Para estimar a quantidade de vagas requeridas para atender à necessidade de creches na zona urbana, é utilizado o Índice de Necessidade por CEI's, uma ferramenta cujo cálculo considera o somatório de três grupos principais:

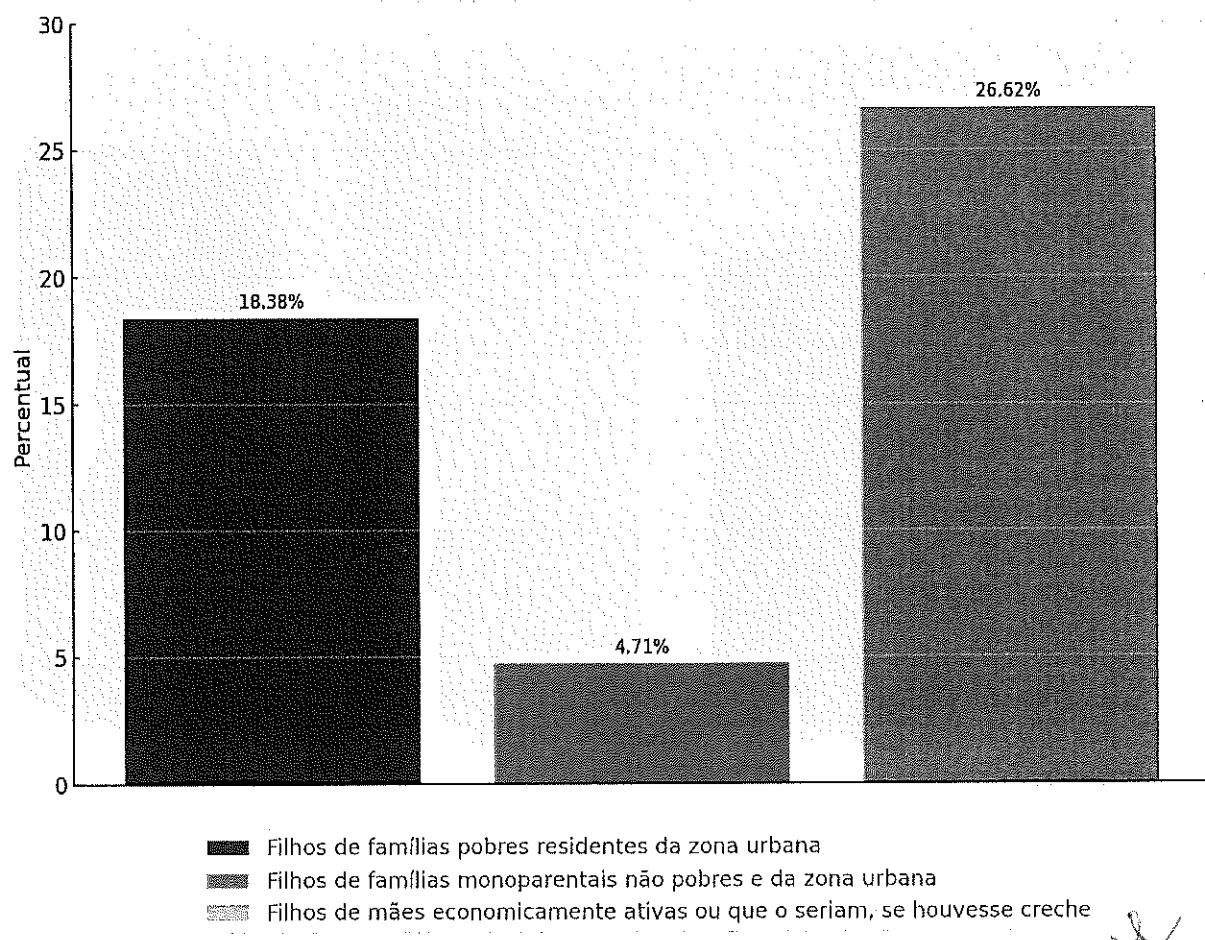
- A) Proporção de crianças de zona urbana de famílias em situação de pobreza. Esse grupo inclui famílias que vivem em situação de pobreza e, portanto, têm maior vulnerabilidade social.
- B) Proporção de crianças de zona urbana não pobres e de famílias monoparentais. Refere-se a crianças que vivem com apenas um dos pais (geralmente a mãe), mesmo que a família não esteja em situação de pobreza, mas que enfrentam dificuldades pela ausência de um segundo responsável.
- C) Proporção de crianças de zona urbana não pobres, de famílias não monoparentais, cuja mãe é ou poderia ser economicamente ativa. Esse grupo inclui crianças cujas mães estão no mercado de trabalho ou que poderiam ingressar nele, caso houvesse vagas em creches disponíveis.

Esses três grupos somados fornecem um dado que indica a necessidade de expansão ou criação de vagas em CEIs para garantir o acesso das crianças à educação infantil e permitir que suas famílias, especialmente as mães, possam participar ativamente no mercado de trabalho.



O Gráfico 21 mostra que 49,71% das crianças sabarenses de 0 a 3 anos se enquadram nos critérios estabelecidos pelo Índice de Necessidade por CEIs, o que significa que quase metade dessas crianças necessitam de vagas em CEIs. Este dado evidencia a importância de uma política para ampliação de vagas em CEIs, de modo a reduzir desigualdades sociais e promover o desenvolvimento infantil e a inclusão social das famílias.

Gráfico 21 -Índice de Necessidade por CEI's

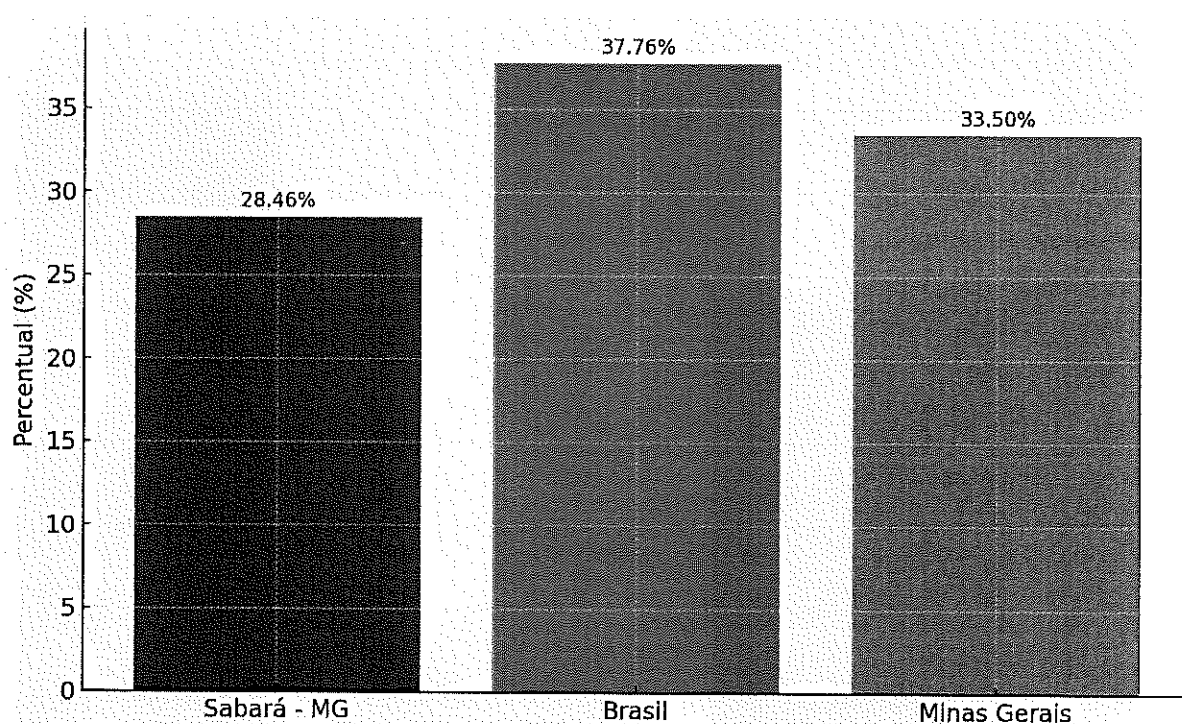


Fonte: Fundação Maria Cecília Souto Vidigal



O Gráfico 22 compara Sabará com Minas Gerais e o Brasil no percentual de atendimento em creches de crianças de 0 a 3 anos, em 2022. Sabará apresenta um percentual de 28,46%, estando 5,04 % abaixo da média estadual (33,50%) e 9,3% abaixo da média nacional (37,76%). Esses dados destacam a necessidade de expandir o acesso às creches no município, visando aproximar o atendimento local dos níveis estadual e nacional.

Gráfico 22 – Percentual de atendimento em creches das crianças de 0 a 3 anos

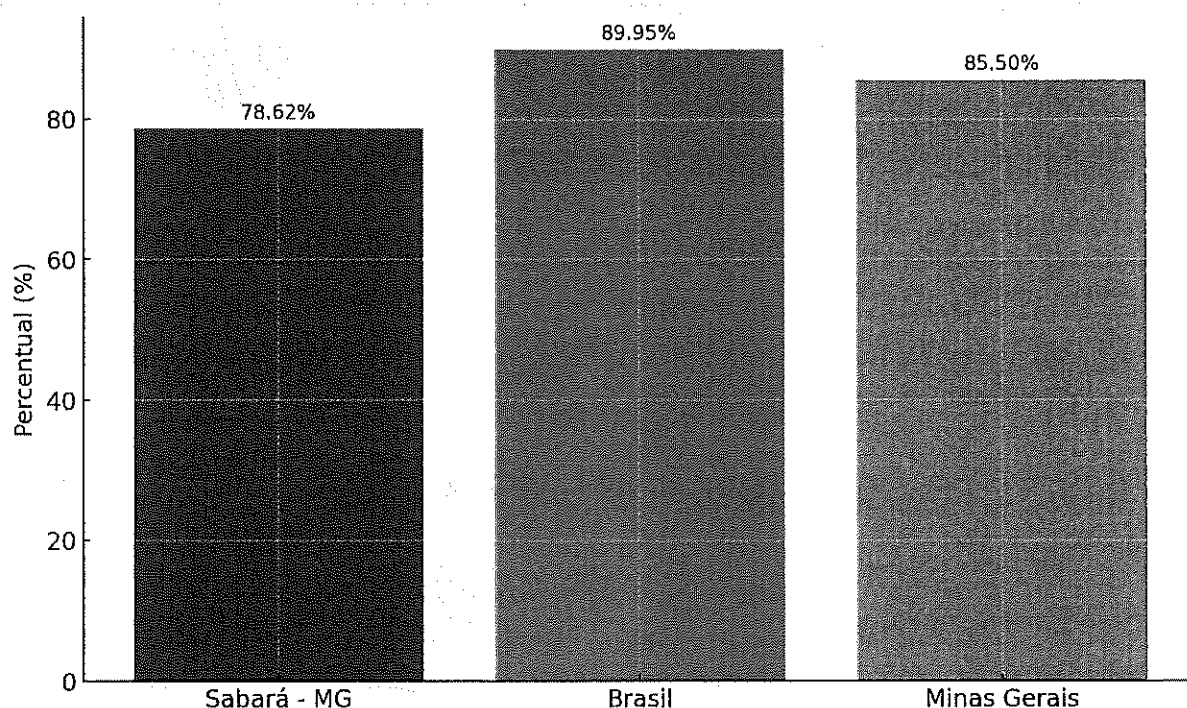


Fonte: (IBGE/INEP) 2022

O Gráfico 23 compara Sabará com Minas Gerais e o Brasil no percentual de atendimento em creches para crianças de 4 a 5 anos. Em 2022, Sabará registra um atendimento de 78,62%, estando 6,88% abaixo da média estadual (85,50%) e 11,33% abaixo da média nacional (89,95%). Vale ressaltar que esse percentual de atendimento para crianças de 4 a 5 anos é significativamente maior que o atendimento para 0 a 3 anos em razão da obrigatoriedade legal de universalização para essa faixa etária.



Gráfico 23 – Percentual de atendimento em creches das crianças de 4 a 5 anos



Fonte: IBGE/INEP (2022)

O Uso Excessivo de Telas na Primeira Infância

O uso de telas durante a primeira infância está associado a diversos fatores negativos. São essenciais ações de alfabetização midiática e mediação parental, que visem tanto ao entendimento dos malefícios do uso excessivo de telas quanto à promoção de um desenvolvimento infantil saudável. É essencial conscientizar-se sobre a importância de estímulos positivos no desenvolvimento da criança, principalmente aqueles que promovem habilidades essenciais nesta fase da vida, como o brincar.

A Sociedade Brasileira de Pediatria (SBP), em conformidade com a Academia Americana de Pediatria (AAP), recomenda o tempo adequado de exposição às telas, de acordo com a maturação e o desenvolvimento cerebral. Para crianças menores de 2 anos, recomenda-se a não exposição às telas, mesmo que passivamente. Para crianças entre 2 e 5 anos, o tempo de tela deve ser limitado a 1 hora por dia, com supervisão do conteúdo acessado e a verificação da classificação indicativa dos



programas. Para crianças maiores de 6 anos e adolescentes, o uso de telas deve ser sempre supervisionado e limitado a 1-2 horas por dia, exceto quando utilizado para atividades acadêmicas. Nesses casos, é importante estabelecer intervalos para descanso e incentivar a prática de atividades físicas.

O uso equilibrado de telas, aliado a estímulos que promovam o desenvolvimento saudável, é essencial para garantir o bem-estar das crianças. Cabe aos pais e responsáveis monitorar e regular essa exposição, priorizando atividades que favoreçam o crescimento integral na primeira infância.

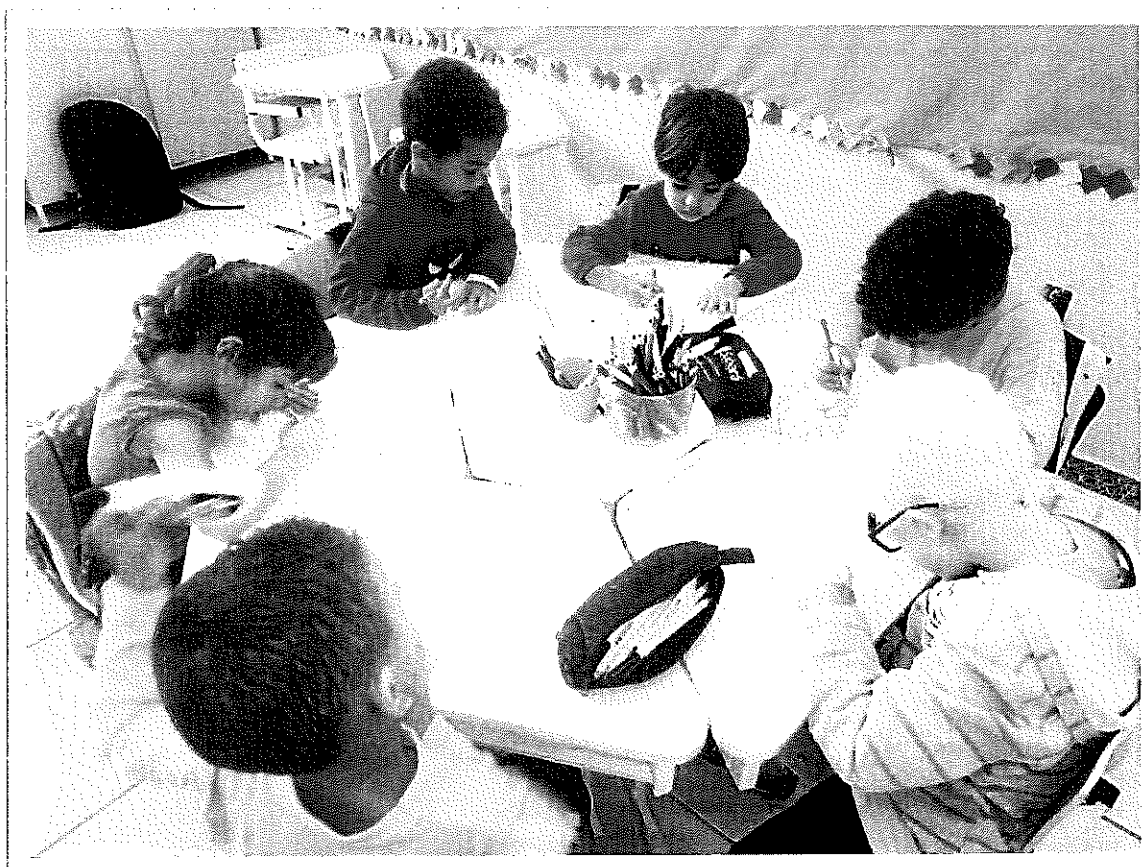
Serviços, Programas e Projetos Municipais Ofertados

O município de Sabará vem desenvolvendo diversas iniciativas voltadas para a educação infantil, com o objetivo de promover o fortalecimento das práticas pedagógicas e o engajamento da comunidade escolar. Dentre essas iniciativas, destacam-se:

- Formação continuada: adesão ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada e realização do curso LEEI (Leitura e Escrita na Educação Infantil); curso de pós-graduação em conjunto com instituição parceira; formação para monitores no início do ano; formação de professores, monitores e gestores para a primeira infância.
- Revisão curricular com abordagem de temas transversais: inclusão da história e cultura africana, indígena e afro-brasileira no currículo da educação infantil. Projeto institucional com uma série de ações (formações, oficinas, reuniões, encontros, visitas) que visam engajar a comunidade escolar.
- Kit Escolar Completo: o município oferece um kit composto por uniforme escolar, mochila, agenda, squeeze e kit de materiais, de acordo com a faixa etária. São entregues caderno de desenho, massa de modelar, tinta guache, canetas hidrográficas, giz de cera, lápis de cor, régua, tesoura, cola branca, apontador, lápis e borracha. Para crianças de 4 e 5 anos, também são ofertados materiais paradidáticos, como a Coleção “Minha África Brasileira e Povos Indígenas”.

- Aquisição e/ou Troca de Mobiliário: aquisição de mobiliário para os Centros de Educação Infantil (CEIs) e para as Escolas Municipais, adequado às necessidades das crianças de 0 a 5 anos.
- Aquisição de Brinquedos e Jogos Pedagógicos: aquisição de brinquedos e jogos para distribuição aos Centros de Educação Infantil e Escolas Municipais.
- Inauguração de novas creches com infraestrutura padrão e adequada para receber crianças de 0 a 2 anos, a saber: CEI Admilson Perdigão (Roça Grande) - 2023; CEI Mário de Lima Guerra (Nova Vista) - 2024; além de outros dois CEI's com previsão de inauguração ainda em 2024, nos bairros Nações Unidas e Ravenópolis.

Figura 9 - Crianças da Primeira Infância (Sabará)



Fonte: Acervo próprio - PMPI



DESAFIOS DA EDUCAÇÃO

- Acesso limitado à Educação Infantil;
- Dificuldade na matrícula de crianças provenientes de famílias em situação de maior vulnerabilidade social;
- Dificuldade na manutenção do vínculo escolar com famílias em situação de maior vulnerabilidade social;
- Formação insuficiente sobre práticas pedagógicas inclusivas para crianças com deficiência. Essa formação é realizada em rede e para todos os profissionais da comunidade escolar.
- Uso excessivo de telas por crianças na primeira infância;
- Não há exigência de formação pedagógica para as monitoras que realizam atendimento nos berçários

A seguir, nos quadros operativos numerados de 4 a 9, são apresentadas as principais estratégias para os próximos dez anos, com a finalidade de enfrentar os desafios relacionados à educação na primeira infância. Algumas dessas estratégias são setoriais e outras são intersetoriais.



Quadro Operativo 4 – EIXO EDUCAÇÃO

Área temática	Direito à Educação
Problema (desafio validado)	Reduzido acesso à Educação Infantil
Indicador do diagnóstico	O atendimento à população de 0 a 3 anos situa-se em 28,46%, enquanto o índice de necessidade por CEI's (Centros de Educação Infantil) nesta faixa etária é de 49,71% (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal).
Objetivo	Ampliar matrícula da Educação Infantil em CEI's (0 a 3 anos)
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	01 – Erradicação da pobreza 03 – Saúde e bem-estar 04 – Educação de qualidade
Ação finalística	Educação infantil As famílias e as comunidades das crianças Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças Crianças e infâncias diversas

Handwritten signature

Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade
Meta 1	50% das crianças de 0 a 3 anos atendidas em Centros de Educação Infantil até 2026, ampliando progressivamente este percentual até 2034.	Percentual de atendimento de crianças de 0 a 3 anos em CEI's (Centros de Educação Infantil)	2026-2034	Abrangência municipal, priorizando a região de General Carneiro, que apresenta a maior demanda por vagas em CEI's (Centros de Educação Infantil).	Secretaria Municipal de Educação (Gerência de Cadastro Escolar)	Secretaria Municipal de Obras
Ação 1.1	Construção de Centros de Educação Infantil (CEI's)	Índice de necessidade por CEI's (Centros de Educação Infantil)				
Ação 1.2	Reforma e Ampliação de CEI's já existentes, por demanda					



Quadro Operativo 5 – EIXO EDUCAÇÃO

Área temática	Direito à Educação
Problema (desafio validado)	Dificuldade na matrícula de crianças com famílias em maior vulnerabilidade social.
Indicador do diagnóstico	Ausência de processo sistematizado para a identificação de crianças que não frequentam a escola por questões de vulnerabilidade social e/ou negligência familiar.
Objetivo	Aumentar a captação de crianças que não frequentam a escola por questões de vulnerabilidade social e/ou negligência familiar.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	04 – Educação de qualidade
Ação finalística	Educação infantil As famílias e as comunidades das crianças Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças Crianças e infâncias diversas

Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade
Meta 1	Atendimento a 100% das crianças de 0 a 5 anos em situação de vulnerabilidade social					
Ação 1.1	Revisão do Cadastro Escolar Municipal visando implementar a Lei 14851, de 2024, respeitando aspectos como a condição socioeconômica familiar e a condição de monoparentalidade das famílias	Percentual das crianças de 0 a 5 anos em situação de vulnerabilidade social atendidas.	2025	Abrangência municipal	Secretaria Municipal de Educação (Gerência de Cadastro Escolar)	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social Conselho Tutelar CRAS CREAS
Ação 1.2	Identificação de crianças em situação de vulnerabilidade social que não frequentam CEI's ou escolas e acompanhamento de suas famílias por meio de busca ativa em parceria com a Secretaria de Desenvolvimento Social, CRAS e CREAS.	Índice de necessidade por CEI's (Centros de Educação Infantil)				



Quadro Operativo 6 – EIXO EDUCAÇÃO

Área temática	Direito à Educação
Problema (desafio validado)	Dificuldade na manutenção do vínculo escolar com as famílias em maior vulnerabilidade social
Indicador do diagnóstico	Percepção da desinformação, baixo interesse e negligência das famílias impactando o acesso a creche e pré-escola, locais onde a vulnerabilidade social pode ser minimizada.
Objetivo	Promover o estímulo ao ingresso e permanência nos CEI's (Centros de Educação Infantil) e escolas que ofertam a Educação Infantil, por meio de ações de formação de familiares e educadores visando o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 6 anos, bem como ações para garantia da permanência destas crianças nas instituições.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	04 – Educação de qualidade
Ação finalística	Educação infantil As famílias e as comunidades das crianças Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças Crianças e infâncias diversas

Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Intersetorialidade
Meta 1	Criação de uma rede de apoio às famílias, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social.	Percentual de infrequência e evasão de crianças de 0 a 3 anos.	2025	Abrangência Municipal	Secretaria Municipal de Educação (Núcleo de Gestão Estratégica, Gerência de Projetos, Gerência de Cadastro Escolar, Gerência de Transporte Escolar)	Parceria com a Secretaria Municipal de Saúde para cessão de palestrantes
Ação 1.1	Formação de famílias com foco na parentalidade positiva					
Ação 1.2	Processo contínuo de conscientização e disseminação de informação, por meio de encontros presenciais (palestras e rodas de conversa) e material publicitário.					
Ação 1.3	Garantia de apoio às famílias vulneráveis para acesso e permanência das crianças nas CEI's e/ou escolas em ações como: fornecimento do transporte, escolar em caso de necessidade, acompanhamento familiar em parceria com o CRAS, posto de saúde local, e CAPSI.					



Quadro Operativo 7 – EIXO EDUCAÇÃO

Área temática	Direito à Educação
Problema (desafio validado)	Formação insuficiente em práticas pedagógicas de inclusão a crianças com deficiência realizadas em rede para todos os profissionais da comunidade escolar
Indicador do diagnóstico	Práticas educativas desatualizadas em algumas turmas.
Objetivo	Qualificar o planejamento das ações educativas voltadas para as crianças matriculadas na creche e pré-escola.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	04 – Educação de qualidade 10 – Redução das desigualdades
Ação finalística	Educação Infantil

Nº	Meta	Indicador	Periodicidade e da Ação	Território	Gerência Responsável
Meta 1	100% das turmas de Educação Infantil alinhadas nas Práticas Pedagógicas, conforme a visão da criança/infância da BNCC				
Ação 1.1	Formação mensal e em serviço para os professores e pedagogos, com pautas específicas sobre o "currículo" da Educação Infantil	Percentual das turmas de Educação Infantil alinhadas nas Práticas Pedagógicas, conforme a visão da criança/infância da BNCC			
Ação 1.2	Qualificação do perfil indicado para a seleção inicial dos profissionais.	Número de formações específicas realizadas	2025	Abrangência municipal	Secretaria Municipal de Educação (Núcleo de Gestão Estratégica)
Ação 1.3	Identificação, divulgação e homenagem às práticas pedagógicas que respeitam as infâncias, considerando suas diferenças e múltiplas linguagens	Número de práticas pedagógicas homenageadas			



Quadro Operativo 8 – EIXO EDUCAÇÃO

Área temática	Direito à Educação
Problema (desafio validado)	Uso excessivo de telas por crianças na primeira infância
Indicador do diagnóstico	Percepção da exposição por longos períodos de crianças a telas eletrônicas, impactando o desenvolvimento infantil integral
Objetivo	Elaborar estratégias para reduzir a exposição de crianças a telas, com base nas orientações da Sociedade Brasileira de Pediatria.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	03 - Saúde e bem estar 04 - Educação de qualidade
Ação finalística	Educação Infantil



Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável
Meta 1	Um plano municipal escolar para reduzir a exposição de crianças a telas, com base nas orientações da Sociedade Brasileira de Pediatria	Percentual de centros de educação infantil com plano municipal afim implantado	2025	Abrangência municipal	Secretaria Municipal de Educação (Núcleo de Gestão Estratégica)
Ação 1.1	Inclusão nos planejamentos de atividades lúdicas e interativas que estimulem criatividade e aprendizado sem o uso de telas	Número de atividades lúdicas e interativas elaboradas			
Ação 1.2	Implantação curricular de Educação Digital: ensinar às crianças sobre o uso consciente de tecnologias e os benefícios de atividades fora das telas	Conteúdo sobre Educação Digital elaborado			
Ação 1.3	Promoção de palestras explicitando o malefício da exposição excessiva a telas, conforme recomendações da SBP	Número de palestras sobre os malefícios da exposição excessiva às telas realizadas			
Ação 1.4	Incentivar a participação dos pais em atividades escolares que promovam o engajamento sem telas				



Quadro Operativo 9 – EIXO EDUCAÇÃO

Área temática	Direito à Educação
Problema (desafio validado)	Atendimento nos berçários realizado por monitoras sem exigência de formação pedagógica.
Indicador do diagnóstico	Alta presença de monitoras com formação de nível médio atuando em berçários, com impacto no desenvolvimento pedagógico das crianças de 0 a 3 anos.
Objetivo	Garantir que o atendimento às crianças dos berçários 1 e 2 seja realizado exclusivamente por professoras com formação superior em pedagogia.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	04 – Educação de qualidade 10 – Redução das desigualdades
Ação finalística	Educação Infantil

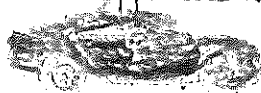


Nº	Meta	Indicador	Periodicidade da Ação	Território	Gerência Responsável	Interseccionalidade
Meta 1	Plano de substituição gradual de monitoras de nível médio por professoras com formação superior em Pedagogia, nos berçários 1 e 2	Número de monitoras com formação de nível médio atuando em berçários	2026	Abrangência municipal	Secretaria Municipal de Educação	Jurídico da Prefeitura de Sabará
Ação 1.1	Revisão dos critérios de contratação para exigir formação superior em Pedagogia para as profissionais que atuam diretamente com crianças nos berçários.					
Ação 1.2	Elaboração de edital de concurso público ou processo seletivo para a contratação de novas professoras.					
Ação 1.3	Realização de parcerias com universidades e faculdades locais para promover a capacitação contínua das profissionais.					

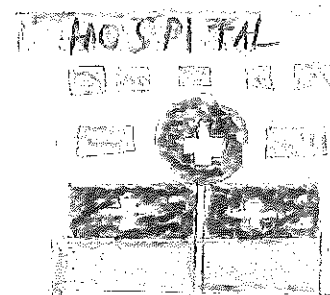


Transportes para os pacientes poder ir a consultas e
Cirurgias em hospital distantes como em Santa Luz
Lagoa Santa etc...

PREFEITURA DE SABARÁ



Vinícius Leonel Nunes Roque (5 anos)
Alto Licalgo



8.3. Direito à Saúde

Este Plano Municipal pela Primeira Infância fortalece o direito de proteção à vida e à saúde das crianças sabarenses, por meio da implementação de políticas públicas que assegurem seu desenvolvimento integral. Além disso, este plano está fundamentado na Constituição Federal de 1988, na Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que institui o Sistema Único de Saúde (SUS), no ECA, especialmente em seu Capítulo I, art. 7º, que trata do "Direito à Vida e à Saúde", e também no Plano Nacional pela Primeira Infância.



A promoção da saúde na primeira infância se inicia no planejamento familiar e abrange o direito à atenção humanizada e qualificada durante a gravidez, bem como o parto e o puerpério (pós-parto). Ela também se estende ao direito das crianças de nascerem, crescerem e se desenvolverem de forma saudável e plena.

Vale destacar que, para a formulação das diretrizes a seguir, foram observadas as pactuações já estabelecidas em planos correlatos, como o Plano Municipal de Saúde 2022/2025, além das orientações para ações voltadas à infância e à adolescência do CMDCA.

8.3.1. Diagnóstico Situacional

O diagnóstico situacional da saúde em Sabará é fundamental para que se possa compreender as principais demandas e desafios enfrentados pela população local. Através dessa análise, é possível identificar as condições de saúde, o acesso aos serviços e as vulnerabilidades existentes, permitindo a formulação de políticas públicas mais eficazes e direcionadas.

- **Planejamento familiar**

O planejamento familiar é um dos pilares para a organização da oferta de cuidados adequados aos bebês e às crianças. No município de Sabará, são disponibilizados anticoncepcionais injetáveis e orais, dispositivo intrauterino (DIU), além de procedimentos como vasectomia e laqueadura. Para as gestantes, o planejamento familiar é ofertado durante o pré-natal, garantindo suporte desde o início da gestação. Esse atendimento ocorre em nível primário de cuidado, buscando estar o mais próximo possível da realidade dos indivíduos em idade reprodutiva.

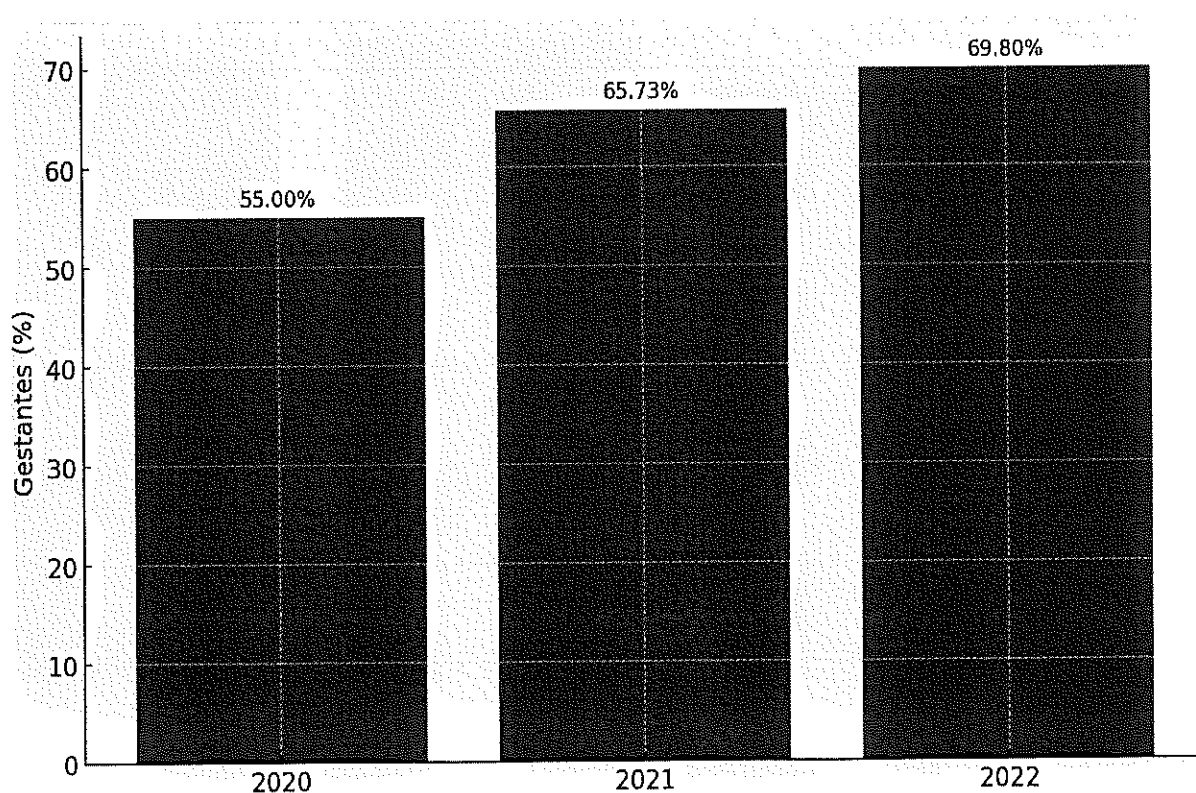


- **Pré-natal oportuno**

Quanto mais cedo se iniciarem os cuidados do pré-natal, maior será a oportunidade de as gestantes realizarem adequadamente os exames de rotina previstos para cada trimestre da gestação, além de prevenir, identificar e tratar possíveis inconformidades e problemas de saúde. Esses cuidados são voltados para a saúde da díade mãe-bebê.

Conforme mostra o Gráfico 24, o percentual de gestantes que iniciaram o pré-natal nas primeiras 12 semanas de gestação, em relação ao total de gestantes acompanhadas em Sabará, tem apresentado crescimento nos últimos anos. Em 2023, 70,20% das gestantes conseguiram iniciar o pré-natal no período oportuno. No entanto, é importante ressaltar que o ideal é que todas as gestantes comecem o pré-natal ainda no primeiro trimestre da gestação.

Gráfico 24 - Percentual de gestantes com início do pré-natal no 1º trimestre de gravidez, em relação ao número total de gestantes no município (2020 a 2022)



Fonte: Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB

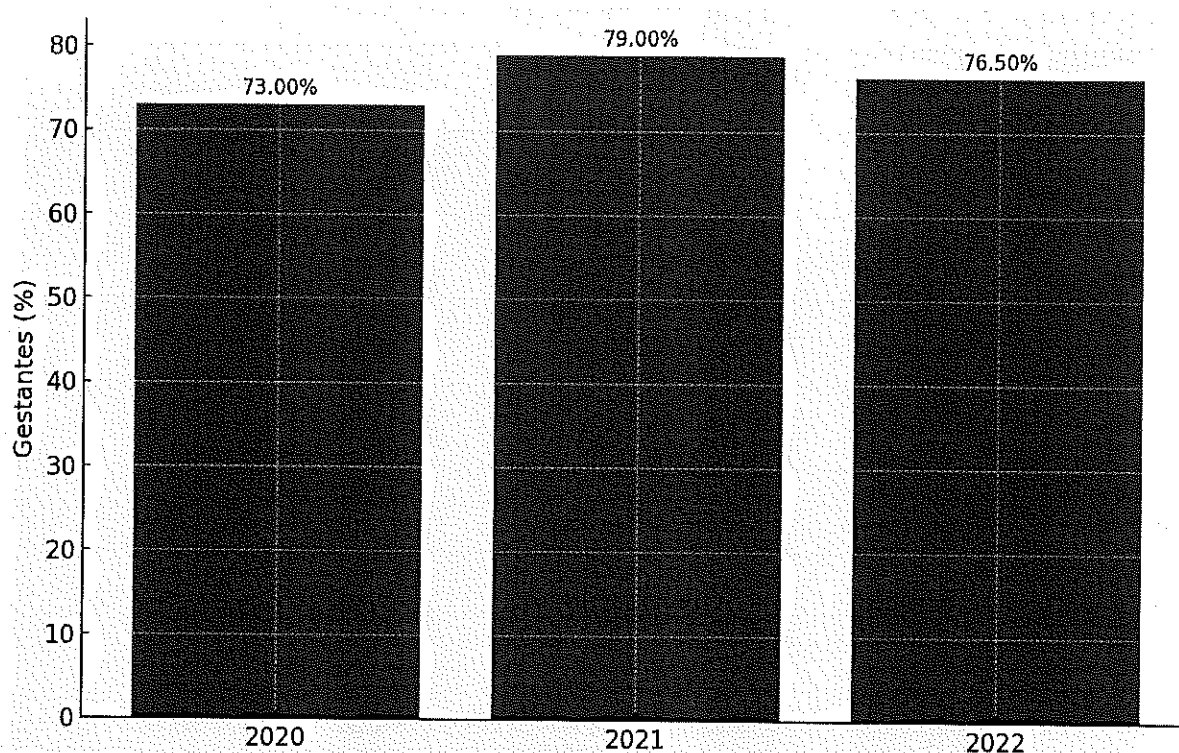


- **Pré-natal programado**

No período de 2020 a 2022, entre 73 a 79% das gestantes sabarenses realizaram 7 ou mais consultas durante a gestação. No ano de 2022, esse percentual alcançou valor superior ao valor nacional, embora pouco abaixo do valor estadual, (cerca de 80%). Contudo, em todas essas esferas, os valores se distanciam consideravelmente da meta de 100% estabelecida nos ODS da ONU para 2030. Adicionalmente, registra-se que realizar as consultas programadas não garante, por si só, a qualidade do cuidado prestado.

Conforme mostra o Gráfico 25, no período de 2020 a 2022, houve variação significativa nos percentuais de gestantes sabarenses que realizaram 7 ou mais consultas, com o ponto mais alto sendo registrado em 2021.

Gráfico 25 - Percentual de gestantes com 7 ou mais consultas pré-natal, em relação ao número total de gestantes no município (2020 a 2022)



Fonte: Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde).

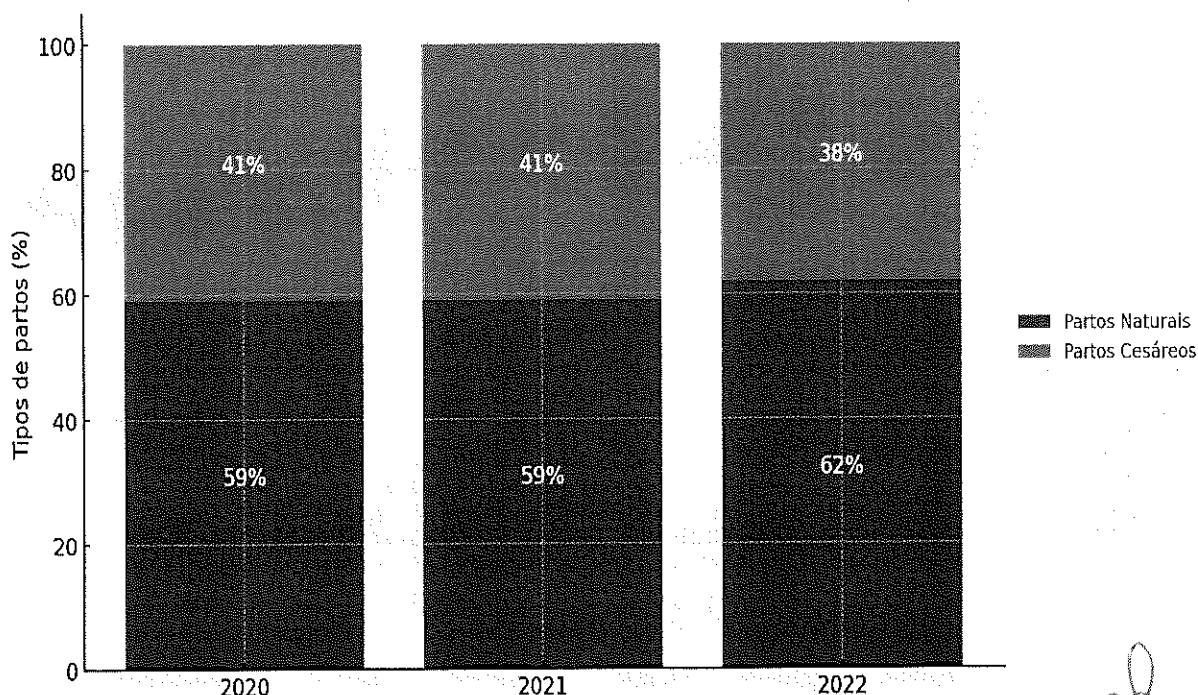


- **Parto natural (normal)**

O município de Sabará incentiva a realização de parto natural, especialmente em ambiente hospitalar, em conformidade com as diretrizes do Ministério da Saúde. Sabe-se que o parto normal é o mais recomendado e seguro, devendo ser disponibilizados todos os recursos necessários para sua realização, ressaltando os casos específicos de contraindicação.

Entre os anos de 2020 e 2022, Sabará superou positivamente os valores nacionais estabelecidos como parâmetros para a realização do parto natural. Em 2022, apenas 42% dos partos realizados no Brasil foram naturais, enquanto em Sabará esse número chegou a 62%. Entretanto, esses valores ainda estão aquém das diretrizes da Organização Mundial de Saúde (OMS), a qual preconiza que apenas 15% dos nascimentos sejam por partos não naturais. Adicionalmente, destaca-se que o município realiza partos programados em parceria com a rede hospitalar da capital (Belo Horizonte), observando princípios de escala e escopo. O Gráfico 26 apresenta os percentuais de tipos de partos realizados em Sabará, no período de 2020 a 2022.

Gráfico 26 - Percentual de partos por tipo (2020 a 2022)



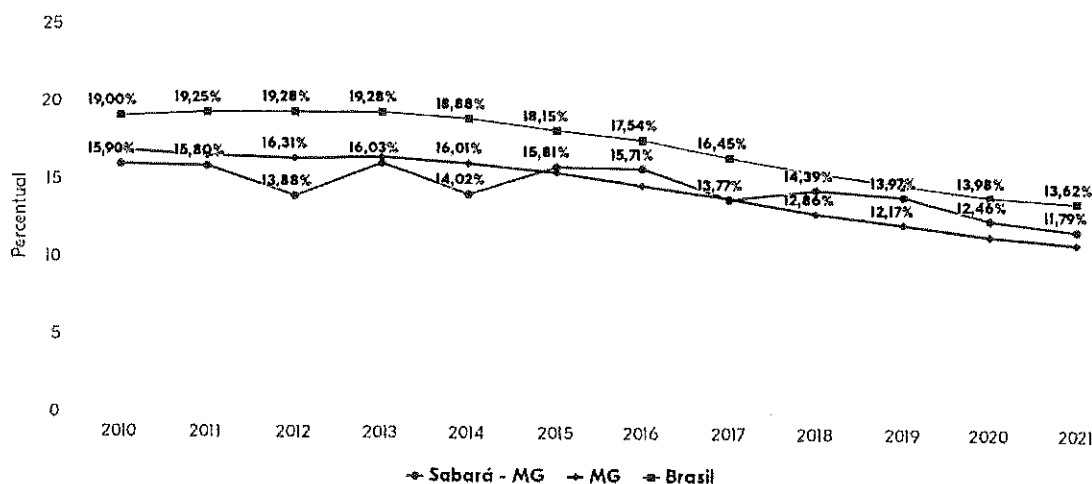
Fonte: Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde).



• Partos em mães adolescentes

Este indicador revela duas preocupações interligadas: a gravidez na adolescência, muitas vezes não planejada, que pode resultar na interrupção dos estudos e alterar significativamente os planos de vida da jovem; e a alta probabilidade de o bebê crescer em um ambiente familiar instável, com menores condições de oferecer os cuidados essenciais para um desenvolvimento saudável e pleno. Esses fatores, juntos, podem comprometer o futuro tanto da mãe quanto da criança, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam a prevenção da gravidez precoce e o apoio a jovens mães. Em Sabará o percentual de partos em crianças e adolescentes (até 19 anos) tem apresentado uma redução consistente ao longo dos últimos anos, assim como o número absoluto de casos. As taxas do município, tomando como referência o total de grávidas no período, situam-se levemente acima da média do estado, mas ligeiramente inferiores à média nacional, conforme apresenta o Gráfico 27.

Gráfico 27 - Percentual de partos de mães adolescentes (até 19 anos), no período de 2010 a 2021, em Sabará, em Minas Gerais e no Brasil



Ministério da Saúde - DataSUS | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Dados referentes ao Nascimento por local de residência da mãe - Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos - SINASC

Fonte: Primeira Infância Primeiro (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal).

Cabe ressaltar que, em Sabará, no ano de 2022, o percentual de mães com idade inferior a 19 anos foi de 9,35%, um índice consideravelmente inferior aos valores registrados em âmbito nacional.



- **Sífilis congênita**

O acompanhamento pré-natal e o parto exigem medidas rigorosas de controle para doenças de transmissão vertical, como HIV/Aids e sífilis. Nos últimos anos, tanto no Brasil quanto em Minas Gerais e Sabará, observou-se uma elevação significativa no número de notificações de sífilis congênita, especialmente em recém-nascidos com menos de sete dias de vida. Essa situação reflete a infecção ocorrida durante a gestação, exigindo tratamento imediato na grande maioria dos casos, seja durante a gravidez ou no momento do parto.

Além do preocupante aumento de casos de sífilis congênita em residentes de Sabará, conforme mostra a Tabela 3, destaca-se a exceção de 2021, ano em que o número de casos foi menor. Esse decréscimo pode estar relacionado à desassistência causada pela mobilização de esforços no combate à pandemia de Covid-19, que impactou diretamente o acesso e a continuidade dos serviços de saúde voltados para o monitoramento e tratamento de doenças como a sífilis. Há, portanto, uma necessidade urgente de aprimorar o monitoramento do tratamento da sífilis congênita ao longo do período proposto, que se estende até os 18 meses de vida da criança.

Tabela 3 – Números de casos notificados de sífilis congênita de (2020 a 2023)

ANO / IDADE	IDADE DA CRIANÇA				
	Até 7 dias	7 a 27 dias	28 a 364 dias	1 ano	2 a 4 anos
2020	17	0	0	0	0
2021	13	0	0	0	0
2022	19	0	1	0	0

Fonte: <http://indicadoressifilis.aids.gov.br/>

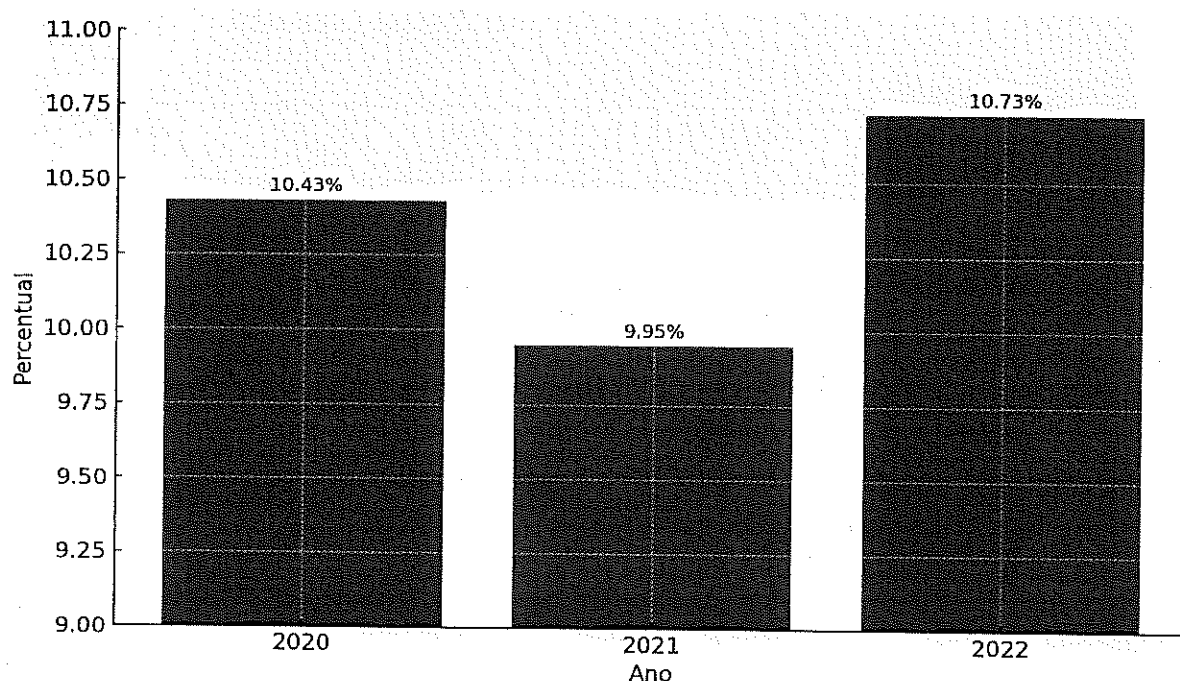


- **Baixo peso ao nascer**

O baixo peso ao nascer, de acordo com a OMS, é definido como peso inferior a 2.500 gramas, e está associado a fatores como prematuridade e desnutrição materna. Um acompanhamento pré-natal adequado, a cessação de hábitos prejudiciais como o tabagismo, consumo de álcool e outras drogas, além de uma alimentação equilibrada, são medidas que podem reduzir significativamente as chances desse problema ocorrer. O baixo peso ao nascer é um fator de risco relevante para a morbidade e mortalidade neonatal e infantil, sendo um forte preditor da sobrevivência infantil — quanto menor o peso ao nascer, maior o risco de morte precoce. Internacionalmente, são aceitos valores abaixo de 10% do total de nascidos vivos, embora o percentual em países desenvolvidos gire em torno de 6%.

O Gráfico 28 apresenta as taxas percentuais de baixo peso ao nascer entre os bebês nascidos em Sabará no período de 2020 a 2022, em comparação ao total de nascidos vivos. Historicamente, as taxas percentuais de baixo peso ao nascer em Sabará têm se mantido ligeiramente acima dos valores estaduais e nacionais.

Gráfico 28 – Percentual de crianças de baixo peso em relação ao total de nascidos vivos (2020 a 2022)

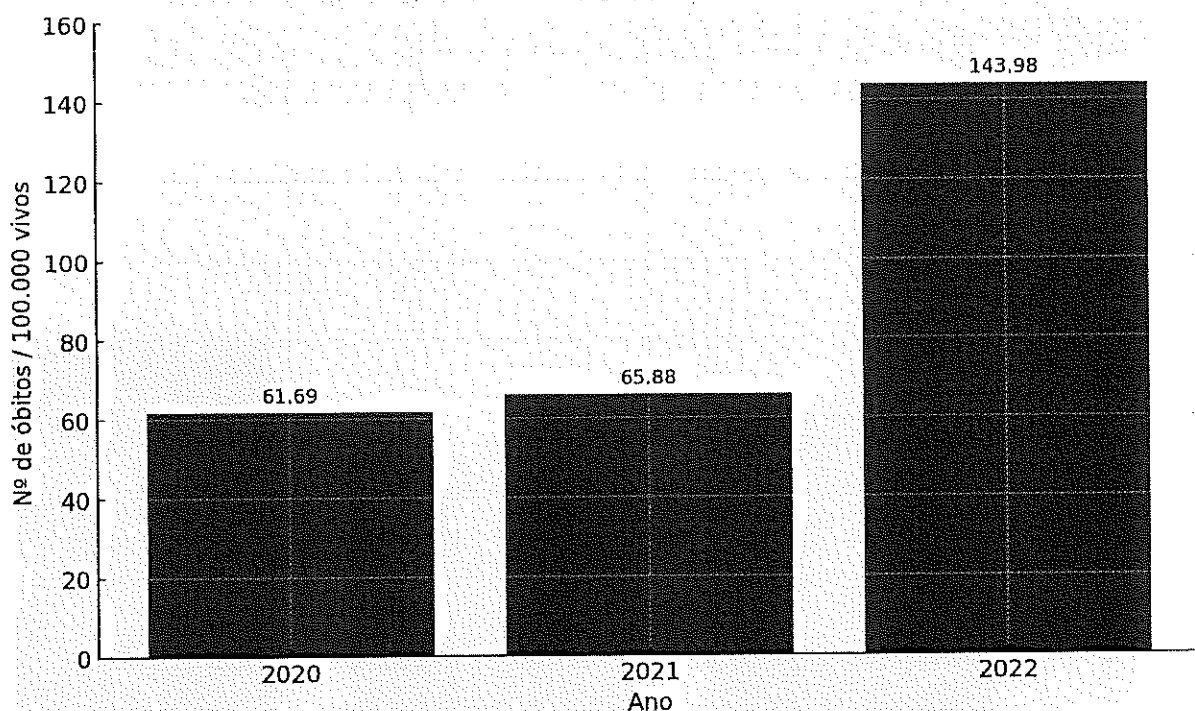


Fonte: Sistema de Informação sobre Nascidos Vivos (SINASC/Ministério da Saúde).

- **Óbitos de mulheres gestantes ou puerperais em decorrência de condições consideradas de morte materna (2020 a 2022)**

Idealmente, nenhuma mulher deveria morrer em decorrência de condições relacionadas à gravidez, ao parto ou ao puerpério, sendo essa a meta desejável. Internacionalmente, o Brasil pactuou reduzir, até 2030, o índice de mortalidade materna para, no máximo, 30 óbitos por 100.000 nascidos vivos. O Gráfico 29 mostra a taxa de óbitos de mulheres em decorrência dessas condições, por ano, para cada 100.000 nascidos vivos em Sabará, entre 2020 e 2022.

Gráfico 29 - Número de óbitos de mulheres gestantes ou puerperais por 100 mil nascidos vivos (2020 a 2022)



Fonte: Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM).

Os valores apresentados no gráfico mostram que, em Sabará, as taxas de 2020 e 2021 foram significativamente inferiores à média nacional, que registrou, respectivamente, 71,97 e 107,53 óbitos por 100.000 nascidos vivos. No entanto, em municípios de pequeno e médio porte, poucos óbitos ou até mesmo um único óbito pode causar um aumento expressivo nesse indicador. Em 2022, as poucas ocorrências de óbitos resultaram em um considerável incremento da taxa, que acabou ultrapassando a média nacional.

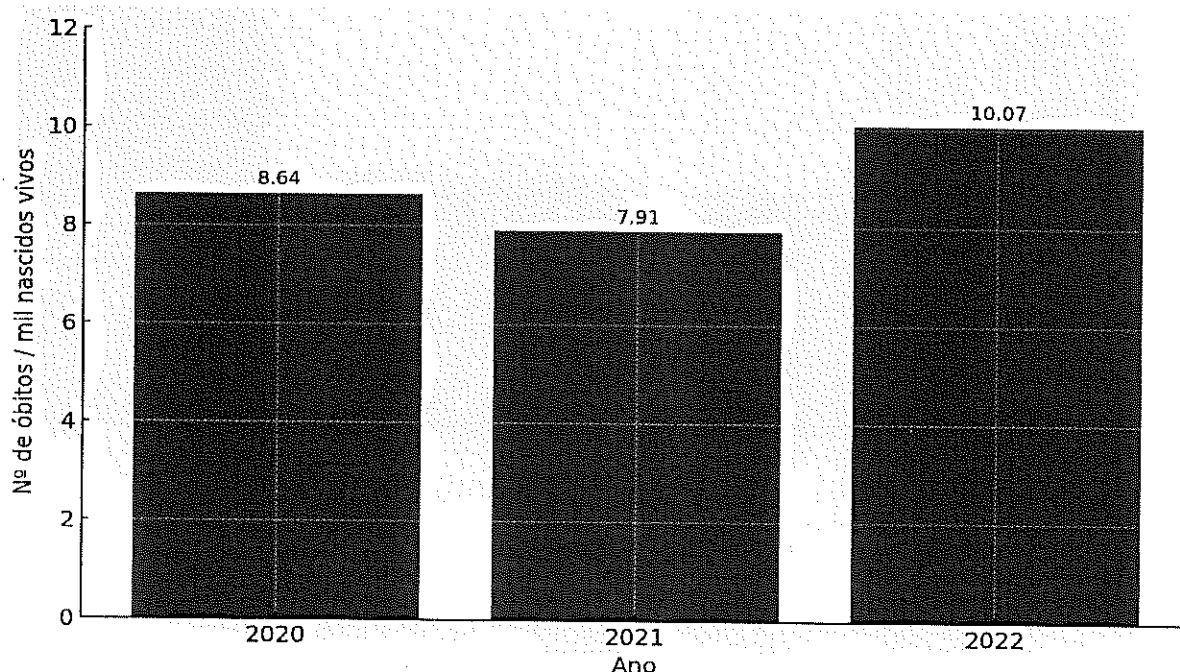


- **Mortalidade infantil (até 1 ano de idade)**

A mortalidade infantil e fetal abrange a soma dos óbitos ocorridos nos períodos neonatal precoce (0 a 6 dias de vida), neonatal tardio (7 a 27 dias) e pós-neonatal (28 dias até 1 ano de idade). Essa taxa está diretamente relacionada aos cuidados de saúde oferecidos desde a gestação, bem como às condições ambientais em que o bebê estará inserido. O Brasil tem apresentado uma redução significativa nas taxas de mortalidade infantil nos últimos anos, com a meta de mantê-las abaixo de dois dígitos.

O Gráfico 30 mostra as taxas de mortalidade infantil em Sabará nos anos de 2020 a 2022. Embora tenha havido um aumento em relação ao ano anterior, a taxa em 2022 ainda se apresenta significativamente inferior às médias nacional e estadual, que foram, respectivamente, de 12,59 e 11,37 óbitos por 1.000 nascidos vivos.

Gráfico 30 - Número de óbitos infantis para cada mil nascidos vivos (2020 a 2022)



Fonte: Cidades IBGE-Censo (Pesquisa - Taxa de Mortalidade Infantil).

O componente neonatal (óbitos ocorridos entre 0 e 27 dias de vida) representa a maior parte da mortalidade infantil no município, sendo causado principalmente por fatores como prematuridade, asfixia intraparto, infecções neonatais e malformações congênitas.

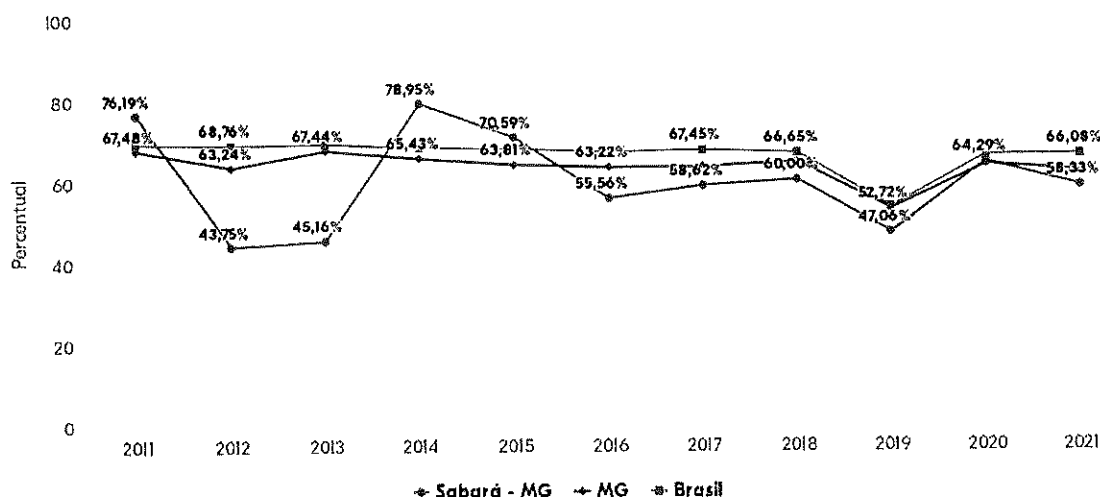


- **Mortalidade infantil (até 1 ano de idade) por causas evitáveis**

Este indicador, que idealmente deveria ser zero, reflete o percentual de mortes que poderiam ter sido evitadas por meio de ações mais eficientes, como imunização adequada, melhor assistência a gestantes e recém-nascidos, condições seguras de parto, diagnósticos e tratamentos mais precisos, e iniciativas de promoção à saúde. A existência de números positivos nesse indicador demonstra que falhas no sistema contribuíram para a morte de crianças. Reduzir a mortalidade infantil exige um foco concentrado nas causas evitáveis.

No decênio 2011-2021, Sabará registrou uma redução significativa nesse percentual, alcançando uma posição mais favorável em 2021 em comparação ao estado e à federação. Contudo, ainda preocupa o fato de que mais da metade dos óbitos de crianças com até um ano de idade poderiam ter sido evitados. O Gráfico 31 a seguir demonstra essa realidade.

Gráfico 31 - Percentual de mortalidade infantil (até 1 ano de idade) por causas evitáveis (2011 a 2021)



Ministério da Saúde - DataSUS | Organizado por Datapedia.info

Nota Técnica: Total de óbitos de 1 ano de idade / Óbitos classificados como Causas Evitáveis 1.1. Reduzível pelas ações de imunização, 1.2.1 Reduzíveis atenção à mulher na gestação, 1.2.2 Reduz por adequada atenção à mulher no parto, 1.2.3 Reduzíveis adequada atenção ao recém-nascido, 1.3. Reduz ações diagnóstico e tratamento adequado, 1.4. Reduz. ações promoção à saúde vinc. Aç. At Filtro ativado de 0 a 1 ano de idade

Fonte: Sabará – MG, Primeira Infância Primeiro (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal).

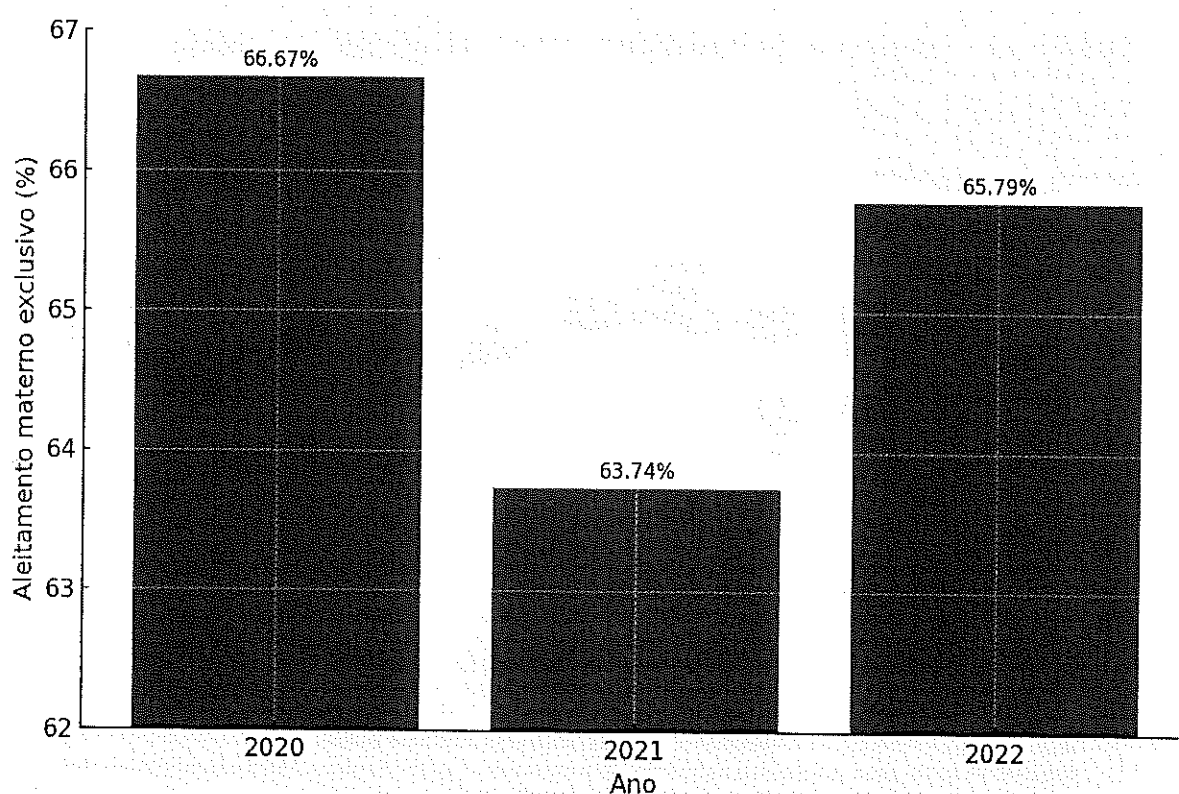


- **Aleitamento materno exclusivo**

O aleitamento materno exclusivo é sabidamente a melhor opção nutricional durante os primeiros seis meses de vida da criança. Trata-se de um importante indicador de saúde infantil, contribuindo não somente para o crescimento saudável da criança, mas também para a redução da mortalidade infantil e o fortalecimento do vínculo entre mãe e filho.

O Gráfico 32 mostra os índices de aleitamento materno exclusivo em Sabará, os quais estão significativamente acima das médias estadual e nacional. No entanto, ainda estão ligeiramente abaixo da meta estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para 2030, que é de 70%.

Gráfico 32 - Percentual de bebês de até 6 meses com aleitamento materno exclusivo (2020 a 2022)



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN)

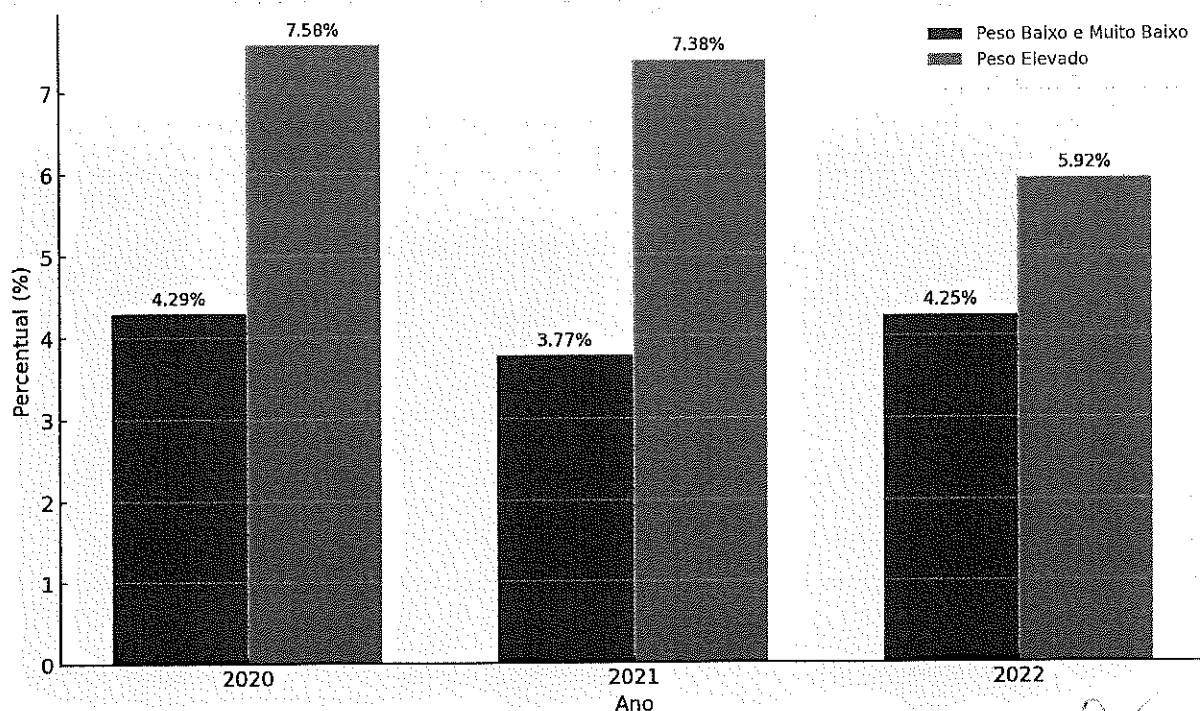


- **Situação nutricional da primeira infância**

Os dados antropométricos de crianças entre 0 e 5 anos são importantes marcadores do estado nutricional infantil. Nessa faixa etária, na vigência de uma privação alimentar aguda, especialmente de calorias, ou de um aumento considerável do metabolismo, a criança perde peso. Por outro lado, uma dieta desbalanceada, rica em carboidratos e "calorias vazias", associada ao sedentarismo, pode levar a criança a desenvolver obesidade.

Internacionalmente, estima-se que a prevalência de desnutrição aguda (baixo e muito baixo peso para a idade) não deva ultrapassar 5%, índice alcançado pelo município de Sabará nos últimos anos. Em 2022, a prevalência de desnutrição aguda no município foi de 4,25%, ligeiramente acima das médias nacional (4,08%) e estadual (3,89%). Por outro lado, em relação à obesidade infantil, Sabará apresentou, em 2022, índices inferiores aos observados no âmbito nacional e estadual, que foram de 7,72% e 7,33%, respectivamente. O Gráfico 33 apresenta os dados citados.

Gráfico 33 – Percentual de crianças (0 a 5 anos) com desnutrição aguda ou com obesidade (2020 a 2022)



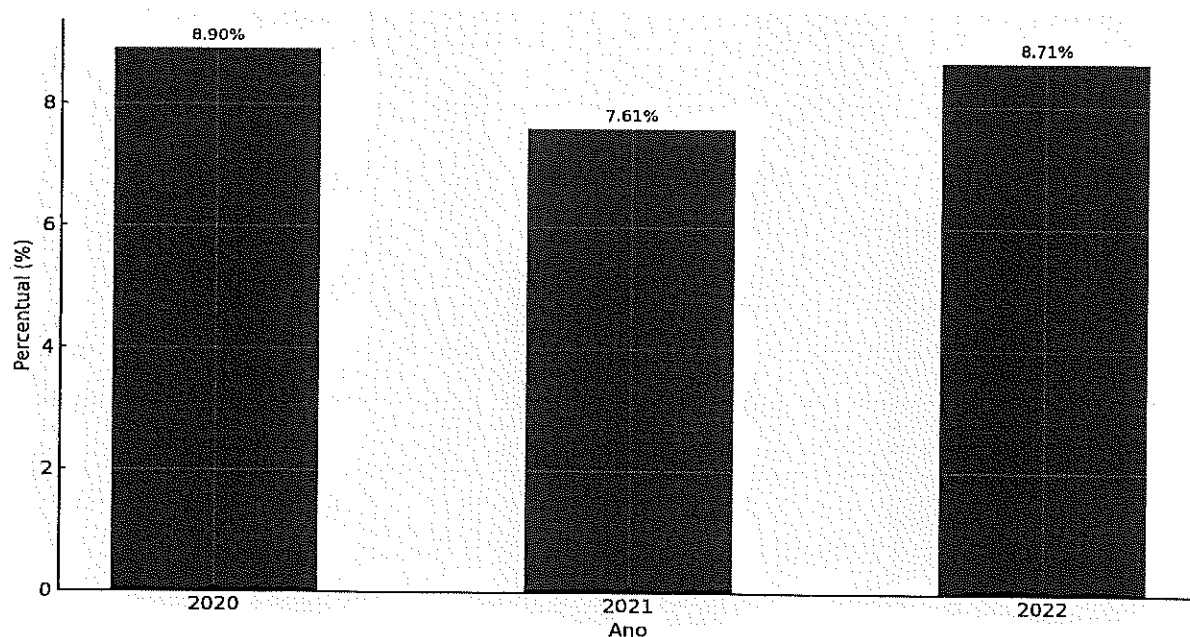
Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).



A estatura é um dos principais indicadores de uma primeira infância saudável, sendo fortemente determinada nessa faixa etária por estímulos ambientais, tais como a nutrição, o sono, o afeto e as condições socioeconômicas. Se uma privação alimentar proteico-calórica se estabelecer cronicamente, a criança tende a diminuir sua velocidade de crescimento, até que o processo de crescimento se interrompe, resultando em baixa ou muito baixa estatura para a idade. Além das questões antropométricas, essa baixa estatura determinada pela privação de nutrientes essenciais, está associada a menor neurodesenvolvimento infantil, menor capacidade cognitiva, maior adoecimento e mortalidade por outras causas, tais como infecções.

Nos últimos anos Sabará tem intensificado as ações para a redução da prevalência de baixa e muito baixa estatura, uma condição conhecida como desnutrição crônica, do ponto de vista sanitário. Em 2022, se comparado aos cenários nacional e estadual, o município apresentou um cenário mais favorável. No entanto, registra-se que a prevalência da desnutrição crônica em Sabará ainda é três vezes maior que os valores esperados em nível internacional para erradicar a fome crônica infantil, a qual varia entre 2,5 e 3%.

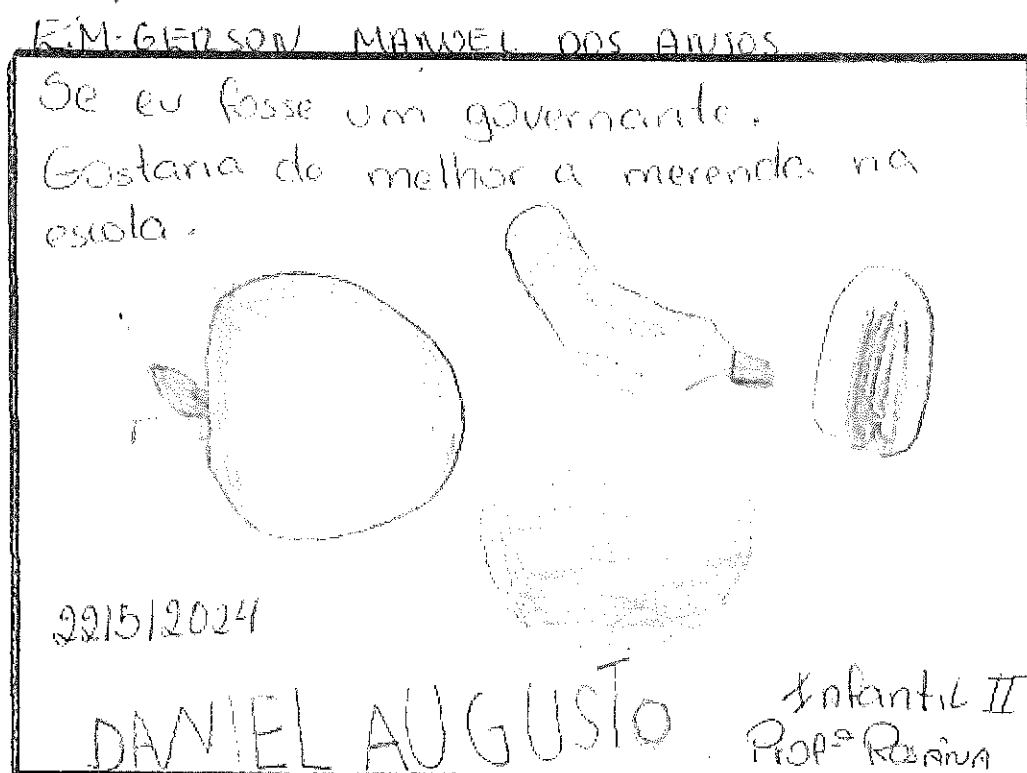
Gráfico 34 – Percentual de crianças (0 a 5 anos) com baixa ou muito baixa estatura para a idade (2020 a 2022)



Fonte: Sistema de Vigilância Alimentar e Nutricional (SISVAN).



Por fim, registra-se que tanto a desnutrição quanto a obesidade são alterações nutricionais que, quando manifestadas precocemente, podem desencadear reprogramações metabólicas e enfermidades futuras, tais como diabetes e doenças cardiovasculares. A prevenção dessas alterações, por meio de uma alimentação balanceada e acompanhamento adequado, é fundamental para promover um crescimento saudável e evitar complicações a longo prazo, além de reduzir os custos com a saúde pública no futuro.

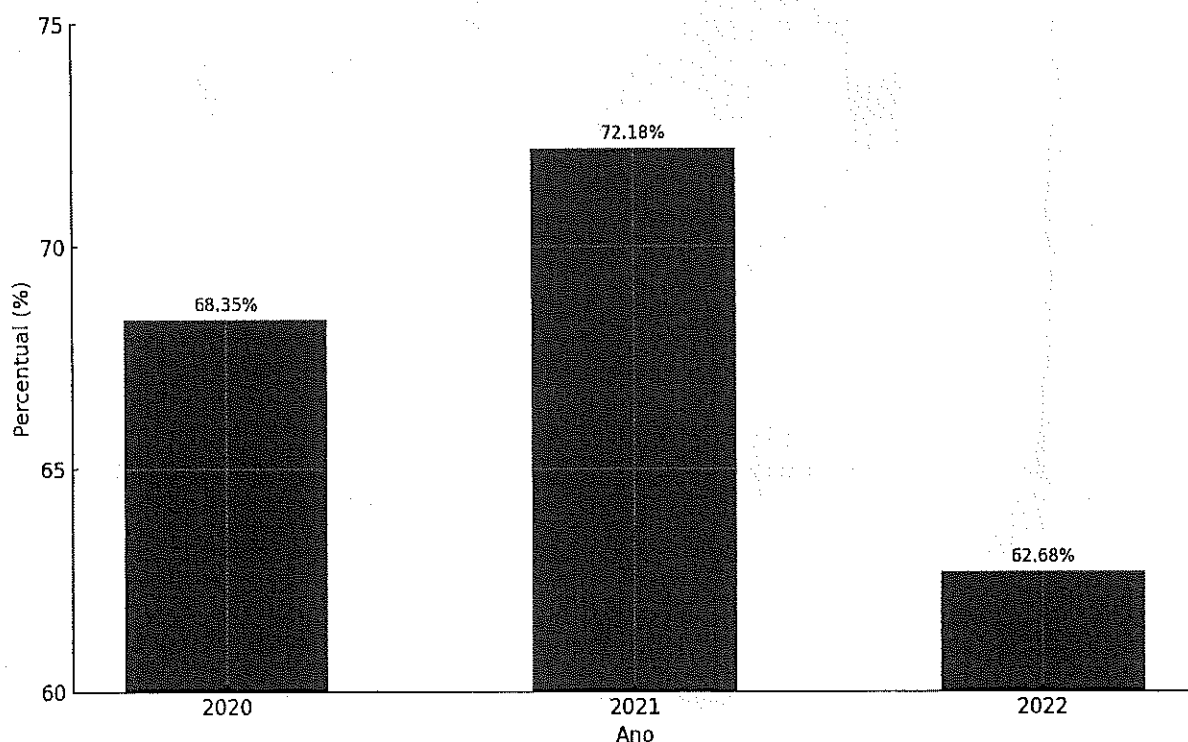




- **Cobertura vacinal**

Os últimos anos têm evidenciado um fenômeno global de redução na cobertura das principais vacinas voltadas para a proteção da primeira infância. No contexto local, a cobertura da vacina tríplice viral (contra sarampo, caxumba e rubéola) entre 2020 a 2022 reflete essa tendência. Essa redução foi ainda mais agravada durante o ano de 2021, período crítico da pandemia de Covid-19. Em Sabará, a cobertura das duas doses da tríplice viral ou similares estava muito abaixo da meta de 95%, preconizada pelo Programa Nacional de Imunização. Adicionalmente, registra-se que operacionalmente a cobertura apresentada tende a ser consideravelmente maior, em virtude de problemas na migração dos dados do sistema de informação local (Salus) para o sistema de informação oficial nacional.

Gráfico 35 - Percentual de cobertura vacinal infantil com 2 doses da vacina tríplice viral (2020 a 2022)



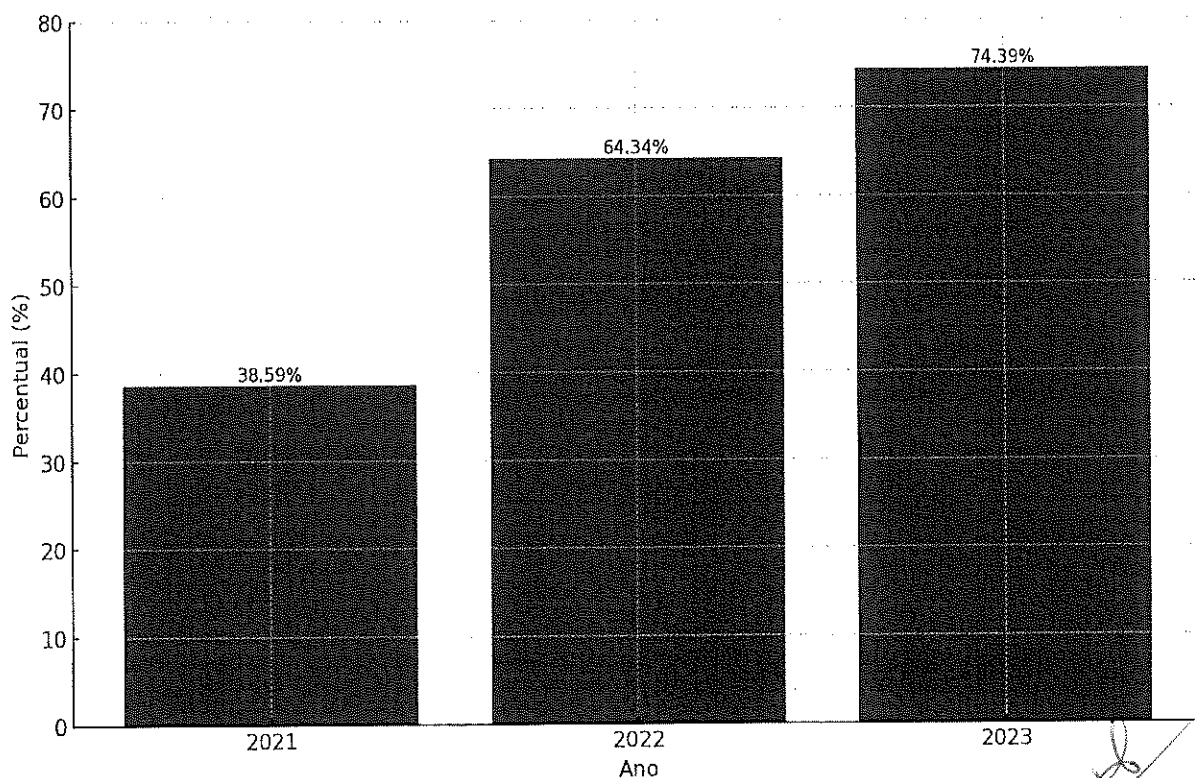
Fonte: Sistema de Informação do Programa Nacional de Imunizações (SI-PNI).



- **Cobertura da Atenção Primária à Saúde (ênfase em Estratégia de Saúde da Família)**

No Brasil, a expansão da Estratégia de Saúde da Família (ESF), um modelo de atenção primária orientado para a comunidade, tem gerado resultados positivos em saúde pública. Entre os principais benefícios, destacam-se a redução da mortalidade infantil e a diminuição das internações por condições que poderiam ser evitadas com cuidados adequados na atenção primária. O ideal é que 100% da população, especialmente as comunidades mais vulneráveis, tenha acesso a esse tipo de atenção. Em Sabará, conforme demonstrado no gráfico a seguir, houve um avanço significativo na cobertura da atenção primária, incrementando a acessibilidade ao planejamento familiar, pré-natal, puericultura e sala de vacinas.

Gráfico 36 - Percentual de cobertura da atenção primária à saúde (2021 a 2023)



Fonte: Sabará – MG, Primeira Infância Primeiro (Fundação Maria Cecília Souto Vidigal).

Por fim, sobre a temática, destaca-se que a atenção primária à saúde, especialmente por meio da Estratégia de Saúde da Família, constitui o cenário ideal para a prática dos principais programas relacionados à saúde da primeira infância, tais como:

- ✓ Pré-natal: programa protocolar que monitora a saúde da gestante e do feto, por meio de consultas médicas e de enfermagem, realização de exames laboratoriais, exames de imagem, além de pré-natal odontológico. O pré-natal abrange não apenas os aspectos biológicos, mas também fatores essenciais para o desenvolvimento infantil, como a saúde emocional da mãe e o apoio que ela recebe da família, do ambiente de trabalho, da escola e da comunidade. Além disso, envolve orientações sobre a importância de construir um vínculo afetivo com o bebê e do papel fundamental da participação do pai nesse processo.
- ✓ Puericultura: modalidade que assegura o amplo atendimento à saúde e à qualidade de vida das crianças. Abrange o acompanhamento da saúde física (antropometria), do desenvolvimento neuropsicomotor e elementos de higiene e cuidados pessoais. Esse serviço é realizado pela Equipe de Saúde da Família nos Centros de Saúde do município.
- ✓ Programa Saúde na Escola (PSE): estratégia permanente de integração entre saúde e educação, voltada para o desenvolvimento da cidadania e da qualificação das políticas públicas brasileiras;

- **Violência contra crianças e adolescentes**

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania do Brasil, somente no 1º quadrimestre de 2023 foram registradas cerca de 400 mil violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes, representando um aumento de 68% em relação ao mesmo período do ano anterior. Dessas violações, mais de 17 mil estavam relacionadas a formas de violência sexual, física e psicológica.



De acordo com o Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022, os principais tipos de violência não letal contra crianças e adolescentes de zero a 17 anos, em 2021, foram, nessa ordem: estupro, maus-tratos e lesão corporal em contexto de violência doméstica. Mais de 60% dos estupros foram cometidos contra vulneráveis (crianças de zero a 13 anos), sendo que 10,5% das vítimas tinham até 4 anos de idade. Além disso, 89% dos casos de violência infantil ocorreram no ambiente doméstico e envolviam, em grande parte, o uso da internet ou membros da família. Em 2023, houve um aumento alarmante de quase 80% nas denúncias de abuso sexual infantil na internet, com 71 mil casos reportados, de acordo com a organização Safernet.

A Tabela 4 apresenta a distribuição dos casos notificados de investigação de violência na primeira infância em Sabará entre os anos de 2020 e 2023.

Tabela 4 – Distribuição de notificações de investigação de violência doméstica, sexual e outras formas, por idade e ano da notificação

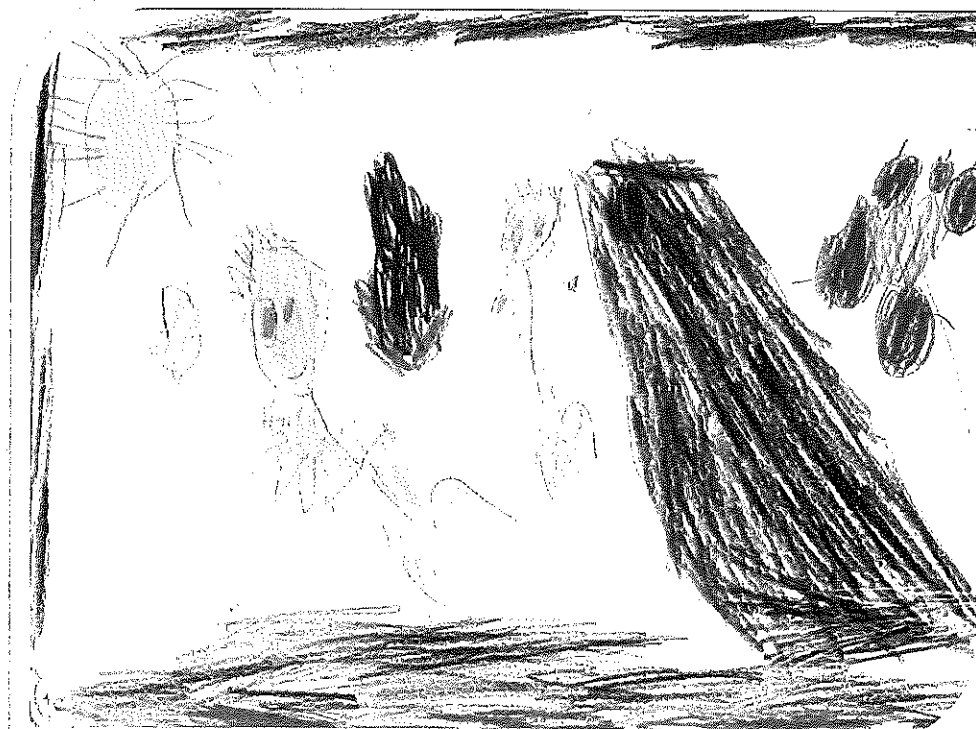
Ano / Idade	Menor 1 ano	1 ano	2 anos	3 anos	4 anos	5 anos	6 anos	Total
2020	2	0	0	2	1	1	3	9
2021	4	0	1	1	0	0	0	6
2022	5	1	2	1	2	1	2	14
2023	3	0	0	1	4	2	0	10
Total	14	1	3	5	7	4	5	39

Fonte: SinanNET/Vigilância Epidemiológica/SEMUSA, em 23/05/2024.

Conforme apresentado na tabela acima, em Sabará as notificações de casos de violência contra crianças de 0 a 6 anos, no período de 2020 a 2023, revelaram um aumento significativo em 2022, seguido por uma redução em 2023, alcançando números semelhantes aos registrados em 2020. Apesar disso, é importante considerar a possibilidade de subnotificações relacionadas a esse tipo de violência. Vale ressaltar que, em 2022, aproximadamente 70% dos casos de violência ocorreram contra meninas.



- **Saúde Mental e Desenvolvimento Infantil**



Nota: Desenho produzido por criança atípica de primeira infância da Rede Municipal de Ensino

Segundo o mais recente Atlas de Saúde Mental da OMS, uma em cada cinco crianças no mundo apresenta sofrimento mental com repercussão funcional em suas atividades cotidianas. Dados recentes do CDC/Atlanta apontam que a prevalência do transtorno do espectro autista (TEA) aumentou 317% desde o ano 2000, alcançando atualmente uma em cada 36 crianças. De acordo com a Associação Brasileira do Déficit de Atenção, o percentual de casos de transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) varia entre 5% e 8% em nível mundial. De acordo com a Associação Brasileira do Déficit de Atenção, o transtorno de déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) tem uma prevalência mundial entre 5% e 8%. A OMS também revela que o percentual de crianças entre 6 e 12 anos com depressão dobrou em uma década, passando de 4,5% para 8%. Os transtornos específicos da aprendizagem, por sua vez, não são raros, apresentando uma prevalência estimada entre 5 e 15% das crianças em idade escolar (DSM-5, 2014). Além disso, na região sudeste do



Brasil, 8,2% da população apresentava deficiência intelectual. Adicionalmente, pesquisa do Ministério da Saúde aponta que 12% das crianças brasileiras de até cinco anos têm suspeita de atraso no desenvolvimento, não apresentando os comportamentos e habilidades esperados para essa faixa etária.

Mais do que apenas nascer, crescer e não adoecer, é fundamental que nossas crianças recebam os estímulos adequados para alcançar todo o seu potencial. Isso só pode ser garantido com a priorização do desenvolvimento integral infantil, através de avaliações e monitoramentos regulares, que ofereçam estímulos oportunos, em qualidade e intensidade adequadas.

Embora exista uma percepção crescente de que o sofrimento mental e os distúrbios de neurodesenvolvimento tenham se intensificado, especialmente após a pandemia de Covid-19, os sistemas de saúde (incluindo seus sistemas de informação) ainda carecem de métodos confiáveis para registrar e mensurar essas prevalências de forma precisa. O município de Sabará compartilha dessa preocupação e reconhece a urgência de políticas públicas efetivas voltadas para a avaliação e o cuidado da saúde mental e do neurodesenvolvimento, especialmente na primeira infância.



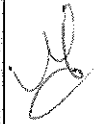
DESAFIOS DA SAÚDE

- Elevado percentual de gestantes com pré-natal de início tardio (após o 1º trimestre de gravidez).
- Baixo percentual de gestantes com atenção programada ao pré-natal suficiente (7 ou mais consultas de pré-natal).
- Elevado percentual de partos em mães adolescentes (até 19 anos).
- Elevado número de notificações de casos de sífilis congênita, especialmente em bebês, sem o monitoramento adequado do tratamento nos primeiros 18 meses de vida.
- Elevado percentual de crianças com baixo peso ao nascer.
- Elevada taxa de óbitos de mulheres gestantes ou puerperais, em razão de causas e condições consideradas de morte materna.
- Elevada taxa de mortalidade infantil (até 1 ano de idade), especialmente por causas evitáveis.
- Baixa percentual de bebês (até 6 meses) em aleitamento materno exclusivo.
- Elevado percentual de crianças (0 a 5 anos) com baixa ou muito baixa estatura para a idade, indicando desnutrição crônica.
- Baixa cobertura vacinal infantil para as principais enfermidades preveníveis.
- Baixa cobertura da atenção primária à saúde, com ênfase na Estratégia de Saúde da Família, dificultando o acesso ao pré-natal e à puericultura.
- Aumento (com subnotificações) dos casos de violência infantil, especialmente violência sexual, maus-tratos e lesões corporais, em ambiente doméstico.
- Elevado percentual de sofrimento mental infantil, expresso pela elevação dos diagnósticos de TEA, TDAH, depressão, déficits de aprendizagem, déficits cognitivos e atrasos no desenvolvimento, sem o acompanhamento programado.

Para cada um dos desafios citados, são elencados objetivos, metas e ações, discriminados nos quadros operativos de 10 a 22. Ressalta-se a natureza intersetorial de algumas das estratégias propostas.

Quadro Operativo 10 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à Saúde
Problema (desafio validado)	Elevada porcentagem de gestantes com pré-natal de início tardio (após o 1º trimestre de gravidez)
Indicador do diagnóstico	29,8% das gestantes em 2023 iniciaram o pré-natal tardiamente
Objetivo	Reduzir a taxa de gestantes com início do pré-natal após o 1º trimestre da gestação
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e bem estar 5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde As famílias e as comunidades das crianças





Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Máximo 10% das gestantes com início do pré-natal após o 1º trimestre da gestação	Taxa de gestantes com início do pré-natal após o 1º trimestre da gestação	2034	Coordenação de Atenção Primária a Saúde Coordenação de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.1	Ampliação do acesso ao pré-natal de risco habitual e de alto risco no 1º trimestre da gestação					
Ação 1.2	Implementação do protocolo de pré-natal					
Ação 1.3	Educação permanente dos profissionais da saúde para o pré-natal	Protocolo implementado				
Ação 1.4	Busca ativa das gestantes pelos Agentes Comunitários de Saúde e Visitadores Domiciliares do Programa Criança Feliz no 1º trimestre da gestação	Percentual de profissionais treinados				
Ação 1.5	Implementação e ampliação do pré-natal do parceiro					
Ação 1.6	Atendimento qualificado de pré-natal, com orientação sobre nutrição adequada e atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério	Número de homens com pré-natal realizados				
Ação 1.7	Implementação das consultas odontológicas durante o 1º trimestre da gestação	Número de grupos de gestantes				
Ação 1.8	Incentivo para início precoce das consultas de pré-natal, evidenciando a importância da participação familiar					
Ação 1.9	Fortalecimento dos grupos de gestantes nas unidades de atenção primária	Número de ações intersectoriais				
Ação 1.10	Ações intersectoriais junto às Secretarias de Educação e de Desenvolvimento Social					



Quadro Operativo 11 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à Saúde
Problema (desafio validado)	Baixa porcentagem de gestantes com atenção programada ao pré-natal suficiente
Indicador do diagnóstico	77% das gestantes em 2022 realizaram 7 ou mais consultas de pré-natal
Objetivo	Aumentar a taxa de adesão de gestantes às consultas programadas do pré-natal
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e bem estar 5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde As famílias e as comunidades das crianças



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	90% das gestantes realizando 7 ou mais consultas de pré-natal					
Ação 1.1	Ampliação do acesso ao pré-natal de risco habitual e de alto risco	Percentual de gestantes que realizam 7 ou mais consultas de pré-natal				
Ação 1.2	Implementação do protocolo de pré-natal	Protocolo implementado				
Ação 1.3	Educação permanente dos profissionais da saúde sobre o pré-natal					
Ação 1.4	Busca ativa das gestantes não cadastradas e faltosas pelos Agentes Comunitários de Saúde e Visitadores Domiciliares do Programa Criança Feliz no 1º trimestre da gestação	Percentual de profissionais treinados		Coordenação de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	
Ação 1.5	Implementação e ampliação do pré-natal do parceiro	Número de homens com pré-natal realizado	2034		Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.6	Atendimento qualificado de pré-natal, com orientação sobre nutrição adequada e atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério	Número de grupos de gestantes		Coordenação de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	
Ação 1.7	Implementação das consultas odontológicas durante o pré-natal	Número de ações intersectoriais				
Ação 1.8	Incentivo para início precoce das consultas de pré-natal, evidenciando a importância da participação familiar					
Ação 1.9	Fortalecimento dos grupos de gestantes nas unidades de atenção primária					
Ação 1.10	Ações intersectoriais junto à Educação e Desenvolvimento Social					



Quadro Operativo 12 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à Saúde
Problema (desafio validado)	Elevado percentual de partos de mães adolescentes
Indicador do diagnóstico	9,35% dos partos em 2022 foram em gestantes adolescentes
Objetivo	Reduzir a taxa de gravidez na adolescência
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	1 - Erradicação da pobreza 3 - Saúde e bem estar 5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde Crianças e infâncias diversas As famílias e as comunidades das crianças



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Máximo 6% dos partos realizados em adolescentes	Taxa de gravidez na adolescência	2034	Coordenação de Atenção Primária à Saúde Coordenação de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.1	Realização de oficinas sistematizadas nas escolas					
Ação 1.2	Educação permanente com profissionais da saúde e da educação sobre planejamento reprodutivo, com ênfase na prevenção da gravidez na adolescência	Número de oficinas realizadas nas escolas				
Ação 1.3	Orientação sobre gravidez na adolescência para a divulgação em redes sociais	Número e percentual de adolescentes contemplados nas oficinas				
Ação 1.4	Realização da Semana de Gravidez na Adolescência					
Ação 1.5	Fortalecimento do Programa Saúde na Escola (PSE), com abordagem da temática em 100% das escolas municipais	Número de ações educativas intersectoriais realizadas				
Ação 1.6	Outras ações educativas intersectoriais entre Saúde, Educação e Desenvolvimento Social					



Quadro Operativo 13 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à Saúde
Problema (desafio validado)	Elevado número de casos notificados de sífilis congênita
Indicador do diagnóstico	20 casos notificados de sífilis congênita em 2022
Objetivo	Reduzir o número de casos de sífilis congênita
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e bem estar 5 - Igualdade de gênero
Ação finalística	Crianças com saúde Crianças e infâncias diversas As famílias e as comunidades das crianças



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Máximo 10 casos notificados de sífilis congênita por ano	Número de casos notificados de sífilis congênita por ano	2034	Coordenação da Atenção Primária	Secretaria Municipal de Saúde	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.1	Educação permanente dos profissionais da atenção primária para manejo clínico da Sífilis	Taxa de detecção de sífilis congênita para cada mil nascidos vivos				
Ação 1.2	Treinamento dos profissionais da atenção primária para os testes rápidos de HIV e Sífilis	Percentual dos profissionais treinados anualmente				
Ação 1.3	Implementação do protocolo de tratamento pediátrico	Percentual de gestantes que realizaram o teste de sífilis				
Ação 1.4	Promoção da captação e tratamento, se necessário, dos parceiros das gestantes com teste rápido de sífilis positivo	Protocolo de tratamento pediátrico implementado				
Ação 1.5	Diagnóstico e tratamento das mulheres e recém-nascidos com sífilis, na maternidade municipal e acompanhamento domiciliar dos recém-nascidos nas áreas cobertas pela ESF, em condições favoráveis, e que as mães se encontram em alta hospitalar	Percentual de companheiros de gestantes com sífilis tratados				
Ação 1.6	Fortalecimento do acompanhamento domiciliar pelos Agentes Comunitários de Saúde para os casos de tratamento domiciliar da sífilis congênita	Percentual de gestantes com sífilis tratadas				
Ação 1.7	Ações intersetoriais junto à Educação e ao Desenvolvimento Social	Número de ações intersetoriais realizadas		Superintendência de Vigilância em Saúde.	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	



Quadro Operativo 14 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à saúde
Problema (desafio validado)	Elevado percentual de crianças com baixo peso ao nascer
Indicador do diagnóstico	10,73% dos bebês sabarenenses com baixo peso em relação ao total de nascidos vivos em 2022
Objetivo	Reduzir o percentual de crianças com baixo peso ao nascer
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e bem estar 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde Crianças e infâncias diversas As famílias e as comunidades das crianças



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	No máximo 8% dos bebês nascidos vivos com baixo peso ao nascer					
Ação 1.1	Ampliação do acesso ao pré-natal de risco habitual e de alto risco	Percentual de crianças nascidas vivas com peso até 2.500g				
Ação 1.2	Implementação do protocolo de pré-natal	Protocolo implementado				
Ação 1.3	Educação permanente dos profissionais da saúde sobre o pré-natal					
Ação 1.4	Busca ativa das gestantes não cadastradas e faltosas pelos Agentes Comunitários de Saúde e visitantes domiciliares do Programa Criança Feliz	Percentual de profissionais treinados		Coordenação de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	
Ação 1.5	Atendimento qualificado de pré-natal, com orientação sobre nutrição adequada	Número de gestantes com baixo peso inseridas em programa de recuperação nutricional	2034	Coordenação de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.6	Implantação de programa de recuperação nutricional para gestantes	Número de grupos de gestantes				
Ação 1.7	Fortalecimento dos grupos de gestantes nas unidades de atenção primária					
Ação 1.8	Abordagem sistematizada do uso de tabaco, álcool e outras drogas na gestação	Número de ações intersetoriais				
Ação 1.9	Ações intersetoriais junto à Educação e Desenvolvimento Social					



Quadro Operativo 15 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à Saúde
Problema (desafio validado)	Elevada taxa de óbitos de mulheres gestantes ou puerperais, por causas e condições consideradas de morte materna.
Indicador do diagnóstico	143,98 / 100.000 óbitos em mulheres por causas relacionadas à gravidez, parto ou puerpério em 2022
Objetivo	Reduzir a mortalidade materna
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e bem estar 5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde Crianças e infâncias diversas As famílias e as comunidades das crianças



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Taxa de mortalidade materna abaixo de 30/100.000 nascidos vivos por 3 anos seguidos	Taxa de óbitos de mulheres gestantes ou puerperais, em razão de causas e condições consideradas de morte materna / 100.000 nascidos vivos Protocolos implementados Percentual de profissionais treinados Número de grupos de gestantes Percentual de reuniões do Comitê de Mortalidade Materno-Infantil realizadas	2030	Coordenação de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.1	Ampliação do acesso ao pré-natal e consultas puerperais					
Ação 1.2	Implementação dos protocolos de pré-natal e puerpério					
Ação 1.3	Educação permanente dos profissionais da saúde sobre o pré-natal e puerpério					
Ação 1.4	Busca ativa das gestantes pelos Agentes Comunitários de Saúde e visitadores domiciliares do Programa Criança Feliz			Coordenação de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal de Obras	
Ação 1.5	Implementação de estratégias que reduzam as taxas de mortalidade materna e as principais morbidades					
Ação 1.6	Atendimento qualificado de pré-natal e puerpério, com priorização das gestantes em situação de risco no CEMAE e oferta de ginecologistas em todas as regiões sanitárias					
Ação 1.7	Fortalecimento dos grupos de gestantes nas unidades de atenção primária					
Ação 1.8	Realização dos encontros regulares do Comitê de Investigação de óbitos materno-infantis, com socialização dos consolidados anualmente ao Comitê Gestor da Primeira Infância	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social				



Quadro Operativo 16 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à Saúde
Problema (desafio validado)	Elevada taxa de mortalidade infantil, especialmente por causas evitáveis
Indicador do diagnóstico	10,07 por mil óbitos fetais infantis (até 1 ano de idade) em relação ao total de nascidos vivos em 2022 58,33% dos óbitos fetais infantis (até 1 ano de idade) por causas evitáveis em 2021
Objetivo	Reduzir a mortalidade infantil
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	1 - Erradicação da pobreza 3 - Saúde e bem estar 6 - Água potável e saneamento 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde Crianças e infâncias diversas As famílias e as comunidades das crianças



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Taxa de mortalidade fetal infantil (até 1 ano de idade) abaixo de 10/mil nascidos vivos por 3 anos seguidos					
Ação 1.1	Ampliação do acesso ao pré-natal e à puericultura	Taxa de mortalidade infantil (até 1 ano de idade) por mil nascidos vivos				
Ação 1.2	Implementação dos protocolos de pré-natal e puericultura					
Ação 1.3	Educação permanente dos profissionais da saúde sobre o pré-natal e a puericultura					
Ação 1.4	Busca ativa das gestantes e crianças pelos Agentes Comunitários de Saúde e Visitadores Domiciliares do PCF	Protocolos implementados		Coord. de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	
Ação 1.5	Implementação de estratégias que reduzam as taxas de mortalidade neonatal e infantil e as principais morbidades	Percentual de profissionais treinados	2034	Coord. de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal de Obras Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.6	Atendimento qualificado de pré-natal e puericultura, com priorização das gestantes e crianças em situação de risco (prematuridade e baixo peso) no CEMAE, e oferta de ginecologistas e pediatras em todas as regiões sanitárias, conforme Ministério da Saúde	Número de grupos de gestantes e puericultura				
Ação 1.7	Qualificação da assistência hospitalar na maternidade municipal					
Ação 1.8	Fortalecimento dos grupos de gestantes e puericultura nas unidades de atenção primária	Percentual de reuniões do Comitê de Mortalidade Materno-Infantil realizadas				
Ação 1.9	Realização dos encontros regulares do Comitê de Investigação de óbitos materno-infantis, com socialização dos consolidados anualmente ao Comitê Gestor da P.I.					
Ação 1.10	Ações intersectoriais junto à Secretaria de Obras (infraestrutura sanitária) e Desenvolvimento Social					



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 2	Máximo 30% de óbitos fetais-infantis (até 1 ano de idade) evitáveis por ao menos 3 anos seguidos	Percentual de óbitos fetais-infantis (até 1 ano de idade) evitáveis	2034	Coord. de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Fundo Municipal de Saúde
Ação 2.1	Ampliação do acesso ao pré-natal e puericultura					
Ação 2.2	Implementação dos protocolos de pré-natal e puericultura					
Ação 2.3	Educação permanente dos profissionais da saúde sobre o pré-natal e puericultura					
Ação 2.4	Busca ativa das gestantes e crianças pelos Agentes Comunitários de Saúde e visitadores domiciliares do PCF	Protocolos implementados				
Ação 2.5	Implementação de estratégias que reduzam as taxas de mortalidade neonatal e infantil e as principais morbidades	Percentual de profissionais treinados				
Ação 2.6	Atendimento qualificado de pré-natal e puericultura, com priorização das gestantes e crianças em situação de risco (prematuridade e baixo peso) no CEMAE, e oferta de ginecologistas e pediatras em todas as regiões sanitárias, conforme Ministério da Saúde	Número de grupos de gestantes e puericultura		Coord. de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	
Ação 2.7	Qualificação da assistência hospitalar na maternidade municipal					
Ação 2.8	Fortalecimento dos grupos de gestantes e puericultura nas unidades de atenção primária					
Ação 2.9	Realização dos encontros regulares do Comitê de Investigação de óbitos materno-infantis, com socialização dos consolidados anualmente ao Comitê Gestor da P.I.	Percentual de reuniões do Comitê de Mortalidade Materno-Infantil realizadas				
Ação 2.10	Ações intersectoriais junto à Secretaria de Desenvolvimento Social					



Quadro Operativo 17 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à Saúde
Problema (desafio validado)	Baixo percentual de bebês em aleitamento materno exclusivo
Indicador do diagnóstico	65,79% dos bebês em aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade em 2022
Objetivo	Estimular o aleitamento materno exclusivo até seis meses de idade
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	2 - Fome zero e agricultura sustentável 3 - Saúde e bem estar 5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	70% dos bebês em aleitamento materno exclusivo até os seis meses de idade	Taxa de Aleitamento Materno Exclusivo (AME) até o 6º mês de vida	2030	Coordenação de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.1	Ampliação do acesso ao pré-natal e puericultura					
Ação 1.2	Realização de educação permanente para a promoção, proteção e apoio ao aleitamento materno					
Ação 1.3	Atendimento qualificado de pré-natal e puericultura, com orientação sobre nutrição adequada e atenção humanizada ao puerpério	Percentual de profissionais treinados				
Ação 1.4	Promoção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável na atenção primária do SUS - Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB)	Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil implantada				
Ação 1.5	Fortalecimento dos grupos de gestantes / nutrízes / puericultura nas unidades de atenção primária					
Ação 1.6	Promoção de estratégias que favoreçam a amamentação, como a Mulher Trabalhadora que Amamenta (MTA), sala de apoio à amamentação, creche, licenças, entre outras previstas na legislação	Número de grupos de gestantes / nutrízes / puericultura realizados				
Ação 1.7	Promoção de datas alusivas à doação de leite humano, Semana Municipal de Aleitamento Materno e Agosto Dourado					
Ação 1.8	Promoção de campanhas publicitárias para incentivar o aleitamento materno					



Quadro Operativo 18 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à saúde
Problema (desafio validado)	Elevado percentual de crianças (0 a 5 anos) com baixa ou muito baixa estatura para a idade (desnutrição crônica)
Indicador do diagnóstico	8,71% das crianças (0 a 5 anos) com baixa ou muito baixa estatura para a idade em 2022
Objetivo	Reduzir a desnutrição crônica na primeira infância, protegendo a vida e o potencial de desenvolvimento integral infantil
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	1 - Erradicação da pobreza 2 - Fome zero e agricultura sustentável 3 - Saúde e bem estar 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde Crianças e infâncias diversas As famílias e as comunidades das crianças



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Máximo 5% das crianças (0 a 5 anos) com baixa ou muito baixa estatura para a idade	Percentual de crianças (0 a 5 anos) com baixa ou muito baixa estatura para a idade (relatório público SISVAN)	2034	Coordenação de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.1	Ampliação do acesso ao pré-natal e puericultura					
Ação 1.2	Realização de educação permanente para a promoção, proteção e apoio à amamentação, para alimentação saudável e para cuidados na desnutrição infantil	Percentual de profissionais treinados				
Ação 1.3	Atendimento qualificado de pré-natal e puericultura com orientação sobre nutrição adequada e registro dos dados antropométricos na Caderneta da Criança e nos sistemas de informação	Percentual de crianças com baixa ou muito baixa estatura acompanhadas		Coordenação de Saúde da Mulher e da Criança		
Ação 1.4	Promoção do aleitamento materno e alimentação complementar saudável na atenção primária do SUS - Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil (EAAB)	Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil implantada		Coordenação de Vigilância Nutricional		
Ação 1.5	Fortalecimento dos grupos de gestantes / nutrízes / puericultura nas unidades de atenção primária			Coordenação do Programa Criança Feliz		
Ação 1.6	Promoção de estratégias que favoreçam a amamentação, como a Mulher Trabalhadora que Amamenta (MTA), sala de apoio à amamentação, creche, licenças, entre outras previstas na legislação	Número de grupos de gestantes/ nutrízes / puericultura				



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Ação 1.7	Implantação de programa estratégico para combate à desnutrição infantil com busca ativa pelos Agentes Comunitários de Saúde e visitadores domiciliares do Programa Criança Feliz, identificando crianças com atraso no desenvolvimento e baixa ou muito baixa estatura. Acompanhamento das crianças e gestantes desnutridas com fornecimento de alimentos ricos em nutrientes.					
Ação 1.8	Promoção de datas alusivas à doação de leite humano, Semana Municipal de Aleitamento Materno e Agosto Dourado					
Ação 1.9	Promoção de campanhas publicitárias para incentivar o aleitamento materno e a alimentação saudável					
Ação 1.10	Estabelecimento de ações intersectoriais estratégicas como a priorização das crianças desnutridas nas unidades educacionais municipais					



Quadro Operativo 19– EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à saúde
Problema (desafio validado)	Baixa cobertura vacinal infantil para as principais enfermidades preveníveis.
Indicador do diagnóstico	62,68% das crianças vacinadas com duas doses da Tríplice Viral (ou similar) em 2022
Objetivo	Aumentar o percentual de crianças vacinadas, prevenindo o adoecimento por doenças infecciosas prevalentes na infância
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e bem estar 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde Crianças e infâncias diversas



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	95% das crianças vacinadas em dia com 2 doses de Tríplice Viral (ou similar)	Percentual de crianças vacinadas com 2 doses de Tríplice Viral (ou similar)				
Ação 1.1	Ampliação do número de salas de vacina em locais desassistidos, facilitando a acessibilidade dos usuários					
Ação 1.2	Aprimoramento do sistema (internet, informática) de registro das vacinas de rotina					
Ação 1.3	Garantia de vacinas e insumos nas salas de vacinas, conforme Ministério da Saúde	Número de salas de vacina		Coordenação de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	
Ação 1.4	Educação permanente dos profissionais da saúde sobre imunização	Percentual de profissionais de saúde treinados em relação aos programados	2030	Coordenação de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.5	Fortalecimento das ações de puericultura					
Ação 1.6	Busca ativa pelos agentes comunitários de saúde para atualizar caderneta de vacina					
Ação 1.7	Realização de campanhas de vacinação e Dia D planejados	Número de campanhas e Dias D realizados		Coordenação de Imunização	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	
Ação 1.8	Realização de campanhas publicitárias, voltadas para as famílias, sobre a importância da atualização das vacinas					
Ação 1.9	Ações educativas intersectoriais da Saúde, Educação e Desenvolvimento Social	Número de ações educativas intersectoriais realizadas				



Quadro Operativo 20 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à saúde
Problema (desafio validado)	Baixa cobertura da atenção primária à saúde, com ênfase na Estratégia de Saúde da Família
Indicador do diagnóstico	74,39% de cobertura da atenção primária à saúde em 2023
Objetivo	Aumentar a oferta de pré-natal e puericultura
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e bem estar 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde Crianças e infâncias diversas: políticas e ações para as diferentes infâncias

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	100% de cobertura da atenção primária à saúde	Percentual de cobertura de atenção primária à saúde (relação da população cadastrada pela eSF/eAP sobre a cadastrada no IBGE)				
Ação 1.1	Ampliação de equipes de Estratégia de Saúde da Família/ equipes de atenção primária			Coordenação de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	
Ação 1.2	Busca ativa pelos agentes comunitários de saúde das gestantes e crianças para cadastramento prioritário na atenção primária	Número de equipes de Estratégia de Saúde da Família / equipes de atenção primária	2030	Coordenação de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal de Planejamento	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.3	Realização de visita puerperal na primeira semana pós-parto.	Percentual de gestantes e crianças cadastradas em relação ao percentual estimado pelo IBGE			Secretaria Municipal de Obras	
Ação 1.4	Fortalecimento das consultas de pré-natal e puericultura na atenção primária, com oferta de ginecologistas e pediatras em todas as regiões sanitárias, conforme preconizado pelo Ministério da Saúde					



Quadro Operativo 21 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à Saúde
Problema (desafio validado)	Aumento (e subnotificação) da violência infantil, especialmente sexual, maus-tratos lesões corporais em ambiente doméstico
Indicador do diagnóstico	10 casos notificados de violência entre 0 e 6 anos de idade em 2023
Objetivo	Reduzir as notificações de casos de violência infantil de 0 a 6 anos de idade
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	1 - Erradicação da pobreza 3 - Saúde e bem estar 5 - Igualdade de gênero 10 - Redução das desigualdades 16 - Paz, justiça e instituições eficazes
Ação finalística	Crianças com saúde Crianças e infâncias diversas As famílias e as comunidades das crianças



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Interseletorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Máximo 5 casos notificados de violência em crianças de 0-6 anos por ano					
Ação 1.1	Estruturação dos fluxos de atendimento às crianças vítimas de violência, a partir de pactuações realizadas por parceiros intra e interseletoriais	Número de notificações de crianças de 0 a 6 anos vítimas de violência		Coordenação de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	
Ação 1.2	Realização de educação permanente dos profissionais de saúde para aprimorar a notificação e o atendimento aos casos suspeitos /confirmados de violência infantil	Fluxo estruturado de atendimento às crianças vítimas de violência				
Ação 1.3	Elaboração e divulgação de boletins anuais de Vigilância das Violências, inclusive infantil	Percentual de profissionais treinados	2030	Coordenação de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.4	Realização de campanhas de mobilização social sobre o tema da violência infantil	Boletim de Vigilância das Violências anualmente elaborado e divulgado de		Coordenação de Vigilância Epidemiológica	Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	
Ação 1.5	Promoção de datas alusivas à violência infantil, como o Maio Laranja	Número de campanhas realizadas				
Ação 1.6	Estabelecimento de ações interseletoriais estratégicas com a Educação e o Desenvolvimento Social					

Quadro Operativo 22 – EIXO SAÚDE

Área temática	Direito à Saúde
Problema (desafio validado)	Elevado percentual de sofrimento mental infantil sem acompanhamento programado
Indicador do diagnóstico	Prevalências diversas de transtornos mentais infantis na literatura, não disponíveis localmente. Ocorrência de 183 crianças residentes em Sabará de 0 a 6 anos na inclusão escolar com acompanhamento desconhecido na Rede de Atenção Psicossocial municipal
Objetivo	Ofertar cuidado sistematizado em rede à saúde mental infantil, com enfoque em promoção, prevenção e assistência
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e bem estar 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	Crianças com saúde Crianças e infâncias diversas



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersetorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Rede de Atenção Psicossocial municipal modelada e operacional para o cuidado programado das principais condições de sofrimento mental infantil	Número de crianças de 0 a 6 anos na inclusão escolar municipal acompanhadas na Rede de Atenção Psicossocial municipal				
Ação 1.1	Realização de oficinas de modelagem para o cuidado à saúde mental infantil referente às condições mais prevalentes, como Transtorno do Espectro Autista, Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade, depressão, déficits de aprendizagem, déficits cognitivos e atrasos de desenvolvimento infantil	Número de oficinas realizadas de modelagem do cuidado de saúde mental infantil		Coordenação de Atenção Primária à Saúde	Secretaria Municipal de Saúde	
Ação 1.2	Educação permanente dos profissionais de saúde para abordagem da saúde mental infantil, priorizando o matriciamento	Rede de cuidados à saúde mental infantil modelada	2029	Coordenação de Saúde da Mulher e da Criança	Secretaria Municipal de Educação	Fundo Municipal de Saúde
Ação 1.3	Fortalecimento das consultas de puericultura na atenção primária, com avaliação do desenvolvimento infantil integral e oferta de pediatras em todas as regiões sanitárias, conforme Ministério da Saúde	Percentual de equipes de ESF com realização de matriciamento mensal			Secretaria Municipal Desenvolvimento Social	
Ação 1.4	Implementação das equipes multiprofissionais (incluindo fonoaudiologia e terapia ocupacional) na atenção primária para cuidado programado das principais condições crônicas em todas as regiões sanitárias do município	Percentual de equipes de ESF com equipe multiprofissional		Coordenação de Saúde Mental		
		Atenção secundária com equipe multiprofissional para o cuidado programado das condições crônicas mais prevalentes da saúde mental				



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Ação 1.5	Fortalecimento das equipes multiprofissionais (incluindo fonoaudiologia e terapia ocupacional) na atenção secundária para cuidado programado dessas principais condições crônicas					
Ação 1.6	Ampliação dos recursos propedêuticos e terapêuticos para a abordagem do sofrimento mental infantil					
Ação 1.7	Ações intersectoriais com a Educação (com a implantação de bibliotecas infantis nas unidades de atenção primária), Desenvolvimento Social e sociedade civil (APAE)					



8.4. Direito ao Meio Ambiente

Conforme o art. 225 da CF, "todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida". Esse dispositivo impõe ao poder público e à coletividade o dever de defender e preservar o meio ambiente, tanto para as gerações presentes quanto para as futuras. O artigo também estabelece que o Estado deve promover políticas voltadas à preservação, recuperação e proteção do meio ambiente, além de regulamentar a exploração dos recursos naturais, garantindo o desenvolvimento sustentável (BRASIL, 1988).



8.4.1. Diagnóstico Situacional

A seguir são apresentados os principais programas e atividades implementados no município e que têm como objetivo promover a conscientização ambiental, a integração social e a valorização dos espaços públicos, com foco no desenvolvimento sustentável e na proteção do meio ambiente.

- Programa Férias no Bosque Alfredo Machado

O programa tem como objetivo proporcionar lazer e atividades educativas para crianças e jovens da comunidade, promovendo a integração social, a conscientização ambiental e o estímulo à convivência em espaços públicos. Regularmente, durante as férias de julho, cerca de 1.200 crianças, com idades entre 3 e 12 anos, são beneficiadas por uma programação diversificada que inclui oficinas, atrações culturais, áreas de jogos, tirolesa, brincadeiras ao ar livre e ações de preservação ambiental. Tudo isso ocorre com o apoio de profissionais especializados e voluntários.

- Bosque Municipal Alfredo Machado

Trata-se de um espaço com infraestrutura voltada ao lazer, oferecendo brinquedos que garantem diversão para crianças de todas as idades. Além disso, o local é rico em fauna e flora, proporcionando aos visitantes contato direto com a natureza e a oportunidade de desfrutar de um ambiente agradável e educativo, focado tanto no lazer quanto na conscientização ambiental.

- Parque Natural Municipal Chácara do Lessa

Trata-se de uma unidade de conservação de proteção integral, criada em 2004, com uma área de 129 hectares. Suas trilhas ecológicas e vistas panorâmicas atraem visitantes de todo o Brasil. Em 2019, o parque sofreu um incêndio que devastou 95% de sua área. Desde então, permanece fechado para visitação devido aos riscos de queda de árvores e estruturas. Um projeto de reforma foi elaborado para a reestruturação do parque, sendo um passo essencial para a preservação do patrimônio natural da região, promoção do bem-estar e incentivo ao turismo sustentável.



- Praças Públicas

Recentemente, três praças em Sabará foram beneficiadas com a instalação de novos equipamentos voltados ao lazer infantil, incluindo playgrounds modernos, além de melhorias como pistas de caminhada e equipamentos de ginástica ao ar livre. Essas adições visam oferecer mais opções de entretenimento, promover a saúde e o bem-estar da comunidade, além de incentivar a prática de atividades físicas, contribuindo para a revitalização e valorização dos espaços públicos.

- 22 de Março - Dia Mundial da Água

Em parceria com a Secretaria de Educação, é realizada uma ação de desassoreamento e limpeza no encontro dos rios, com a participação ativa das crianças. Essa iniciativa visa melhorar a qualidade da água e a saúde dos ecossistemas aquáticos, além de promover a conscientização ambiental desde cedo. Durante a atividade, os alunos ajudam na remoção de sedimentos e resíduos, aprendendo sobre a importância da conservação dos recursos hídricos e o impacto das atividades humanas nos corpos d'água. A participação das crianças é fundamental para sensibilizá-las sobre a preservação ambiental e fortalecer o compromisso com a proteção dos recursos naturais.

- 21 de Setembro - Dia Mundial da Árvore

No Dia Mundial da Árvore, é realizada uma ação de plantio de mudas em parceria com a Secretaria Municipal de Educação. O evento busca sensibilizar a comunidade sobre a importância da preservação ambiental e promover a conscientização ecológica desde cedo. Alunos de diversas escolas participam ativamente do plantio, aprendendo sobre o ciclo das plantas e o impacto positivo das árvores no meio ambiente. A iniciativa não apenas contribui para a criação de áreas verdes na cidade, mas também reforça o compromisso com a sustentabilidade e a educação ambiental.



ESCOLA MUNICIPAL GERALDA DIAS DE ASSUNÇÃO
SE AS CRIANÇAS GOVERNASSEM O MUNDO - 1º E 2º PERÍODOS

'PLANTAR MUITAS ÁRVORES'



TURMA: 2º/1º

PROFESSORA:

MARGARETE

ALUNO(A): LÍVIO MARCELO GOMES DE CRU

DESAFIOS DO MEIO AMBIENTE

- ☐ A ausência de espaços públicos adequados e seguros para o lazer e a convivência das crianças e da comunidade em geral é um desafio significativo, afetando o desenvolvimento saudável das crianças e a interação social.
- ☐ O Parque Natural Municipal Chácara do Lessa enfrenta um estado de abandono, com infraestrutura deteriorada e falta de manutenção regular, comprometendo tanto a segurança quanto o uso apropriado do espaço pela comunidade.
- ☐ O Bosque Municipal Alfredo Machado tem seu potencial subaproveitado, o que limita suas oportunidades de proporcionar lazer e aprendizado ambiental à comunidade local.

Os quadros operativos de 23 a 25 traçam estratégias com a finalidade de incentivar a atividade física, melhorar a saúde mental, e contribuir para o desenvolvimento motor e cognitivo das crianças.



Quadro Operativo 23 – EIXO MEIO AMBIENTE

Área temática	Direito ao Meio Ambiente
Problema (desafio validado)	Falta de espaços públicos adequados e seguros para o lazer e convivência das crianças e da comunidade em geral.
Indicador do diagnóstico	Insuficiência de espaços públicos adequados e seguros, ainda que não contabilizados oficialmente. Baixo percentual de áreas verdes e espaços de lazer per capita. Pequeno número de praças e parques existentes, com distribuição geográfica restrita. Taxas de obesidade infantil e problemas de saúde relacionados à falta de atividade física. Índices de criminalidade e segurança pública em áreas sem espaços de convivência adequados.
Objetivo	Garantir que todos os bairros tenham acesso a áreas públicas seguras, inclusivas e bem equipadas para o lazer e a interação comunitária, impactando positivamente no desenvolvimento infantil, na saúde pública e na coesão social.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e Bem-Estar 10 - Redução das Desigualdades 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis 15 - Vida Terrestre
Ação finalística	Crianças com saúde Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersectorialidade
Meta 1	10 novas praças públicas construídas e otimizadas em bairros prioritários, com equipamentos apropriados para a primeira infância	Número de praças construídas	2027 a 2029	Bairros identificados como prioritários.	Secretaria de Obras Públicas e Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras Públicas Secretaria Municipal de Meio Ambiente
	Ação 1.1	Percentual de áreas verdes e espaços de lazer per capita				
	Ação 1.2	Número de praças e parques existentes por território geográfico				
	Ação 1.3	Número de eventos comunitários realizados para envolver a população no uso e conservação dos novos espaços				
Meta 2	Pelo menos 1 praça construída em cada um dos bairros que não foram considerados prioritários	Número de praças construídas	2029 a 2034	Bairros atendidos pelo programa	Secretaria de Obras Públicas e Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras Públicas Secretaria Municipal de Meio Ambiente
	Ação 2.1	Taxas de obesidade infantil nas áreas atendidas pelo programa				

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersetorialidade
Meta 3	100% dos bairros do município com pelo menos uma praça pública equipada com brinquedos e áreas de convivência.	Número de praças construídas				
Ação 3.1	Desenvolvimento e implementação de um projeto de criação de praças em todos os bairros que ainda não possuem esse tipo de espaço.	Percentual dos bairros do município com pelo menos uma praça pública equipada com brinquedos e áreas de convivência.	2027 a 2034	Todos os bairros	Secretaria de Obras Públicas e Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras Públicas Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Ação 3.2	Integração das novas praças ao plano de mobilidade urbana, facilitando o acesso a pé e por transporte público					
Meta 4	100% das praças e parques com manutenções periódicas realizadas, garantindo a segurança e a qualidade	Percentual de praças e parques com manutenções periódicas realizadas				
Ação 4.1	Busca de subsídios e financiamentos governamentais voltados para projetos de infraestrutura e desenvolvimento comunitário	Número de manutenções realizadas	2027 a 2034	Todas as praças e parques do município	Secretaria de Obras Públicas e Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras Públicas Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Ação 4.2	Estabelecimento de Parcerias Público-Privadas para investimentos em infraestrutura e manutenção	Número de praças e parques com infraestrutura deteriorada Quantidade de reclamações da população sobre a falta de manutenção. Grau de envolvimento comunitário nas atividades de preservação desses espaços.				



Quadro Operativo 24 – EIXO MEIO AMBIENTE

Área Temática	Direito ao Meio Ambiente
Problema (desafio validado)	O Parque Natural Municipal Chácara do Lessa encontra-se em estado de abandono, com infraestrutura degradada e falta de manutenção regular, prejudicando a segurança e a utilização adequada do espaço pela comunidade.
Indicador do diagnóstico	Estado de conservação das infraestruturas do parque. Número de visitantes ao parque. Índices de segurança e incidência de vandalismo no parque.
Objetivo	Reabrir e manter o parque em condições adequadas de uso, garantindo a preservação ambiental e a oferta de um espaço seguro e atrativo para lazer e convivência comunitária.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e Bem-Estar 15 - Vida Terrestre
Ação finalística	Crianças com saúde Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersetorialidade
Meta 1	Reabertura do Parque Natural Municipal Chácara do Lessa	Estado de conservação da infraestrutura e data de reabertura	2025 a 2026	Parque Natural Municipal Chácara do Lessa.	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras Públicas Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Ação 1.1	Execução do Projeto Arqueológico de Reforma do Parque Natural Municipal Chácara do Lessa					
Meta 2	Programa anual de educação ambiental e atividades comunitárias no parque implantado					
Ação 2.1	Desenvolvimento e implantação de um programa anual de educação ambiental e atividades comunitárias no parque, promovendo a conscientização sobre a preservação ambiental e incentivando a participação da comunidade em atividades de lazer e aprendizado.	Número de programas e atividades realizadas	2027 a 2029	Parque Natural Municipal Chácara do Lessa	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Educação Secretaria Municipal de Meio Ambiente
Ação 2.2	Diagnóstico inicial das necessidades e interesses da comunidade em relação à educação ambiental e atividades comunitárias.					
Ação 2.3	Estabelecimento de parcerias e colaborações com escolas, universidades, ONGs, empresas locais e especialistas em meio ambiente para criação e execução dos programas.	Número de participantes nos programas e atividades realizadas				
Ação 2.4	Planejamento de programa anual detalhado com programas e atividades, incluindo oficinas, palestras, visitas guiadas, atividades recreativas e eventos comunitários.					
Ação 2.5	Busca de patrocínios e apoios financeiros para a implantação dos programas e atividades propostas					



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersetorialidade
Meta 3	Implantação de um programa de manutenção contínua e melhorias do parque	Frequência das manutenções realizadas e estado de conservação contínuo do parque.	2028 e 2034	Parque Natural Municipal Chácara do Lessa.	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria de Meio Ambiente
Ação 3.1	Realização de um diagnóstico completo das necessidades de manutenção do parque, identificando áreas que requerem atenção imediata e áreas que necessitam de manutenção periódica					
Ação 3.2	Desenvolvimento de um programa contínuo e detalhado de manutenção e melhorias para o Parque Chácara do Lessa, assegurando que a infraestrutura e a segurança estejam sempre em condições ideais para os visitantes					
Ação 3.3	Garantia da alocação de recursos financeiros necessários para a manutenção contínua e melhorias periódicas, conforme o orçamento estipulado.					
Ação 3.4	Estabelecimento de um fundo específico para emergências e reparos não previstos.					
Ação 3.5	Formação de uma equipe de manutenção permanente para o parque					



Quadro Operativo 25 – EIXO MEIO AMBIENTE

Área Temática	Direito ao Meio Ambiente
Problema (desafio validado)	Aproveitamento subótimo do Bosque Municipal Alfredo Machado, limitando seu potencial de oferecer lazer e aprendizado à comunidade.
Indicador do diagnóstico	Número de atividades recreativas e educativas realizadas no bosque durante o período de férias escolares. Participação da comunidade em atividades no bosque durante as férias.
Objetivo	Promover atividades recreativas e educativas no Bosque Municipal Alfredo Machado durante as férias escolares, incentivando a interação comunitária e o uso sustentável do espaço.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Saúde e Bem-estar 4 - Educação de Qualidade 11 - Cidades e Comunidades Sustentáveis 15 - Vida Terrestre
Ação finalística	Crianças com saúde Do direito de brincar ao brincar de todas as crianças A criança e o espaço, a cidade e o meio ambiente

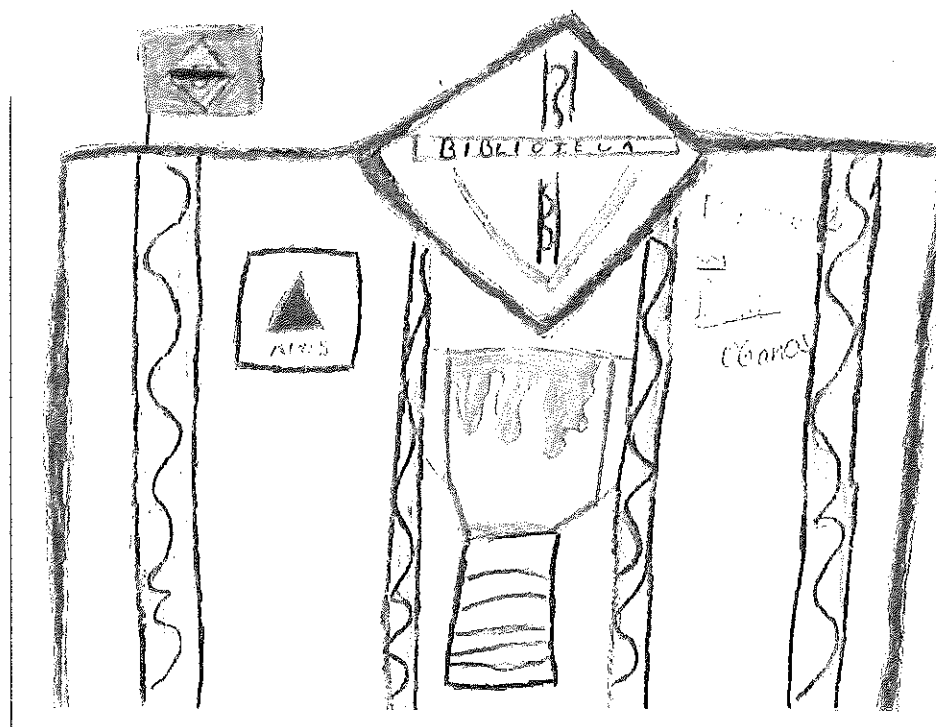


Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Interseletorialidade
Meta 1	Implementação do Programa Férias no Bosque Municipal Alfredo Machado para promover a conscientização ambiental, o lazer saudável e a integração comunitária.					
Ação 1.1	Realizar um diagnóstico das necessidades e interesses da comunidade em relação a atividades de férias no Bosque Municipal.	Número de atividades recreativas, esportivas e educativas realizadas durante as férias.				
Ação 1.2	Desenvolvimento e implementação do Programa Férias no Bosque Municipal Alfredo Machado com plano detalhado de atividades recreativas, esportivas e educativas, incluindo oficinas, palestras, visitas guiadas e eventos comunitários para crianças, jovens e adultos.					
Ação 1.3	Estabelecimento de parcerias e colaborações com escolas, universidades e ONGs.					
	Captção de patrocínios e apoios financeiros, por meio de propostas de patrocínio e apresentação do programa a potenciais patrocinadores.	Número de participantes da comunidade nas atividades.	2025 a 2027	Bosque Municipal Alfredo Machado	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Educação
Ação 1.4	Organização de eventos de arrecadação de fundos, como feiras, bazares e campanhas de crowdfunding e solicitação de apoio financeiro a órgãos governamentais (participação em editais e programas de incentivo à cultura e ao meio ambiente).	Quantidade de recursos e patrocínios obtidos.				Secretaria Municipal de Esportes
Ação 1.5	Garantia de participação da comunidade, de monitoramento dos resultados e de ampla divulgação das atividades para atrair um público diversificado. Melhoria contínua, por meio de coleta de feedback dos participantes e ajustes devidos dos programas.					



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersetorialidade
Meta 2	Implementação de um programa anual de educação ambiental e atividades comunitárias no Bosque Municipal Alfredo Machado, promovendo a conscientização sobre a preservação ambiental e incentivando a participação da comunidade em atividades de lazer e aprendizado.					
Ação 2.1	Realização de diagnóstico das necessidades e interesses da comunidade em relação à educação ambiental e às atividades comunitárias.	Número de programas e atividades educativas e recreativas realizadas.	2027 a 2029	Bosque Municipal Alfredo Machado.	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Meio Ambiente Secretaria Municipal de Educação
Ação 2.2	Estabelecimento de parcerias e colaborações com escolas, universidades, ONGs, empresas locais e especialistas em meio ambiente, para a criação e execução dos programas.					
Ação 2.3	Elaboração de um plano detalhado de programas e atividades, incluindo oficinas, palestras, visitas guiadas, atividades recreativas e eventos comunitários.	Participação da comunidade nas atividades.				
Ação 2.4	Busca de patrocínios e apoios financeiros para a realização das atividades.					
Ação 2.5	Garantia de participação da comunidade, de monitoramento dos resultados e de divulgação ampla das atividades para atração de um público diversificado. Melhoria contínua, por meio de coleta de feedback dos participantes e ajustes devidos dos programas.					

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Interseitorialidade
Meta 3	Implantação de um programa de manutenção contínua do Bosque Alfredo Machado, com melhorias periódicas em infraestrutura e segurança					
Ação 3.1	Realização de um diagnóstico completo das necessidades de manutenção do bosque, identificando áreas que requerem atenção imediata e áreas que necessitam de manutenção periódica					
Ação 3.2	Elaboração de um plano de manutenção detalhado, incluindo cronogramas para atividades regulares de melhorias periódicas e manutenção contínua	Estado de conservação da infraestrutura do bosque				
Ação 3.3	Garantia da alocação de recursos financeiros necessários para a manutenção contínua e melhorias periódicas, conforme o orçamento					
Ação 3.4	Estabelecimento de um fundo específico para emergências e reparos não previstos					
Ação 3.5	Formação de uma equipe de manutenção dedicada, com profissionais qualificados para manutenção					
Ação 3.6	Oferecimento de treinamento contínuo para a equipe de manutenção, garantindo atualização para as melhores práticas de conservação e segurança.					
Ação 3.7	Implementação de um sistema de monitoramento contínuo para avaliar infraestrutura e segurança do bosque.					
Ação 3.8	Avaliações periódicas e ajustes necessários ao plano de manutenção do bosque.					
			2029 a 2034	Bosque Municipal Alfredo Machado	Secretaria de Meio Ambiente	Secretaria Municipal de Obras Públicas Secretaria Municipal de Meio Ambiente



8.5. Direito à Cultura e ao Lazer

O direito à cultura na primeira infância é fundamental para o desenvolvimento integral das crianças. Durante os primeiros anos de vida, as crianças passam por um período crucial de formação, quando são moldados aspectos essenciais de sua identidade, capacidades cognitivas, emocionais e sociais. A cultura desempenha um papel significativo nesse processo, proporcionando experiências que estimulam a criatividade, a imaginação, a expressão e a compreensão do mundo ao seu redor.

O acesso à cultura desde a primeira infância não se limita apenas à exposição a obras de arte ou eventos culturais, mas também envolve atividades sensoriais que promovam a expressão criativa, como música, dança, teatro, desenho, pintura e literatura.



O PMPI de Sabará visa garantir e estruturar as ações culturais infantis já existentes da Secretaria Municipal de Cultura. O objetivo é ampliar o acesso gratuito a eventos culturais, proporcionando uma variedade de experiências multissensoriais das artes. Para isso, será necessário o envolvimento de parcerias e outras secretarias, bem como a participação ativa das famílias e das comunidades de todo o município, criando uma rede intersetorial de influência cultural.

Ao promover e ampliar atividades voltadas para a primeira infância, investimos em experiências que não só enriquecem a vida das crianças, mas também contribuem para a formação de indivíduos mais sensíveis, criativos, empáticos e culturalmente conscientes. Isso, por sua vez, prepara o caminho para uma sociedade mais inclusiva e vibrante.

8.5.1. Diagnóstico Situacional

Atualmente, Sabará conta com diversos serviços, programas e projetos culturais voltados ao público infantil, tais como:

- **Cinema Vivo**

Realizado no Centro Cultural José da Costa Sepúlveda e no auditório do Estação Cidadania, exhibe filmes para diversas faixas etárias, com prioridade ao público infantil.

- **Rua de Brincar**

Ação promovida pela ArcelorMittal, com o apoio da Prefeitura Municipal de Sabará, que visa fortalecer a relação entre crianças e adultos por meio do livre brincar.

- **Arte na Praça**

Evento ao ar livre realizado nas praças da cidade, com oficinas, brincadeiras e recreação direcionadas ao público infantil. Organizado pela Prefeitura Municipal de Sabará, por meio da Secretaria Municipal de Cultura ou em parceria com patrocinadores, o evento oferece momentos de lazer e desenvolvimento cultural para as crianças em espaços públicos acessíveis a todos.



- Diversão em Cena

O projeto, patrocinado pela ArcelorMittal e Belgo Arames - por meio das Leis de Incentivo à Cultura - promove apresentações teatrais quinzenais, gratuitas e de alta qualidade, direcionadas ao público infantil. Os espetáculos ocorrem regularmente no Centro Cultural José da Costa Sepúlveda, e, ocasionalmente, são levados a escolas em áreas mais distantes do centro histórico, onde o acesso às atividades culturais é mais restrito. Com essa iniciativa, busca-se democratizar o acesso à cultura, proporcionando momentos de diversão e aprendizado para crianças em diversas regiões do município. Além das apresentações teatrais, o projeto também oferece uma série de oficinas culturais, que incentivam a participação ativa das crianças em diversas formas de expressão artística. As oficinas incluem:

- | | |
|---------------------|----------------------------------|
| ➤ Teatro | ➤ Mini tapetes de Corpus Christi |
| ➤ Circo | ➤ Desenho artístico |
| ➤ Dança | ➤ Iniciação em pintura |
| ➤ Iniciação musical | ➤ Máscaras carnavalescas |
| ➤ Brinquedos | ➤ Leitura para crianças |
| ➤ Bonecas | ➤ Poesia para crianças |
| ➤ Papagaio | |

Essas atividades ocorrem nos espaços culturais Solar Padre Correia e Estação Cidadania, além de serem realizadas em espaços abertos, como praças e ruas, expandindo o alcance das ações culturais e promovendo a integração das crianças com a comunidade e o ambiente urbano.

- Educação Patrimonial

Iniciativa da Secretaria Municipal de Cultura que busca apresentar aos estudantes conceitos históricos e patrimoniais de forma criativa e envolvente. O principal objetivo é valorizar e proteger o patrimônio material e imaterial de Sabará, perpetuando as tradições locais. Algumas ações recorrentes incluem: Projeto Abraça Sabará, Confecção dos tapetes de Corpus Christi, Plantio do Ora-pro-nóbis e da Jabuticaba, Concurso de Redação no Pompéu, Concurso de Poesia Festival da Banana.



- Cozinha Kids

Durante os festivais gastronômicos de Sabará, como o Festival da Jabuticaba, Festival do Ora-pro-nóbis e Festival da Banana, a Cozinha Kids é montada para proporcionar às crianças uma experiência lúdica e educativa. Com a apresentação de chefs de cozinha, as crianças têm a oportunidade de participar de atividades de degustação e aprender sobre a culinária tradicional da cidade, promovendo também a educação patrimonial através dos alimentos típicos.

- Carnaval

Bloco Infantil, Chuveirinho e Carnaval na Prainha (Praça do Barão). Desfiles do bloco infantil e realização de matinês que proporcionam um ambiente seguro e adequado para que as crianças possam se divertir, dançar e brincar durante o carnaval em Sabará. A diversão não apenas entretém as crianças, mas também desempenha um papel importante na educação cultural, promovendo a socialização e o desenvolvimento emocional e criativo das crianças.

- Solar Padre Correia

O Solar Padre Correia, um monumento histórico do município e sede da Secretaria Municipal de Cultura, é transformado em um espaço cultural dinâmico durante eventos temáticos, como:

Casa Assombrada: No Dia das Bruxas, o Solar se transforma em uma casa assombrada, atraindo grande participação do público infantil. Embora não seja uma tradição local, o evento se tornou popular entre pais e crianças, proporcionando um momento de entretenimento diferente no município.

Casa do Papai Noel: No período de dezembro até a semana do Natal, o Solar se transforma na Casa do Papai Noel, aberta para visita gratuita. Além de trazer a alegria do Natal para Sabará, o evento proporciona às crianças um ambiente que estimula a imaginação, criando memórias afetivas marcantes.



DESAFIOS DA CULTURA E LAZER

- Insuficiência de ações culturais direcionadas à primeira infância, especialmente para as crianças de 0 a 3 anos.
- Centralização geográfica das atividades culturais, o que limita o acesso a poucas regiões do município, deixando várias áreas sem cobertura adequada.
- Falta de materiais e equipamentos adequados às necessidades específicas da faixa etária da primeira infância, prejudicando a qualidade e o alcance das ações.
- Déficit de profissionais especializados na Secretaria de Cultura para trabalhar diretamente com a primeira infância, comprometendo a efetividade das atividades culturais direcionadas para esse público.
- Falta de assiduidade nas oficinas oferecidas, o que dificulta a continuidade e o impacto positivo dessas ações no público infantil.

Os quadros operativos de 26 a 30 apresentam as principais estratégias para os próximos 10 anos. Essas estratégias buscam promover uma abordagem integrada e abrangente, sendo algumas delas específicas de determinados setores, enquanto outras envolvem a colaboração intersetorial.



Quadro Operativo 26 – EIXO CULTURA E LAZER

Área temática	Direito à Cultura e ao Lazer
Problema (desafio validado)	Insuficiência de ações culturais para a primeira infância, especialmente para os anos iniciais (0 a 3 anos)
Indicador do diagnóstico	As ações culturais são para o público infantil em geral, com carência de ações para o público de 0 a 3 anos
Objetivo	Ampliar ações culturais para primeira infância e adicionar ações para o público de 0 a 3 anos, em diferentes espaços e equipamentos culturais.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	03 – Boa Saúde e bem-estar 04 – Educação de qualidade 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	A Criança e a Cultura

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Implantação de um programa municipal para a inclusão da primeira infância, especialmente em seus anos iniciais, na agenda cultural do município.	Programa implantado			Secretaria Municipal de Cultura		
Ação 1.1	Validação e formatação das modalidades principais da arte, como formas de expressão criativa para a primeira infância: Artes visuais: pintura, escultura, desenho Artes plásticas: artes gráficas e fotografia Artes cênicas :teatro, dança, ópera e ballet Música: instrumental e vocal Literatura: poesia e prosa Artes digitais e novas mídias: arte digital, cinema e vídeo Arquitetura e design	Número de crianças de até seis anos participantes das ações culturais					
Ação 1.2	Reunião com equipe envolvida	Quantidade de atividades para crianças até seis anos de idade	2026	Ambos		Secretarias Municipais	Municipal
Ação 1.3	Reunião de alinhamento com outras secretarias e parceiros						
Ação 1.4	Planejamento da distribuição nas ações	Número de crianças de 0 a 3 anos participante das ações culturais			Coord. de Arte e Cultura	Parceiros	
Ação 1.5	Divulgação das ações						
Ação 1.6	Execução das atividades previstas.						
Ação 1.7	Quantificação da frequência de participação da primeira infância	Quantidade de atividades para crianças de 0 a 3 anos					
Ação 1.8	Reunião de alinhamento com equipe responsável e outras secretarias						
Ação 1.9	Elaboração de relatório de atividades.	Número estimado de público em geral					

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência
Meta 2	Implementação de agenda de atividades e ações culturais adequadas às faixas etárias da primeira infância, considerando capacidade cognitiva e habilidades motoras das crianças, garantindo que sejam seguras, estimulantes e divertidas				
Ação 2.1	Validação e formatação das propostas: <i>Bebês (0 a 1 ano)</i> : música e movimento. Livros de pano e de plástico. Massinha de modelar. Estímulos visuais. Teatro de sombras. <i>Crianças pequenas (1 a 3 anos)</i> : dança e movimento. Contação de histórias. Exploração musical. Brincadeiras de imitação. <i>Pré-escolares (3 a 6 anos)</i> : teatro de fantoches. Oficinas de arte, música e dança. Visitas a museus e bibliotecas. Jogos dramáticos. Oficinas de culinária: atividades culinárias adaptadas para crianças, dentro dos festivais gastronômicos tradicionais do município (Festival de Ora-Pro-Nóbis, Festival da Banana e Festival da Jabuticaba), estimulando a criatividade e a aprendizagem sobre alimentos. <i>Crianças em geral (0 a 6 anos)</i> : visitas culturais, eventos culturais locais, natureza e exploração, celebrações culturais, atividades em grupo.	Número de atividades para crianças de 0 a 6 anos, por idade Número de crianças de 0 a 6 anos participante das ações culturais, por idade	Anual	Ambos	Coordenação da Secretaria de Cultura
Ação 2.2	Reunião da equipe para monitoramento das ações a serem devidamente destinadas a cada faixa etária.	Número estimado de público em geral e por idade			
Ação 2.3	Divulgação das ações.				
Ação 2.4	Execução das atividades previstas.				
Ação 2.5	Monitoramento número de crianças (0 a 6 anos) participantes.				
Ação 2.6	Elaboração de relatório de atividades.				



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersetorialidade
Meta 3	Implementação de agenda de atividades intersetoriais que garantam acesso da primeira infância a ações e equipamentos culturais	Quantidade de atividades culturais para a primeira infância executadas com outras secretarias	Anual	Ambos	Coordenação da Secretaria de Cultura	Secretarias Municipais Parceiros
Ação 3.1	Reunião de alinhamento com a equipe responsável e com as outras secretarias.	Quantidade de atividades culturais para primeira infância executadas com entidades parceiras				
Ação 3.2	Reunião de alinhamento com os parceiros.	Número de crianças (0 a 6 anos) participantes das ações culturais com outras secretarias				
Ação 3.3	Planejamento da execução das atividades.	Número de crianças (0 a 6 anos) participantes das ações culturais com outras secretarias				
Ação 3.4	Execução das atividades.	Número de crianças (0 a 6 anos) participantes das ações culturais com outras secretarias				
Ação 3.5	Divulgação das ações.	Número de crianças (0 a 6 anos) participantes das ações culturais com entidades parceiras				
Ação 3.6	Quantificação da frequência de participação da primeira infância.	Número estimado de público em geral				
Ação 3.7	Elaboração de relatórios de atividades.					

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersectorialidade
Meta 4	Atividades de contrapartida voltadas para a primeira infância incluídas nos editais da Secretaria Municipal de Cultura	Quantidade de ações de contrapartida destinadas à primeira infância Número de crianças de 0 a 6 anos participantes das ações culturais de contrapartida Número estimado de público em geral	Regular	Ambos	Coordenação de Arte e Cultura	Executores da contrapartida
Ação 4.1	Reunião de alinhamento com a equipe responsável pelos editais.					
Ação 4.2	Acompanhamento dos editais.					
Ação 4.3	Seleção dos proponentes e atividades.					
Ação 4.4	Planejamento da distribuição das atividades no município.					
Ação 4.5	Divulgação das ações.					
Ação 4.6	Execução das atividades.					
Ação 4.7	Quantificação da frequência de participação da primeira infância.					
Ação 4.8	Elaboração de relatórios de atividades.					



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersetorialidade
Meta 5	Crianças com necessidades especiais incluídas nas ações e eventos da Secretaria de Cultura.					
Ação 5.1	Possibilitar e facilitar o acesso de gestantes, puérperas e famílias com crianças de 0 a 6 anos nas ações culturais.					
Ação 5.2	Instalação de fraldário em todos os eventos de rua indicativos para crianças.					
Ação 5.3	Efetivação da proposta Cinema Vivo "Sessão Azul": sessões de cinema adaptadas para crianças com distúrbios sensoriais e suas famílias. Nas sessões, com o ambiente à meia-luz, refrigeração controlada e o som mais baixo, o público tem liberdade para circular na sala ou mesmo sair e voltar.	Quantidade de atividades adaptadas	2026	Ambos	Coordenação de Arte e Cultura	Secretarias Municipais Parceiros
Ação 5.4	Reunião de alinhamento com a equipe responsável e outras secretarias.	Número de crianças (0 a 6 anos) que utilizaram a acessibilidade				
Ação 5.5	Planejamento da execução das atividades					
Ação 5.6	Execução das atividades previstas.					
Ação 5.7	Divulgação das ações					
Ação 5.8	Quantificação da frequência de participação da primeira infância					
Ação 5.9	Elaboração de relatórios de atividades.					

Quadro Operativo 27 – EIXO CULTURA E LAZER

Área temática	Direito à Cultura e ao Lazer
Problema (desafio validado)	Ações culturais da primeira infância centralizadas geograficamente, beneficiando poucas localidades
Indicador do diagnóstico	Carência de atividades e ações culturais nos bairros mais afastados do centro Falta de pontos culturais de apoio nos bairros e/ou regionais Insuficiência de pessoal Dificuldade de transporte próprio da secretaria
Objetivo	Ampliar ações culturais nos bairros do município Criar pontos de cultura nas regionais Profissionais treinados para atendimento à primeira infância Criar cultura itinerante Facilitar as visitas das crianças de 0 a 6 anos a teatros, cinemas, exposições, museus etc.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	03 – Boa Saúde e bem-estar 04 – Educação de qualidade 10 – Redução das Desigualdades
Ação finalística	Do direito à cultura a todas as crianças

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersectorialidade
Meta 1	100% das regionais atendidas regularmente com ações culturais para a primeira infância	Percentual de bairros e regionais atendidos com ações culturais	2026	Ambos	Coordenação de Arte e Cultura	Secretarias Municipais Parceiros
Ação 1.1	Reunião de setores da secretaria para o mapeamento dos bairros menos atendidos e direcionamento de ações para estes bairros.					
Ação 1.2	Seleção de ações que podem ser executadas nos bairros do município.	Quantidade de atividades realizadas anualmente				
Ação 1.3	Mapeamento de ações de outras secretarias e parceiros nos bairros do município.	Número estimado de crianças de 0 a 6 anos atendidas				
Ação 1.4	Divulgação das ações					
Ação 1.5	Realização das ações	Quantidade de ações com outras secretarias ou parceiros				
Ação 1.6	Quantitativo e elaboração de relatórios de atividades.					

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersetorialidade
Meta 2	Implantação de um plano de ampliação de espaços de uso cultural nas regionais e ações itinerantes periódicas					
Ação 2.1	Reunião de alinhamento com secretarias envolvidas.	Número de imóveis disponibilizados e transformados em equipamentos culturais em cada regional.				
Ação 2.2	Mapeamento de terrenos e espaços que podem ser usados para construção ou criação de pontos culturais.					
Ação 2.3	Instalação dos pontos culturais	Número de bairros atendidos em cada regional.	2026	Ambos	Coordenação Secretária de Cultura	Secretarias Municipais Parceiros
Ação 2.4	Planejamento das atividades na comunidade. Avaliar as necessidades culturais e artísticas da comunidade local através de pesquisas, entrevistas e estudos de mercado.	Quantidade de atividades realizadas anualmente.				
Ação 2.5	Divulgação das ações	Número estimado de crianças (0 a 6 anos) atendidas				
Ação 2.6	Realização das ações					
Ação 2.7	Monitoramento da quantidade de crianças (0 a 6 anos) participantes					
Ação 2.8	Elaboração de relatórios de atividades					

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersetorialidade
Meta 3	Elaboração de um plano de fortalecimento da educação patrimonial voltado para a primeira infância, com ênfase nos bairros mais afastados da região central, com o objetivo de criar o sentimento de pertencimento à cidade.	Quantidade de atividades de educação patrimonial realizadas anualmente.	2034	Coordenação da Secretaria de Cultura	Secretarias Municipais Parceiros
Ação 3.1	Continuidade do Abrace Sabará e ampliação das ações de educação patrimonial realizadas.				
Ação 3.2	Criação de itinerário turístico de educação patrimonial, levando as crianças para visitar os monumentos históricos e conhecer a história da cidade e de seu bairro.	Número estimado de crianças de 0 a 6 anos participantes das ações de educação patrimonial			
Ação 3.3	Reunião de setores da secretaria para o mapeamento dos pontos turísticos patrimoniais e criação do itinerário.				
Ação 3.4	Reunião de alinhamento com as secretarias envolvidas.	Número de ações com outras secretarias ou parceiros.			
Ação 3.5	Busca de parcerias para realizar as ações.				
Ação 3.6	Reunião de alinhamento com os parceiros.				
Ação 3.7	Planejamento da execução das atividades.				
Ação 3.8	Execução das atividades previstas.	Número de crianças atendidas com visitas de educação patrimonial, por bairro ou regional			
Ação 3.9	Divulgação das ações.				
Ação 3.10	Quantificação da frequência de participação da primeira infância.				
Ação 3.11	Elaboração de relatórios de atividades.				

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersectorialidade
Meta 4	Um ônibus itinerante de cultura para levar atividades culturais e artísticas diretamente a diversas comunidades.					
Ação 4.1	Reunião de alinhamento com equipe e outras secretarias envolvidas para elaboração de proposta e possibilidades de compra e/ou aquisição.	Percentual de bairros e distritos atendidos				
Ação 4.2	Aquisição e adaptação de ônibus adequado e funcional para exposições, oficinas, performances artísticas, roda de conversa, recreação, cinemas e outras atividades culturais.	Número de edições realizadas para a primeira infância por ano				
Ação 4.3	Planejamento de uma programação cultural anual, diversificada e atraente para a primeira infância.					
Ação 4.4	Envolvimento de artistas locais e voluntários que possam enriquecer a programação, criando perspectivas culturais autênticas e fortalecendo o vínculo com a comunidade.		2034	Ambos	Secretaria Municipal de Cultura	Secretarias envolvidas Parceiros
Ação 4.5	Mapeamento e controle do itinerário, de modo a atender a todos os bairros do município periodicamente.	Número estimado de crianças de 0 a 6 anos atendidas.				
Ação 4.6	Divulgação das ações.	Número estimado de público em geral.				
Ação 4.7	Execução das atividades previstas.					
Ação 4.8	Quantificação da frequência de participação da primeira infância.					
Ação 4.9	Elaboração de relatórios de atividades.					

Quadro Operativo 28 – EIXO CULTURA E LAZER

Área temática	Direito à Cultura e ao Lazer
Problema (desafio validado)	Falta de materiais e equipamentos específicos necessários para a realização de ações culturais voltadas para a primeira infância
Indicador do diagnóstico	Os materiais utilizados nas atividades da Secretaria de Cultura são doados, adaptados, emprestados ou alugados.
Objetivo	Aquisição de materiais e equipamentos que sejam seguros, educativos e adequados ao desenvolvimento das crianças da primeira infância.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	03 – Boa Saúde e bem-estar 04 – Educação de qualidade
Ação finalística	A Criança e a Cultura

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersectorialidade
Meta 1	Elaboração de um plano anual para aquisição de materiais adequados para as várias formas de arte e cultura voltadas para a primeira infância	Quantidade de materiais e equipamentos na Secretaria de Cultura para atendimento à primeira infância Número de linguagens artísticas para a primeira infância atendidas com os equipamentos e materiais.	Anual	Ambos	Secretaria Municipal de Cultura	Secretarias envolvidas
Ação 1.1	Reunião de alinhamento com equipe e outras secretarias envolvidas na compra de materiais e equipamentos					
Ação 1.2	Levantamento de materiais e equipamentos essenciais ao bom atendimento nas ações culturais que envolvem a primeira infância, como: projetor ou tela de projeção, equipamentos de som, materiais de artes visuais, instrumentos musicais, equipamentos para contação de histórias, equipamentos de iluminação, computadores ou tablets, mobiliário e brinquedos adequados, tapetes para atividades, playground móvel, trocador (móvel) de bebê, materiais de proteção.					
Ação 1.3	Aquisição dos materiais					
Ação 1.4	Planejamento da utilização					
Ação 1.5	Quantificação de utilização dos equipamentos pela primeira infância					
Ação 1.6	Elaboração de relatórios de atividades.					



Quadro Operativo 29 – EIXO CULTURA E LAZER

Área temática	Direito à Cultura e ao Lazer
Problema (desafio validado)	Insuficiência de profissional especializado para atendimento à primeira infância na Secretaria de Cultura
Indicador do diagnóstico	Inexistência, na Secretaria de Cultura, de uma equipe de agentes culturais e profissionais de várias áreas artísticas para atuação nas atividades, oficinas e ações culturais infantis
Objetivo	Formar uma equipe composta por agentes culturais e profissionais de diversas áreas que dotados de habilidades e conhecimentos específicos para desenvolver e facilitar experiências culturais enriquecedoras.
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	03 – Boa saúde e bem-estar 04 – Educação de qualidade
Ação finalística	A Criança e a Cultura



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Interseccionalidade
Meta 1	Formação de uma equipe qualificada e experiente para trabalhar com crianças, incluindo monitores, educadores culturais e gestores de eventos, com habilidades e conhecimentos específicos, tais como habilidades artísticas, conhecimento de técnicas educacionais e experiência em facilitação de grupos.	Número de profissionais e agentes culturais disponíveis para ações da primeira infância na Secretaria de Cultura	2025	Ambos	Secretaria de Cultura	Secretaria de Cultura Secretarias envolvidas
Ação 1.1	Reunião de alinhamento com outras secretarias envolvidas com recrutamento e contratação de pessoal.					
Ação 1.2	Recrutamento e seleção de profissionais junto ao departamento de recursos humanos para a formação da equipe de ações culturais para a primeira infância: coordenador ou curador cultural; educadores ou facilitadores; artistas e artistas educadores; contadores de histórias; especialistas em artes visuais; músicos e instrutores de música; animadores culturais; técnicos de som e luz; profissionais de tecnologia e mídias digitais; assistentes e voluntários; motorista habilitado	Número de profissionais treinados da Secretaria de Cultura	2025	Ambos	Secretaria de Cultura	Secretaria de Cultura Secretarias envolvidas
Ação 1.3	Contratação dos profissionais selecionados					
Ação 1.4	Realização de reuniões de alinhamento com a equipe envolvida.					
Ação 1.5	Planejamento anual das atividades.					
Ação 1.6	Execução das atividades previstas anualmente.					
Ação 1.7	Quantificação da frequência de participação da primeira infância.					
Ação 1.8	Monitoramento, avaliação e relatórios.					



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersectorialidade
Meta 2	Implementação de um programa de formação contínua de agentes culturais da Secretaria de Cultura					
Ação 2.1	Realização de curso e oficinas de capacitação com orientações sobre pedagogia infantil, recreação, técnicas de facilitação de grupo, manejo de conflitos, segurança e proteção infantil, entre outros temas relevantes.	Número de profissionais capacitados	Anual	Sede	Secretaria de Cultura	Secretaria de Cultura Secretarias envolvidas Parceiros
Ação 2.2	Realização de capacitação semestral.	Quantidade de capacitações realizadas				
Ação 2.3	Divulgação das ações.					
Ação 2.4	Quantificação e elaboração de relatórios.					

Quadro Operativo 30 – EIXO CULTURA E LAZER

Área temática	Direito à Cultura e ao Lazer
Problema (desafio validado)	Falta de assiduidade nas oficinas oferecidas ao público da primeira infância
Indicador do diagnóstico	Redução gradativa na frequência das oficinas periódicas oferecidas ao público da primeira infância
Objetivo	Promover a frequência e permanência do público nas oficinas para primeira infância Estimular a participação deste público seus familiares e cuidadores
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	03 – Boa Saúde e bem-estar 04 – Educação de qualidade 10 - Redução das desigualdades
Ação finalística	A Criança e a Cultura



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersectorialidade
Meta 1	Implantação de um plano de sensibilização e comunicação das atividades culturais para a primeira infância					
Ação 1.1	Distribuição de materiais visuais atrativos, divulgação das oficinas por meio de redes sociais, carros de som, panfletos	Quantidade de atividades realizadas anualmente				
Ação 1.2	Oferta de atividades para pais e filhos juntos durante as oficinas	Frequência de crianças de 0 a 6 anos participantes das oficinas	Anual	Ambos	Secretaria de Cultura	Secretaria Municipal de Cultura
Ação 1.3	Reunião de alinhamento com a equipe responsável pelos editais					Secretarias envolvidas
Ação 1.4	Planejamento da distribuição das atividades	Número de desistências de crianças de 0 a 6 anos participantes das oficinas e identificação dos motivos				Parceiros
Ação 1.5	Divulgação das ações					
Ação 1.6	Execução das atividades previstas					
Ação 1.7	Quantificação da frequência de participação da primeira infância					

Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Interseccionalidade
Meta 2	Aumento gradativo do acesso das crianças de 0 a 6 anos às ações culturais	Quantidade de oficinas oferecidas próximas ao público-alvo Frequência de crianças de 0 a 6 anos participantes das oficinas Número de atividades realizadas anualmente. Número de desistências de crianças de 0 a 6 anos participantes das oficinas e identificação dos motivos	Anual	Ambos	Secretaria de Cultura	Secretaria Municipal de Cultura Secretarias envolvidas Parceiros
Ação 2.1	Garantia de que as oficinas sejam acessíveis em termos de localização, horários e custos					
Ação 2.2	Seleção dos locais próximos às comunidades, com oferta de horários flexíveis (incluindo fins de semana), em especial nos bairros periféricos à sede do município					
Ação 2.3	Realização de reunião de alinhamento com equipe responsável.					
Ação 2.4	Planejamento da distribuição das atividades no município,					
Ação 2.5	Divulgação das ações					
Ação 2.6	Execução das atividades previstas					
Ação 2.7	Quantificação da frequência de participação da primeira infância.					

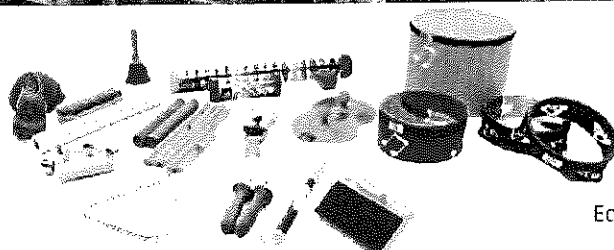
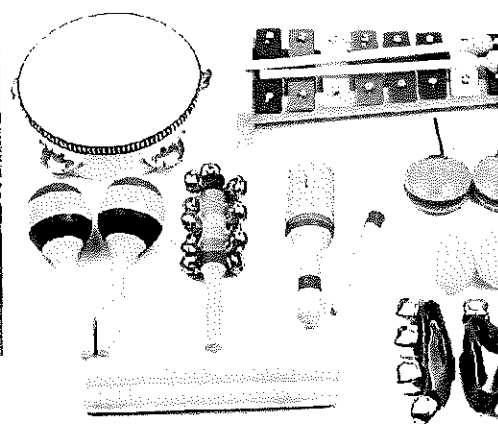
Nº	Meta	Indicador	Prazo	Território	Gerência	Intersectorialidade
Meta 3	Estudo sobre financiamento ou patrocínio para redução de custos a fim de manter a participação da primeira infância nas atividades culturais. "Vale Cultural": benefício para utilização em produtos e serviços culturais	Quantidade de ações facilitadoras de acesso às oficinas				
Ação 3.1	Reunião de alinhamento com envolvidos					Secretaria Municipal de Cultura
Ação 3.2	Planejamento do financiamento	Número de crianças de 0 a 6 anos contempladas pelas ações	Anual	Ambos	Secretaria de Cultura	Secretarias envolvidas
Ação 3.3	Divulgação das ações					Parceiros
Ação 3.4	Execução das atividades previstas	Número de desistências de crianças de 0 a 6 anos participantes e identificação dos motivos				
Ação 3.5	Quantificação da frequência de participação da primeira infância					
Ação 3.6	Elaboração de relatórios de atividades					

Ilustrações das Principais Propostas

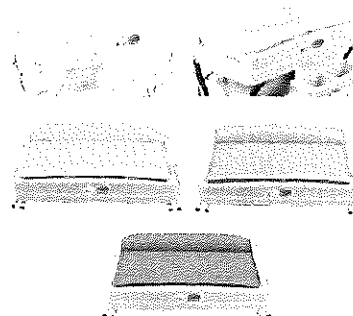
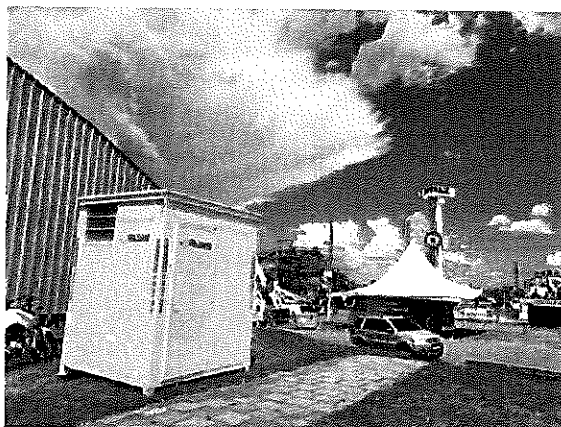
As imagens a seguir são de caráter meramente ilustrativo e têm como objetivo visualizar os possíveis resultados das estratégias propostas no eixo de Cultura e Lazer. As ilustrações representam cenários futuros desejados, que poderão ser alcançados com a implementação das ações descritas, servindo como inspiração para as intervenções planejadas.



Veículo Itinerante Cultural (imagem ilustrativa)



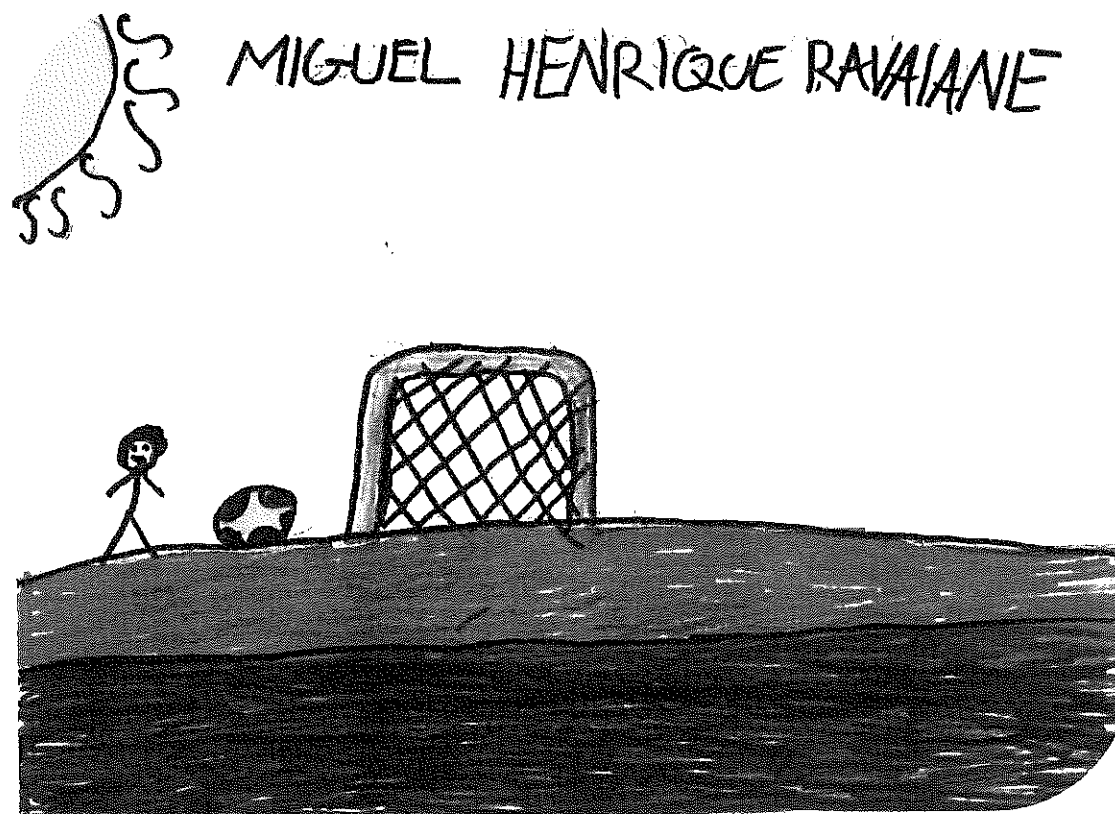
Equipamentos e brinquedos (imagem ilustrativa)



Fraldário móvel (imagem Ilustrativa)



Cinema Vivo - Sessão Azul (imagem ilustrativa)



8.6. Direito ao Esporte

"A criança e o adolescente têm direito à informação, cultura, lazer, esportes, diversões, espetáculos e produtos e serviços que respeitem sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento." (Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, art. 71)

Benefícios da Prática de Esportes na Primeira Infância

Promover o acesso ao esporte desde a primeira infância é de fundamental importância, uma vez que a prática esportiva traz inúmeros benefícios para o desenvolvimento integral das crianças, tanto no aspecto físico quanto no cognitivo e no emocional.

- Desenvolvimento motor: as atividades físicas ajudam as crianças a compreender melhor seus corpos e o espaço ao seu redor. Elas aprendem



sobre equilíbrio, lateralidade, coordenação e controle, tudo isso enquanto se divertem. À medida que crescem, seus movimentos se tornam mais precisos, fortalecendo a musculatura e melhorando a flexibilidade e a agilidade. O desenvolvimento motor fino também contribui para o aprendizado da escrita, envolvendo a manipulação de objetos e limites materiais.

- Estímulo de habilidades cognitivas: além dos benefícios motores, o esporte também promove o desenvolvimento cognitivo. As atividades esportivas organizadas estabelecem objetivos claros, como acertar um gol no futebol, o que estimula as crianças a pensar, planejar e tomar decisões rápidas. Isso contribui para o desenvolvimento cognitivo e para a autonomia.
- Benefícios para a saúde: a prática esportiva melhora a capacidade cardiorrespiratória, sendo particularmente benéfica para crianças com condições como bronquite e asma (com a devida recomendação médica). Além disso, fortalece ossos e músculos, melhora o metabolismo e o sistema imunológico, reduzindo a suscetibilidade a infecções. A liberação de endorfinas durante o exercício físico também promove bem-estar e melhora o padrão de sono.
- Ferramenta de socialização: atividades esportivas em grupo ajudam as crianças a desenvolver habilidades sociais essenciais. Elas aprendem sobre pertencimento a um grupo, trabalho em equipe, cooperação e respeito às regras. Atividades como capoeira, que integram dança, música e jogos, ajudam a superar a timidez, aumentar a autoestima e promover interações sociais mais seguras.
- Controle emocional: o esporte é uma ferramenta poderosa para o controle emocional das crianças. Durante a prática esportiva, elas gastam energia, enfrentam desafios e expressam emoções como raiva e frustração. Isso contribui para reduzir a ansiedade, melhorar a concentração e desenvolver o controle emocional.



A prática de esportes na primeira infância é fundamental para o desenvolvimento saudável da criança. Nesse período, as crianças adquirem habilidades que levarão para toda a vida, o que torna essencial proporcionar a elas oportunidades de atividades físicas desde cedo.

A Primeira Infância: uma Etapa Fundamental

A atividade física na infância não apenas desenvolve a coordenação motora e o equilíbrio, mas também ajuda a prevenir doenças relacionadas ao sedentarismo, como diabetes e sobrepeso.

ATIVIDADES FÍSICAS DE 0 A 2 ANOS

Nos primeiros anos de vida, as atividades físicas devem ser leves e voltadas ao desenvolvimento motor. Bebês e crianças pequenas podem se beneficiar de atividades como segurar, puxar, empurrar objetos e movimentar a cabeça, o corpo e os membros. A Sociedade Brasileira de Pediatria recomenda ao menos 180 minutos de atividades ao longo do dia para crianças que já conseguem andar. Contudo, é importante que essas atividades sejam lúdicas e não exijam grande esforço físico.

ATIVIDADES FÍSICAS DE 2 A 5 ANOS

Para crianças entre 2 e 5 anos, as atividades devem ser mais dinâmicas e incluir brincadeiras como andar de bicicleta, pular, correr e jogar bola. O ideal é que pratiquem pelo menos três horas de exercícios físicos ao longo do dia. Além disso, jogos de perseguição e brincadeiras com bexigas d'água são ótimas opções. A partir dos três anos, é possível iniciar atividades mais estruturadas, como natação, luta, dança e esportes coletivos.

ATIVIDADES FÍSICAS AOS 6 ANOS

Aos seis anos, é importante propor atividades que desafiem as crianças. A recomendação da Sociedade Brasileira de Pediatria é de pelo menos uma hora diária de atividades físicas de intensidade moderada, contribuindo para o fortalecimento muscular e desenvolvimento saudável. Modalidades como vôlei, natação, futebol, ciclismo e handebol são excelentes opções para essa faixa etária.



Serviços, Programas e Projetos

O esporte tem uma longa tradição em Sabará, envolvendo a participação ativa das comunidades e atraindo públicos variados, desde crianças até idosos. O futebol é a modalidade com maior engajamento, com diversos torneios e campeonatos ao longo do ano. Além do futebol, outras modalidades e eventos são oferecidos e apoiados pela Secretaria de Esportes, como o Projeto Viva Mais (atividades para idosos), Trail Run, oficinas de dança, futsal, voleibol, basquete, cross country, taekwondo, jiu-jitsu, treinões, passeios ciclísticos, JIMI (Jogos do Interior de Minas) e JEMG (Jogos Escolares de Minas Gerais).

DESAFIOS DO ESPORTE E LAZER

- Insuficiência de ações esportivas e de lazer para a primeira infância, especialmente para as crianças de 0 a 3 anos.
- Centralização das ações relacionadas ao esporte no território municipal.
- Falta de materiais e equipamentos, como veículos para o transporte dos funcionários.
- Falta de profissional especializado para atendimento à primeira infância na Secretaria de Esportes.
- Baixa integração de equipe multidisciplinar.

Quadro Operativo 31 – EIXO ESPORTE

Área temática	Direito ao Esporte
Problema (desafio validado)	Falta de profissionais capacitados e material específico para atendimento à primeira infância
Indicador do diagnóstico	Falta de projetos de esporte e lazer que atendam à primeira infância. Pesquisa da OMS sobre obesidade infantil: o número de crianças obesas menores de 5 anos de idade saltou de 31 milhões para 41 milhões entre os anos de 1990 e 2014. Cada vez mais os brinquedos e brincadeiras são trocados por jogos virtuais e uso excessivo de telas. Crianças mais sedentárias e já desenvolvendo doenças sérias. Menor interação social e má desenvolvimento de capacidades cognitivas.
Objetivo	Garantir o direito ao esporte e ao lazer à criança na primeira infância, promovendo esportes e atividades lúdicas, principalmente "o brincar" e brincadeiras, contribuindo para o desenvolvimento motor, cognitivo e social
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	3 - Boa saúde e bem estar
Ação finalística	Crianças com saúde





Nº	Meta	Prazo	Território	Gerência	Intersetorialidade
Meta 1	35% das crianças na primeira infância incluídas em projetos e programas específicos	2030	Complexo Esportivo Praia do Ó Siderúrgica	Coordenação de Projetos	Secretaria Municipal de Esportes
Ação 1.1	Realização do Projeto Natação Infantil (0 a 3 anos)				
Ação 1.2	Contratação de profissionais de Educação Física com vivência em atividades aquáticas				
Ação 1.3	Divulgação das ações				
Ação 1.4	Execução do projeto				
Meta 2	50% das crianças com necessidades especiais incluídas em projetos e programas destinados à primeira infância	2030	PRAESA/ Núcleos nos bairros mais distantes	Coordenação de Projetos	Secretaria Municipal de Esportes
Ação 2.1	Realização do Projeto Futsal para crianças do espectro autista (6 a 12 anos)				
Ação 2.2	Contratação de profissionais especializados				
Ação 2.3	Divulgação das ações				
Ação 2.4	Execução do Projeto				



Nº	Meta	Prazo	Território	Gerência	Interseccionalidade
Meta 3	Realização de, no mínimo, 5 campeonatos e 5 torneios anuais para a primeira infância	2034	Bairros do município	Coordenação de Projetos	Secretaria Municipal de Esportes
Ação 3.1	Realização de campeonato de futebol entre comunidades (até 6 anos)				
Ação 3.2	Divulgação das ações				
Ação 3.3	Reunião com equipes dos bairros Verificação de possíveis espaços para realização dos jogos Destinação de profissionais e estagiários para organização e acompanhamento dos jogos				
Ação 3.4	Realização da final no centro da cidade, envolvendo as famílias				
Meta 4	100% das crianças com Síndrome de Down demandantes realizando atividades esportivas programadas	2034	Haras da cidade	Coordenação de Projetos	Secretaria Municipal de Esportes Secretaria de Saúde
Ação 4.1	Oferta de Equoterapia (Hipoterapia) para crianças com Síndrome de Down (a partir de 3 anos)				
Ação 4.2	Definição do local				
Ação 4.3	Parceria com haras e locais adequados				
Ação 4.4	Contratação de profissionais especializados: fisioterapeuta, psicomotricista, equitadores ou fonoaudiólogo				
Ação 4.5	Execução do Projeto				



9. Governança, Monitoramento e Comunicação

Conforme o Decreto Municipal nº 2.539/2024, que institui o Comitê Intersetorial da Primeira Infância de Sabará, compete a esse comitê o exercício da governança sobre este planejamento. Essa governança abrange as ações de monitoramento, avaliação, atualização e comunicação relativas ao PMPI. Dada a natureza intersectorial deste plano, é atribuída a corresponsabilidade das entidades e secretarias envolvidas nas ações, assim como do CMDCA.

Os mecanismos de monitoramento e avaliação do PMPI devem se basear na coleta sistemática de dados quantitativos e qualitativos, incluindo a escuta periódica de grupos de mães, pais, cuidadores e crianças beneficiárias. Isso facilitará a análise dos dados e, em um segundo momento, permitirá ponderar os resultados da implementação do PMPI, com vistas à garantia dos direitos e ao desenvolvimento integral das crianças de 0 a 6 anos em Sabará.

Embora os monitoramentos periódicos (como os quadrimestrais) já ocorram em conformidade com normativas instituídas por diversos programas e conselhos vinculados aos eixos trabalhados no PMPI, o Comitê Intersetorial propõe a realização de avaliações bianuais específicas para o monitoramento deste plano. Essas avaliações deverão gerar relatórios que serão disponibilizados ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e aos Conselhos Setoriais. Da mesma forma, as secretarias responsáveis pelos dados necessários ao monitoramento do PMPI devem fornecer relatórios ao Comitê Intersetorial da Primeira Infância com essa mesma periodicidade. Essas avaliações bianuais são fundamentais e devem subsidiar as revisões ou atualizações deste plano decenal. Tais revisões podem ocorrer de forma extraordinária, conforme necessidades identificadas pelo Comitê Intersetorial, ou programaticamente, a cada dois anos.

A comunicação referente ao PMPI será de responsabilidade da Gerência de Comunicação da Prefeitura de Sabará, que deverá seguir as diretrizes definidas pelo Comitê Intersetorial da Primeira Infância, alinhadas aos interesses da temática.

Quadro Operativo 32 – GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO

Área temática	Governança, Monitoramento e Comunicação
Problema (desafio validado)	Ausência de diretrizes para o exercício regimental da governança do Comitê Intersectorial junto ao PMPI e às políticas públicas para a primeira infância
Indicador do diagnóstico	Comitê Intersectorial para a Primeira Infância sem Regimento Interno e com governança reativa
Objetivo	Fortalecer a governança do Comitê Gestor Intersectorial junto ao PMPI e às políticas públicas para a primeira infância, por meio de atuação efetiva do comitê
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	16 - Paz, justiça e instituições eficazes 17 - Parcerias e meios de implementação
Ação finalística	As famílias e as comunidades das crianças





Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Interseitorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	Uma reunião ordinária mensal, representativa e regimental do Comitê Interseitorial da Primeira Infância					
Ação 1.1	Realização de reunião com os representantes faltantes do Comitê Interseitorial, para sensibilizá-los sobre a importância do Comitê	Comitê Interseitorial da Primeira Infância com reuniões representativas				
Ação 1.2	Realização de reuniões para elaboração da minuta do Regimento Interno do Comitê	Regimento Interno aprovado	Contínuo	Comitê Interseitorial de Primeira Infância	Secretarias Municipais afins	Municipal
Ação 1.3	Realização de reunião para aprovação do Regimento Interno do Comitê	Número de reuniões do Comitê Interseitorial de Primeira Infância realizadas				
Ação 1.4	Elaboração do calendário de reuniões mensais do Comitê com os devidos registros documentais					

Quadro Operativo 33 – GOVERNANÇA, MONITORAMENTO E COMUNICAÇÃO

Área temática	Governança, Monitoramento e Comunicação
Problema (desafio validado)	Cultura institucional intersetorial em construção, com fragilidade nas ações de monitoramento, avaliação e comunicação
Indicador do diagnóstico	Ausência de diretrizes para o monitoramento, avaliação, atualização e comunicação referentes ao PMPI
Objetivo	Consolidar o PMPI com políticas públicas efetivas para a primeira infância
Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS)	16 - Paz, justiça e instituições eficazes 17 - Parcerias e meios de implementação
Ação finalística	As famílias e as comunidades das crianças



Nº	Meta	Indicador	Prazo	Gerência	Intersectorialidade	Qualificação Orçamentária
Meta 1	PMPI atualizado e relevante para as políticas públicas relacionadas					
Ação 1.1	Recebimento de relatórios setoriais anuais das metas, ações e indicadores do PMPI	Número de relatórios elaborados de monitoramento anual do PMPI				
Ação 1.2	Realização de audiências públicas bianuais referentes à implementação do PMPI para a escuta ativa de pais, mães, cuidadores e profissionais relacionados à primeira infância	Número de audiências públicas e escutas ativas das crianças realizadas para o monitoramento da implementação do PMPI		Comitê Intersectorial de Primeira Infância		
Ação 1.3	Realização de escutas ativas trienais das crianças beneficiárias, preferencialmente conforme metodologia inicial aplicada	Número de revisões/atualizações realizadas do PMPI	Regularmente, até 2034		Secretarias Municipais afins	Municipal
Ação 1.4	Realização de avaliação de monitoramento bianual do PMPI					
Ação 1.5	Elaboração de relatório de monitoramento bianual do PMPI para o CMDCA e conselhos setoriais	Número de reuniões realizadas do Comitê Intersectorial de Primeira Infância com a Gerência de Comunicação		Gerência de Comunicação da Prefeitura Municipal		
Ação 1.6	Realização de revisão/atualização ordinária bianual do PMPI, ou extraordinária, conforme pertinência					
Ação 1.7	Realização de reunião anual com a Gerência de Comunicação da Prefeitura para estabelecimento de uma agenda prospectiva referente à comunicação das ações previstas no PMPI	Número de matérias ou eventos previstos no PMPI cobertos pela Gerência de Comunicação				



10. Considerações Finais

Mais do que apenas expressar um desejo ou uma necessidade da sociedade sabarense, este PMPI representa um compromisso formal de nossa cidade com o início da vida, para os próximos 10 anos. De forma prática, espera-se que este instrumento contribua decisivamente para a elaboração dos futuros ciclos de planejamento municipal nas áreas de saúde, desenvolvimento social, educação e outras áreas afins. Esses planejamentos também devem considerar e refletir as necessidades sociais dos nossos bebês e crianças, cidadãos sabarense aqui representados.

A implementação deste PMPI significa fortalecer as políticas públicas voltadas para a primeira infância, aplicando recursos de maneira estratégica e eficiente. Isso será alcançado por meio de um monitoramento contínuo e pela articulação intersetorial de seus objetivos, garantindo que as ações sejam integradas e eficazes para o desenvolvimento pleno das nossas crianças.

Agradecimentos

É com o brilho nos olhos do *"tesáberabusu"* que firmamos este documento, agradecendo a cada uma das pessoas e aos setores públicos envolvidos, que não mediram esforços para, em tantas reuniões semanais do nosso Comitê Gestor da Primeira Infância, colaborar com a elaboração deste PMPI. Adicionalmente, este plano expressa gratidão especial às nossas crianças, verdadeiras protagonistas que, em suas escolas, comunidades e programas, junto de suas professoras e demais profissionais da área da infância, deram asas à imaginação e nos inspiraram a superar desafios e a planejar desejos.

Com justiça, estendemos nosso agradecimento ao município de Sabará, na pessoa de seu atual prefeito, Wander Borges, que, nos últimos anos, tem se destacado pela implementação de políticas públicas de qualidade voltadas para a primeira infância, pela prestação contínua de serviços de excelência e pelo fortalecimento de vínculos de proteção e de afetividade. Essas ações demonstram a importância de gestores que investem estrategicamente nessa fase crucial da vida humana: a primeira infância. O resultado é o pleno desenvolvimento integral das nossas crianças. Também agradecemos a participação incondicional dos poderes constituídos - especialmente o Executivo e o Legislativo -, bem como da sociedade civil, das entidades não governamentais, dos pais e responsáveis, dos Conselhos, em especial, CMDCA e Conselho Tutelar, além do Programa Primeira Infância no SUAS (Criança Feliz), entre outros, que compõem o Comitê Gestor da Primeira Infância de Sabará/MG. Agradecemos à Câmara Municipal de Sabará, a qual prontamente indicou seus representantes para integrar de forma efetiva o nosso Comitê Gestor.

A elaboração deste plano municipal contou com o apoio significativo da Rede Primeira Infância - Minas Gerais (REPI-MG), especialmente na pessoa da secretária executiva Desireé Ruas, a quem registramos nosso sincero agradecimento por ter demonstrado, desde o início, uma incansável dedicação para concretizar este sonho.

Por fim, expressamos nossa gratidão a todos que escreveram seus nomes na história da nossa querida Sabará, de tantas glórias e belezas, agora ainda mais enriquecida com a implantação do 1º Plano Municipal pela Primeira Infância.



REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Publicado em 05 de outubro de 1988. Brasília, DF.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. **Lei nº 13.257 – Marco legal da Primeira Infância**. Publicada em 8 de março de 2016.

IFAN – INSTITUTO DA INFÂNCIA. **Instrumental Diagnóstico da Primeira Infância**. Fortaleza, 2024.

IFAN – INSTITUTO DA INFÂNCIA. **Instrumento de Diagnóstico Situacional da Primeira Infância e Marco Lógico para a Elaboração dos Planos Municipais pela Primeira Infância**. Fortaleza, 2013.

LOPEZ, Maria Emília. **Um Mundo Aberto - Cultura e Primeira Infância**. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda.

PLANO NACIONAL DA PRIMEIRA INFÂNCIA. **Plano Nacional da Primeira Infância 2010 - 2022 | 2020 - 2030**. Brasília, DF: Rede Nacional Primeira Infância, ANDI Comunicação e Direitos, 2ª ed. revista e atualizada, 2020.

PREFEITURA DE SOBRAL. **Plano Municipal pela Primeira Infância 2022-2032**. Sobral: Secretaria Municipal de Saúde, 2022.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. **Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância**. 4ª ed. Brasília, DF: RNPI/ANDI, 2020.

ROSA, Lucelina Rosseti. **Cultura e primeira infância: Perspectivas para as crianças de pouca idade**. Revista do Centro de Pesquisa e Formação, n. 3.

SABARÁ – MG. **Plano Municipal de Saúde 2022 / 2025**. Sabará: Secretaria Municipal de Saúde.

Documentos eletrônicos

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA**. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.

BRASIL. **Lei nº 13.257 – Marco legal da Primeira Infância**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm. Acesso em: 29 jul. 2024.



FUNDAÇÃO MARIA CECÍLIA SOUTO VIDIGAL. **Relatório “Primeira Infância Primeiro – Sabará – MG”**. Disponível

em: <https://primeirainfanciaprimeiro.fmcsv.org.br/municipios/sabara-mg/>. Acesso em: 10 maio 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <https://www.un.org/sustainabledevelopment/pt/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel/>. Acesso em: 29 jul. 2024.

NAÇÕES UNIDAS. **Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 29 jul. 2024.

REDE NACIONAL PRIMEIRA INFÂNCIA. **Recomendações para os Planos pela Primeira Infância**. Disponível em: <http://primeirainfancia.org.br/>. Acesso em: 15 set. 2024.

SABARÁ – MG. **Histórico do Município de Sabará**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sabara/historico>. Acesso em: 15 set. 2024.



Apêndice A

Análise Quantitativa da Escuta das Crianças

Tema / Regional	Sede	Rocha Grande	General Carneiro	N.S. Fátima	Ravena	Ana Lúcia	Borges
Outras Leituras Técnicas	112	78	70	22	10	20	7
Moradia e Alimentação	43	82	25	7	3	5	8
Cultura, Esporte e Lazer	43	36	24	2	16	4	2
Meio Ambiente	22	5	22	6	5	9	0
Questões Urbanas	15	15	8	0	7	2	0
Emprego	1	15	2	0	0	3	3
Educação	2	13	1	2	1	0	1
Saúde	6	8	2	0	0	3	0
Segurança	1	1	1	0	0	0	0
Visão das Crianças Atípicas	4	0	0	0	0	0	0
TOTAL DE DESENHOS (805)	249	253	155	39	42	46	21
PRIORIDADE DA REGIONAL (nº1 do Ranking)	112	82	70	22	16	20	8
PORCENTAGEM	30,93%	31,43%	19,25%	4,84%	5,22%	5,71%	2,61%

Ranking
1º
2º
3º

Análise Qualitativa da Escuta das Crianças

Para a escuta das crianças, foi realizada a seguinte logística: em relação à Secretaria Municipal de Assistência Social, participaram crianças vinculadas a serviços, programas e projetos, a saber: Programa Criança Feliz, Casa Lar Bom Pastor e Família Acolhedora.

Uma vez que Sabará possui um território extenso e diversificado, foi necessário correlacionar os indicadores levantados de maneira estratificada, separando-os por regiões específicas, conforme abaixo:

SEDE

Foram coletados 249 desenhos, representando 30,93% da amostra total, posicionando-se em primeiro lugar "outras leituras técnicas", com 112 desenhos. Em seguida, "moradia e alimentação", além de "cultura, esporte e lazer" empataram com 43 desenhos cada, e em terceiro lugar, "meio ambiente", com 22 desenhos. Ressalta-se que os demais indicadores foram mencionados, mas não considerados prioritários pelas crianças. "Questões urbanas" obteve 15 desenhos, "saúde" 6, "educação" 2, "emprego" 1 e "segurança" 1. Da região, também participaram quatro crianças de inclusão da E.M. Padre Sebastião Tirino. De forma geral, embora todas as categorias tenham sido mencionadas como essenciais pelas crianças, do ponto de vista delas, algumas questões não refletem seus maiores interesses.

ROÇA GRANDE

Foram coletados 253 desenhos, constituindo a maior amostragem do município, com 31,43% do total. Em primeiro lugar, "moradia e alimentação" liderou com 82 desenhos, seguido por "outras leituras técnicas", com 78 desenhos, e "cultura, esporte e lazer" com 36 desenhos. Os demais indicadores foram citados, mas não priorizados pelas crianças. "Meio ambiente" obteve 5 desenhos, "questões urbanas" 8, "emprego" e "saúde" 2 cada, e "educação" e "segurança" 1 cada. Assim como na Sede, todos os indicadores foram considerados importantes, porém não refletiram as principais prioridades das crianças.



GENERAL CARNEIRO

Foram obtidos 70 desenhos, correspondendo a 19,25% da amostragem. "Outras leituras técnicas" foi o tema mais representado, com 70 desenhos, seguido por "moradia e alimentação", com 25, e "cultura, esporte e lazer", com 24 desenhos. "Meio ambiente" teve 22 desenhos, seguido por "questões urbanas" com 8. "Emprego" e "saúde" empataram com 2 desenhos cada, enquanto "educação" e "segurança" tiveram 1 desenho cada. Embora todos os temas tenham sido considerados relevantes, as crianças não demonstraram grande interesse por questões como saúde e segurança.

ANA LÚCIA

Com 46 desenhos (5,71% da amostra geral), a categoria "outras leituras técnicas" liderou, com 20 desenhos. "meio ambiente" seguiu com 9, e "moradia e alimentação" com 5. A categoria "cultura, esporte e lazer" teve 4 desenhos, e "emprego" e "saúde" empataram com 3 desenhos cada. "Questões urbanas" obtiveram 2 desenhos, enquanto "educação" e "segurança" não foram representadas. Apesar de algumas categorias não terem sido representadas nos desenhos, são consideradas relevantes pelas crianças.

RAVENA

Foram coletados 42 desenhos, correspondendo a 5,22% da amostra. A categoria "cultura, esporte e lazer" liderou com 16 desenhos, seguido por "outras leituras técnicas" com 10 e "questões urbanas" com 7. "meio ambiente" obteve 5 desenhos e "moradia e alimentação" 7. "Educação" foi representada por 1 desenho, enquanto "emprego", "saúde" e "segurança" não foram pontuados. Apesar de algumas categorias não terem sido desenhadas, todas são vistas como importantes pelas crianças.

NOSSA SENHORA DE FÁTIMA

Com 39 desenhos (4,84% da amostra), "outras leituras técnicas" liderou com 22 desenhos, seguido por "moradia e alimentação" com 7 e "meio ambiente" com 6. "educação" teve 2 desenhos. "questões urbanas", "emprego", "saúde" e "segurança" não foram representados nesta amostragem. Ainda que algumas categorias não tenham sido desenhadas, todas são consideradas importantes pelas crianças.

BORGES

Foram coletados 21 desenhos, representando 2,61% da amostra geral. "moradia e alimentação" foi o tema principal, com 8 desenhos, seguido por "outras leituras técnicas" com 7. "Emprego" ficou em terceiro lugar com 3 desenhos. A categoria "cultura, esporte e lazer" teve 2 desenhos, e "educação" teve apenas 1. As categorias "meio ambiente", "questões urbanas", "saúde" e "segurança" não foram representadas. Todas as categorias são consideradas relevantes, mesmo sem terem sido desenhadas.

CONCLUSÃO

Na análise geral, observou-se que as crianças têm consciência da importância das políticas públicas direcionadas ao seu perfil etário, visto que sua colaboração foi muito significativa para a construção deste plano, demonstrando um grande interesse ao longo do processo, especialmente porque elas se reconhecem como o foco principal dessas ações. Afinal, são elas o objetivo central e a prioridade absoluta de toda política voltada para a infância.

Outras nuances relevantes dizem respeito ao desenvolvimento infantil, já que a percepção das crianças reflete seu perfil cognitivo em formação, o que pode limitar a compreensão completa da complexidade das políticas públicas. Ainda assim, suas contribuições foram extremamente valiosas, pois expressaram, de forma espontânea, o contexto de vida em que estão inseridas. Os altos índices de desenhos categorizados como "outras leituras técnicas" não indicam irrelevância, mas sim um reflexo natural do desenvolvimento infantil.



Quanto à baixa incidência de temas como saúde e segurança, isso pode ser explicado pelo fato de que as crianças priorizam questões relacionadas ao brincar. O indicador "educação" também apresentou baixa incidência, possivelmente porque as crianças não associam diretamente o aprendizado ao ato de brincar. Um fator adicional que deve ser considerado é a replicação de ideias de colegas durante as dinâmicas, o que pode ter influenciado as respostas de algumas crianças.

Depoimentos das Crianças

"Eu construiria casas mais bonitas para as pessoas, faria parques para todas as crianças se divertirem e escolas para estudar".

Bryan Ismael Lopes, 4 anos

EM Professora Aparecida Batista

"Eu deixaria o mundo com mais flores, árvores, pessoas juntas brincando e sorrindo".

Fernanda Alves Lourenço, 4 anos

EM Professora Aparecida Batista

"Comida para todo mundo".

Maria Eduarda, 4 anos

EM Maria Célia de Freitas

"Todo mundo teria casa, cuidaria das árvores e dos animais, e as crianças brincariam felizes".

Eloá Cristina Rodrigues, 4 anos

EM Professora Elza Soares

"As crianças seriam felizes em lugares felizes".

Heitor, 5 anos

CEI Dona Arminda Barbosa Amorim

"Limpar a natureza".

Emanuelly, 4 anos

EM Professora Marita Dias

"Limpeza no rio".

Victor Gabriel Gomes, 6 anos

EM Padre Sebastião Tirino

"Trabalho para mamães e papais".

Anthony, 4 anos

EM Maria Costa Pinto

"Construir uma escola muito bonita".

Isabelly, 4 anos

EM Orozimbo Vaz de Araújo Costa

"As casas seriam perto dos hospitais".

Luisa, 5 anos

CEI Irmãos Santos Braz

"Que o ônibus fosse até a minha casa e que o lixeiro pegasse o lixo lá".

Adrian, 3 anos

EM Geraldo dos Santos

"Ruas mais limpas para brincar".

Malu, 5 anos

EM Geraldo dos Santos

"Se eu mandasse em Sabará, eu daria uma cesta básica para as pessoas que não têm dinheiro para comprar comida".

Maria Cecília, 6 anos

EM Maria Célia de Freitas



Anexo A

Decreto de Criação do Comitê da Primeira Infância de Sabará/MG



Prefeitura Municipal de Sabará

Rua Dom Pedro II, 200 – CEP: 34805-000 – Sabará – MG
Fones: (31) 3672-7672 - Fax (31) 3674-2909

DECRETO NÚMERO 2.539/2024

"Institui o Comitê da Primeira Infância no Município de Sabará/MG e dá outras providências".

O Prefeito Municipal de Sabará, no uso de atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e

considerando a Lei Federal nº 13.257, de 08 de março de 2016, que dispõe sobre o Marco Legal da Primeira Infância e estabelece princípios e diretrizes para a formulação e implementação de políticas públicas para primeira infância;

considerando a necessidade de articular esforços entre os Poderes Executivo e Legislativo Municipais e de organizações não governamentais sediadas em Sabará/MG, DECRETA:

Art. 1º Fica instituído o Comitê da Primeira Infância no Município de Sabará/MG, com a finalidade de planejar, promover, coordenar, avaliar e monitorar as políticas públicas relacionados à primeira infância no âmbito municipal.

Art. 2º O Comitê da Primeira Infância será composto por representantes dos seguintes órgãos, instituições e entidades:

- I – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social;
- II – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Educação;
- III – 02 (dois) representantes da Secretaria Municipal de Saúde;
- IV – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;
- V – 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura;
- VI – 01 (um) representante da Câmara Municipal, oriundo de comissão pertinente;
- VII – 01 (um) representante do Conselho Tutelar;



Prefeitura Municipal de Sabará

Rua Dom Pedro II, 200 – CEP: 34505-000 – Sabará – MG
Fones: (31) 3672-7672 - Fax (31) 3674-2008



VIII – 01 (um) representante de instituição de Acolhimento Institucional e/ou Familiar de Criança e Adolescente, indicado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

IX – 01 (um) representante do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

X – 01 (um) representante que seja mãe, pai ou responsável de criança típica menor de 06 (seis) anos, a ser indicado pela Secretaria Municipal de Educação;

XI – 01 (um) representante que seja mãe, pai ou responsável de criança atípica menor de 06 (seis) anos, a ser indicado pela Secretaria Municipal de Educação;

XII – 01 (um) representante do setor de Comunicação da Prefeitura Municipal de Sabará;

XIII – 01 (um) representante do Programa executor da Política Pública da Primeira Infância, a ser indicado pela Secretaria Gestora.

§1º) Cada representante titular terá um suplente oriundo da mesma categoria representativa.

§2º) A nomeação dos membros titulares e suplentes será feita por meio de Decreto do Poder Executivo.

§3º) A falta de indicação ou nomeação de qualquer representante não inviabilizará a instituição e/ou funcionamento do Comitê.

§4º) O exercício da função de membro do Comitê da Primeira Infância não será remunerado, sendo considerado serviço público relevante.

§5º) Na presença do membro titular, o membro suplente não terá direito a voto nas reuniões.

§6º) Representantes do Ministério Público, da Defensoria Pública e do Poder Judiciário poderão participar do Comitê na condição de convidados em caráter permanente.

§7º) O Comitê poderá convidar profissionais e/ou especialistas para contribuir com o processo e análise de temas relacionados à primeira infância.



Prefeitura Municipal de Sabará

Rua Dom Pedro II, 200 – CEP: 34505-000 – Sabará – MG
Fones: (31) 3672-7672 • Fax (31) 3674-2009

Art. 3º) A Coordenação do Comitê deverá ser definida na primeira reunião e será responsável pela organização da agenda de trabalhos.

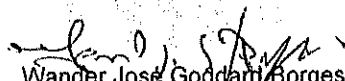
Art. 4º) O Comitê da Primeira Infância terá seu funcionamento regulado por Regimento Interno, que deverá ser elaborado e aprovado pelos membros.

Art. 5º) O Poder Executivo Municipal fornecerá a estrutura necessária para o adequado funcionamento do Comitê da Primeira Infância.

Art. 6º) Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Mando, portanto, a quem o conhecimento e a execução do presente Decreto pertencer, que o cumpra e o faça cumprir, tão inteiramente como nele se contém.

Prefeitura Municipal de Sabará, 19 de fevereiro de 2024.


Wander José Goddard Borges
Prefeito Municipal

Anexo B

Ata de reunião para aprovação do PMPi pelo CMDCA e lista de presença dos participantes.

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Sabará



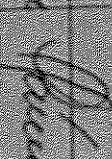
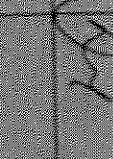
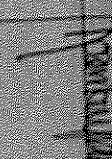
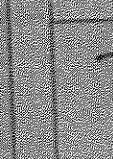
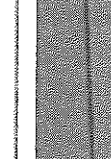
Lei Federal 8.069/90 - Lei Municipal 2.064/2015
Rua Presidente Juscelino Kubitschek, 185, Siderúrgica, Sabará/MG
casadosconselhos@sabara.mg.gov.br – (31) 3674-1818

ATA DA PLENÁRIA EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Aos 30 (trinta) dias do mês de outubro de 2024, às 14 horas, em reunião presencial no Centro Administrativo Hélio Geraldo de Aquino, situado na Rua Marquês de Sapucaí, 317 - Centro, Sabará - MG, 34505-600, reuniram-se os membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente: Alexandre Barros de Souza, Lucas Mendes Silva, Guilherme Aguiar Eloy, Flávia Rafaela Gomes Goddard, Patrícia Marques da Conceição Godói, Rosemary Santana, Graziela Elen Ferreira Costa Silva, Cristiane Villela Jordão, Natália Carolina Melo, Gabriel Alex Borges Reis e Evandra Fátima Félix. Ressaltando a presença dos conselheiros tutelares Ronaldo e Ana Paula, Vereador Sidinho, os Secretários de Esporte, Educação e Meio Ambiente, Sr. Antônio Honório, Sra. Fernanda Silveira e Sra. Andreia Saraiva, além dos demais convidados conforme consta na lista de presença. Após a abertura da plenária realizada pelo presidente Sr. Alexandre Barros, o qual agradeceu a todos presentes e ressaltou a importância da pauta de hoje, sendo esta plenária exclusiva para a apresentação do Plano Municipal da Primeira Infância, demos sequência convidando o Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Sr. Wellington Duarte para apresentar o Plano Municipal de Primeira Infância. O Sr. Wellington Duarte iniciou sua fala ressaltando a importância de todos atores envolvidos na construção do Plano Municipal da Primeira Infância, e foi dada a palavra aos secretários, os quais ressaltaram a importância desse plano que irá pautar as ações que irão impactar diretamente nas nossas crianças. Em seguida foi dada a palavra ao Dr. Allion Cesário, médico e colaborador da construção do plano. Sr. Allion apresentou e explicou o plano ressaltando a importância de se investir na infância. Perpassou por todas as políticas públicas e explicou as metas que queremos alcançar. Após as considerações dos presentes, realizou-se a deliberação do plano sendo aprovado por unanimidade. Não havendo mais nada a tratar, a reunião foi encerrada, e esta ata, redigida por mim, Sílvia Moraes, Secretária Executiva do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, foi lida e aprovada pelos conselheiros presentes. Sabará, 30 de outubro de 2024.

GOVERNO

Nome do Conselheiro	Secretaria Municipal	Telefone	E-mail	Assinatura
Graziela Elen Ferreira Costa Silva Titular	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	3694 8825	gandra.elen@pibma.org.br	
Cristiane Vilela Jordão Suplente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	3692 9919	cristiane.vilela@hotmail.com	
Simone dos Anjos Rocha Titular	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social			
Natália Carolina Melo Suplente	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	3612 1316	natalia.melo.soc@pibma.org.br	
Jessica Carolina Luz Nonato Titular	Secretaria Municipal de obras			
Marco Túlio de Sena Reis Suplente	Secretaria Municipal de Educação			
Mariana Rocha de Oliveira e Silva Titular	Secretaria Municipal de Educação			
Lais de Paula Ramalho Suplente	Secretaria Municipal de Esportes	365034161	gandra.elen@pibma.org.br	
Gabriel Alex Borges Reis Titular	Secretaria Municipal de Esportes	365249334	gandra.elen@pibma.org.br	
Evandra Fátima Félix Suplente	Secretaria Municipal de Saúde			
Vinícius Silva Bento Titular	Secretaria Municipal de Saúde			
Amanda Gonçalves de Souza Suplente		361243994		

SOCIEDADE CIVIL				
Nome do Conselheiro	Representação	Telefone	E-mail	Assinatura
Alexandre Soares de Souza Titular	Associação da Vila Reunidas Núcleo Esportivo e Cultural	185553013	alexandre@reunidas.org.br	
Vicente Farias dos Santos Suplente	Associação da Vila Reunidas Núcleo Esportivo e Cultural	994399394	vicente@reunidas.org.br	
Lucas Mendes Silva Titular	Projeto Bom Pastor	994399394	lucas@reunidas.org.br	
Karla Huizer Lockmann Suplente	Projeto Bom Pastor	994399394	assoc@reunidas.org.br	
Guthrie Aguiar Eloy Titular	Associação Projeto Vida	994399394	assoc@reunidas.org.br	
Cristiane de Souza Demetres Suplente	Associação Projeto Vida			
Juana Rafaela Gomes Godard Titular	Associação Fundamental Casa Azul	998053929	gabara@reunidas.org.br	
Adriana Alice Rodrigues Borges Suplente	Associação Fundamental Casa Azul			
Patricia Marques da Conceição Godoi Titular	Org Rede Colaborativa Brasil	31995646220	orgrede@gmail.com	
Bethelen Castilane Ferreira Alexandre Suplente	Org Rede Colaborativa Brasil			
Rosmary Santana da Silva Titular	Creche Comunitária Centro Infantil Alvorada	21997838667	rosmarysantana@reunidas.org.br	
Adriana Paula Moreira Suplente	Creche Comunitária Centro Infantil Alvorada			

Nome	Representação	Telefone	E-mail
Talita Santos Oliveira	Cooperativa Feliz	(31) 993471165	Talita.Santos@gmail.com.br
Denilson Spande Bualo Alencar	gratão	(31) 325351001	denilsonspande@gmail.com.br
Ana Carolina Costa	Cooperativa Feliz	9 8852-7137	mariafeliz@hotmail.com.br
ALON SOARES MORAES JR	FEMISA	9862 70180	carlafernandes@hotmail.com
SELENE MARLENE DE SOUZA	SDS	3679 1379	denilsonspande@gmail.com
Stevia Helena Mac Expedito	Des. Cultura	(31) 34644696	denilsonspande@gmail.com
Elaine Suelli Almeida	(H695	3610 7696	creas@sebrae.org.br
diva fernanda T. dos S.	SDS	35 28104-9094	lisaferreiraf@gmail.com
Luciana Bessa da Silva	Semisa	31 34594233	carlafernandes@hotmail.com
Wenderson Pereira	Cooperativa Social	31 34575657	denilsonspande@gmail.com
Serenilda de Oliveira	SEMED	31 34644693	fernanda.silveira@gmail.com
Mathews Felipe M	SEMED	(31) 99337515	matheus.m.almeida@edu.pbh.gov.br
Almeida			
João Paulo R. Vasconcelos	CT	99158-3185	

Ronald Ogino Felix Francisco - Corinto, Chile - 98161985 - R
Alberto Kerecio do Silva 950515071
Rodrigo Enriquez Ferreira Alexandre 911336655
Ana Carolina de Almeida Costa 31.98821.3145



**PREFEITURA
DE SABARÁ**

Rede
**Primeira
Infância**
Minas Gerais

50 Planos Municipais
pela Primeira Infância
de Minas Gerais



ifan
Instituto da
Infância



CECIP
URBAN95

Von Leer
FOUNDATION

Apoio:

